



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES - CPL/SELOG/SR/PF/RO

Edital nº 3/2022-CPL/SELOG/SR/PF/RO

Processo nº 08475.000428/2022-00

**AVISO**

Caros licitantes,

Recomendamos a leitura atenta e detalhada do Edital, especialmente em relação às inovações resultantes do Decreto nº 10.024/2019, com destaque do(s) seguinte(s) ponto(s) do Edital:

1. Inclusão dos **documentos de habilitação concomitantemente à proposta de preços (e respectivas planilhas) já no cadastramento e inclusão dessa no sistema, conforme ITEM 5.1 DESTE EDITAL, sob pena de desclassificação.**
2. Adotado o procedimento da Conta Vinculada (Item 20 do Edital).

|   |                         |   |   |                               |                                |
|---|-------------------------|---|---|-------------------------------|--------------------------------|
| Pregão Eletrônico nº 03/2022<br>Código UASG 200378  |                         | Data de Abertura: 06 /10 /2022 às 10:00<br>no sítio <a href="https://www.gov.br/compras/pt-br">https://www.gov.br/compras/pt-br</a> |   |                               |                                |
| <b>Objeto</b>   |                         |   |   |                               |                                |
| Contratação de serviços contínuos de MANUTENÇÃO PREDIAL PREVENTIVA E CORRETIVA dos sistemas elétricos, hidráulicos, hidrossanitários, dos equipamentos e das instalações da Sede da Superintendência Regional de Polícia Federal em Rondônia e de suas Descentralizadas, com o fornecimento de mão de obra, material e equipamentos necessários e adequados à execução dos serviços, por 20 meses.  |                         |   |   |                               |                                |
| <b>Registro de Preços</b>   | <b>Exclusivo ME/EPP</b> | <b>Forma de Adjudicação</b>   | <b>Vistoria</b>   | <b>Instrumento Contratual</b> | <b>Reserva de Cota ME/EPP?</b> |
| NÃO   | NÃO                     | MENOR PREÇO DO ITEM   | FACULTATIVA   | SIM                           | NÃO                            |
| <b>DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (a serem anexados quando do cadastramento da proposta - ITEM 9)*</b>   |                         |   |   |                               |                                |
| <b>Requisitos Básicos:</b><br>1. SICAF ou documentos equivalentes;<br>2. Certidão do Portal da Transparência (CEIS);<br>3. Certidão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ);<br>4. Lista de inidôneos do TCU;<br>5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (TST);<br>6. Balanço patrimonial e Demonstrações Contábeis (9.10.2);<br>7. Índices de Liquidez (LG, LC, SG) superiores a 1 (9.10.3);<br>8. CCL não inferior a 16,66% do valor anual (R\$ 142.770,52) (9.10.5.1);<br>9. PL não inferior a 10% do valor anual estimado para a contratação (R\$ 85.696,59) (9.10.5.2);<br>10. PL não inferior a 1/12 do valor total dos contratos vigentes (9.10.5.3); |                         |   | <b>Requisitos Específicos:</b><br>11. Certidão negativa de falência (9.10.1);<br>12. Registro da empresa no CREA (9.11.1);<br>13. Atestado de Capacidade Técnica da empresa - experiência de 3 anos e mínimo de 3 postos (9.11.2);<br>14. Comprovações do Responsável Técnico - registro no CREA, capacidade técnica - ART, e vínculo (9.11.3);<br>15. Atestado de Vistoria ou Declaração de pleno conhecimento (9.11.4). |                               |                                |
| *O detalhamento dos documentos/requisitos de habilitação deve ser consultado no item 9 deste instrumento convocatório.  |                         |   |   |                               |                                |
| <b>Pedidos de Esclarecimentos / Impugnações:</b>  |                         |   | <b>Prazo para envio da proposta ajustada e dos documentos complementares:</b>   |                               |                                |
| Em até 03 dias úteis antes da data de abertura da sessão para o email <a href="mailto:cpl.selog.sro@pf.gov.br">cpl.selog.sro@pf.gov.br</a> , conforme subitens 22.1 e 22.5.   |                         |   | Não inferior a 2h (duas horas) úteis após a convocação pelo pregoeiro, vide definição no item 23.7.4.   |                               |                                |
| <b>Observações Gerais</b>   |                         |   |   |                               |                                |
| A disputa dar-se-á pelo MODO ABERTO e os lances deverão respeitar o INTERVALO MÍNIMO de R\$ 100,00 (cem reais) nos termos dos subitens 7.8 e 7.9 do edital.   |                         |   |   |                               |                                |

|                          |   |                                       |   |
|--------------------------|---|---------------------------------------|---|
| <b>Meios p/ Contato:</b> | Email: <a href="mailto:cpl.selog.sro@pf.gov.br">cpl.selog.sro@pf.gov.br</a> ou Telefones: (69) 3216-6230/6717, 9 8447-7982 / 9 9295-8383                                    |                                       |   |
| <b>Item</b>              | <b>Descrição resumida dos Serviços</b>  | <b>Unidade de Medida / Quantidade</b> | <b>Valor (R\$) Total/20 meses (LANCE)</b> |
| 1                        | Serviços de manutenção predial preventiva e corretiva da SR/PF/RO e de suas Descentralizadas, por 20 meses (Equipe Permanente + Serviços Diversos e Eventuais + Materiais). | Unidade / 1                           | 1.428.276,53                              |

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2022**  
(Processo Administrativo nº 08475.000428/2022-00)

Torna-se público que a Superintendência Regional de Polícia Federal em Rondônia, por meio do Setor de Licitações, sediado na Avenida Lauro Sodré nº 2905 – Nacional, CEP 76.802-449, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, sob a forma de execução indireta, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto 9.507, de 21 de setembro de 2018, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, das Instruções Normativas SEGES/MP nº 05, de 26 de maio de 2017 e nº 03, de 26 de abril de 2018 e da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e as exigências estabelecidas neste Edital.

**Data da sessão: 06/10/2022**

**Horário: 10:00 (horário de Brasília)**

**Local: Portal de Compras do Governo Federal – <https://www.gov.br/compras/pt-br>**

**Critério de Julgamento: menor preço por item/global**

**Regime de Execução: Empreitada por Preço Global**

## 1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de serviços contínuos de **MANUTENÇÃO PREDIAL PREVENTIVA E CORRETIVA** dos sistemas elétricos, hidráulicos, hidrossanitários, dos equipamentos e das instalações da Sede da Superintendência Regional de Polícia Federal em Rondônia e de suas Descentralizadas, com o fornecimento de mão de obra, material e equipamentos necessários e adequados à execução dos serviços, por 20 meses, prorrogáveis, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em único item.

1.3. O critério de julgamento adotado será o **menor preço do item**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

## 2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2022, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 00001

Fonte: 0100000000

Programa de Trabalho: 06.122.2112.2000.0001

Elemento de Despesa: 339030 - 339037 – 339039

PI: PF99900AG22

## 3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

## 4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

4.1.1. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

4.1.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.2.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

- 4.2.2. que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 4.2.3. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 4.2.4. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;
- 4.2.5. que estejam sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação, observado o disposto no item 9.10.1.1 deste Edital;
- 4.2.6. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio, por não se tratar de serviços de grande vulto e/ou alta complexidade;
- 4.2.7. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);
- 4.2.8. sociedades cooperativas, considerando a vedação contida no art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017.
- 4.3. Nos termos do art. 5º do Decreto nº 9.507, de 2018, é vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:
- a) detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou
  - b) de autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.
- 4.3.1. Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante/STF nº 13, art. 5º, inciso V, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 e art. 2º, inciso III, do Decreto nº 7.203, de 04 de junho de 2010);
- 4.4. Nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203, de 2010, é vedada, ainda, a utilização, na execução dos serviços contratados, de empregado da futura Contratada que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança neste órgão contratante.
- 4.5. Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
- 4.5.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.
- 4.5.1.1. A assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.
- 4.5.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;
- 4.5.3. que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;
- 4.5.4. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 4.5.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 4.5.6. que a proposta foi elaborada de forma independente;
- 4.5.7. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 4.5.8. que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.
- 4.6. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.
- 4.7. As declarações descritas no item 4.5 não necessitam ser enviadas posteriormente por outra forma.

## 5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Os licitantes **encaminharão**, exclusivamente por meio do sistema, **concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta** com a descrição do objeto ofertado e o preço **com respectivas planilhas**, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.1.1. As planilhas a serem anexadas juntamente com a proposta, já no seu cadastramento, correspondem aos modelos:

5.1.1.1. ANEXO I-A.1 - Planilha de Custos e Formação de Preço e respectivas planilhas;

5.1.1.2. ANEXO I-A.2 - Custos dos Serviços Diversos e Eventuais;

5.1.1.3. ANEXO I-A.3 - Custos dos Materiais e Peças;

5.1.1.4. ANEXO I-A.4 - Quadro Resumo Geral.

5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

5.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

5.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

## 6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. **VALOR TOTAL (20 MESES) DO ITEM**, (com no máximo duas casas decimais), considerando-se no cálculo o montante previsto para a vigência inicial do contrato (20 meses);

6.1.2. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência, incluindo-se, dentre outras, as seguintes informações:

6.1.2.1. A indicação dos sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO;

6.1.2.2. A quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços, apurados mediante o preenchimento do(s) modelo(s) de Planilha(s) de Custos e Formação de Preços, conforme anexo(s) deste Edital;

6.3.1. A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1º do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.3.2. Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea "b" do inciso I do art. 65 da Lei n. 8.666/93 e nos termos do art. 63, §2º da IN SEGES/MPDG nº 5/2017.

6.4. A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários. Em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:

6.4.1. cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;

6.4.2. cotação de percentual maior que o adequado: o excesso será suprimido, unilateralmente, da planilha e haverá glosa, quando do pagamento, e/ou redução, quando da repactuação, para fins de total ressarcimento do débito.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos 12 (doze) meses, devendo o licitante ou contratada apresentar ao pregoeiro ou à fiscalização, a qualquer tempo, comprovação da adequação dos recolhimentos, para os fins do previsto no subitem anterior.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento dos serviços, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a **Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte NÃO poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional**, visto que os serviços serão prestados com disponibilização de trabalhadores em dedicação exclusiva de mão de obra, o que configura cessão de mão de obra para fins tributários, conforme art. 17, inciso XII, da Lei Complementar nº 123/2006.

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.10. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

6.11.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## 7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.

7.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor TOTAL (20 meses) DO ITEM, considerando-se no cálculo o montante previsto para a vigência inicial do contrato (20 meses).

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **RS 100,00 (cem reais)**.

7.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “ABERTO”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.10. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

7.11. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.12. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á

automaticamente.

7.13. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

7.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24h (vinte e quatro horas) da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.18. O critério de julgamento adotado será o **menor preço**, conforme definido neste Edital e seus anexos.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20. Uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.21. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.22. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.23. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.24. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.25. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

7.26. Havendo eventual empate entre propostas, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, ao objeto executado:

7.26.1. por empresas brasileiras;

7.26.2. por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.26.3. por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

7.27. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

7.28. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.28.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.28.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo não inferior a 2h (duas horas) úteis, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.28.3. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.29. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto nº 10.024/2019.

8.1.1. Como condição prévia à aceitação da proposta, caso o licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar tenha usufruído do tratamento diferenciado previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, o Pregoeiro consultará o Portal da Transparência do Governo Federal, seção "Despesas – Gastos Diretos do Governo – Favorecido (pessoas físicas, empresas e outros)", para verificar se o somatório dos valores das ordens bancárias recebidas pelo melhor classificado, no exercício anterior, extrapola o limite previsto no artigo 3º, inciso II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, ou o limite proporcional de que trata o artigo 3º, § 2º, do mesmo diploma, em caso de início de atividade no exercício considerado.

8.1.1.1. Para a microempresa ou empresa de pequeno porte, a consulta também abrangerá o exercício corrente, para verificar se o somatório dos valores das ordens bancárias por ela recebidas, até o mês anterior ao da sessão pública da licitação, extrapola os limites acima referidos, acrescidos do percentual de 20% (vinte por cento) de que trata o artigo 3º, §§ 9º-A e 12, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

8.1.2. Constatada a ocorrência de qualquer das situações de extrapolamento do limite legal, o Pregoeiro desclassificará a proposta da ME/EPP, conforme artigo 3º, §§ 9º, 9º-A, 10 e 12, da Lei Complementar nº 123, de 2006, sem prejuízo das penalidades incidentes (ver TCU, Ac. nº 1.793/2011 – Plenário).

8.2. A análise da exequibilidade da proposta de preços deverá ser realizada com o auxílio da Planilha de Custos e Formação de Preços, a ser preenchida pelo licitante em relação à sua proposta final, conforme anexo deste Edital.

8.3. A inexequibilidade dos valores referentes a itens isolados da Planilha de Custos e Formação de Preços não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais.

8.4. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, nos termos do item 9.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP nº 5/2017, que:

8.4.1. não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital;

8.4.2. contenha vício insanável ou ilegalidade;

8.4.3. não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Termo de Referência;

8.4.4. apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

8.4.4.1. Quando o licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

8.4.4.1.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.4.4.1.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias, acordo, dissídio ou convenção coletivas de trabalho vigentes.

8.4.4.2. A fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, bem como para a contagem da anualidade prevista no art. 3º, §1º da Lei nº 10.192/2001, informa-se que foi utilizada a seguinte convenção coletiva de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração:

8.4.4.2.1. Convenção Coletiva de Trabalho nº MTE RO RO000003/2022 - 2022/2023 - SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO, CONSERVAÇÃO, LIMPEZA PÚBLICA E LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA DO ESTADO DE RONDÔNIA e SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS EMPRESAS DE TERCEIRIZAÇÃO EM GERAL E PRESTACAO DE SERVICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA;

8.4.4.2.2. O(s) sindicato(s) indicado(s) no subitem acima não são de utilização obrigatória pelos licitantes (Acórdão TCU nº 369/2012), mas sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas adotados por cada licitante/contratante.

8.5. É vedado à proponente incluir na Planilha de Custos e Formação de Preços:

8.5.1. item relativo a despesas decorrentes de disposições contidas em Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade (art. 9º, parágrafo único, incisos I a III, do Decreto nº 9.507/2018, e art. 6º da IN SEGES/MP nº 5, de 2017);

8.5.2. item relativo a despesas decorrentes de disposições contidas em Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública (art. 6º, parágrafo único, da IN SEGES/MP nº 5/2017);

8.5.3. rubricas que prevejam o custeio de despesas com treinamento, reciclagem e capacitação ou congêneres, pois tais parcelas já são cobertas pelas despesas administrativas (Acórdão TCU nº 2.746/2015 - Plenário);

8.5.4. rubrica denominada "reserva técnica", exceto se houver justificativa, na proposta, que indique, claramente e por meio de memória de cálculo, o que está sendo custeado, de modo a haver a comprovação da não cobertura do valor, direta ou indiretamente, por outra rubrica da planilha (Acórdãos TCU nº 2.746/2015 – Plenário, nº 64/2010 - 2ª Câmara e nº 953/2016 - Plenário);

8.5.5. rubrica para pagamento do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL (Súmula TCU nº 254/2010);

8.5.6. rubrica denominada "verba" ou "verba provisional", pois o item não está vinculado a qualquer contraprestação mensurável (Acórdãos TCU nº 1.949/2007 – Plenário e nº 6.439/2011 – 1ª Câmara).

8.6. A inclusão na proposta de item de custo vedado não acarretará a desclassificação do licitante, devendo o pregoeiro determinar que os respectivos custos sejam excluídos da Planilha, adotando, se for o caso, as providências do art. 47, caput, do Decreto nº 10.024, de 2019.

8.6.1. Na hipótese de contratação com a previsão de itens de custos vedados, tais valores serão glosados e os itens serão excluídos da Planilha, garantidas ampla defesa e contraditório.

8.7. A inexequibilidade dos valores referentes a itens isolados da Planilha de Custos e Formação de Preços não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais.

8.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993 e a exemplo das enumeradas no item 9.4 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP nº 5, de 2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.9. Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexequibilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise da planilha de custos, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta.

8.10. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

8.10.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24h (vinte e quatro horas) de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

8.11. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo não inferior a 2h (duas horas) úteis, sob pena de não aceitação da proposta.

8.11.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.11.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se as planilhas de custo readequadas com o valor final ofertado.

8.12. Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.

8.13. O Pregoeiro analisará a compatibilidade dos preços unitários apresentados na Planilha de Custos e Formação de Preços com aqueles praticados no mercado em relação aos insumos e também quanto aos salários das categorias envolvidas na contratação.

8.14. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço.

8.14.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.14.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.15. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.16. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.17. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para sua continuidade.

8.18. Sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.19. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

## 9. DA HABILITAÇÃO

9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));
- d) Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU ([https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:CERTIDAO:0](https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:CERTIDAO:0;));

9.1.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).

9.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.1.2.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.1.2.1.2. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.1.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.1.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômico-financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

9.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

9.2.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

9.2.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sites eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

9.2.4. Havendo divergências entre os resultados das certidões consultadas nos sites eletrônicos oficiais e as do SICAF conforme o caso, prevalecerão as dos respectivos sites.

9.2.5. Existindo diferença de datas de validade entre as certidões apresentadas e as consultadas pelo Pregoeiro, prevalecerão as mais atualizadas.

9.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo não inferior a 2h (duas horas) úteis, sob pena de inabilitação.

9.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.7. Ressalvado o disposto no item 5.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação.

### 9.8. Habilitação jurídica:

9.8.1. no caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8.2. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.8.3. inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.8.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.8.5. decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

9.8.6. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### 9.9. Regularidade fiscal e trabalhista:

9.9.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.9.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da

União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.9.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.9.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.9.5. prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.9.6. prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.9.7. caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.9.8. o licitante detentor do menor preço, qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

#### 9.10. Qualificação Econômico-Financeira:

9.10.1. certidão negativa de falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida a menos de 60 (sessenta) dias contados da data da sua apresentação;

9.10.1.1. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

9.10.2. balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

9.10.2.1. no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

9.10.2.2. é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

9.10.3. comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.10.4. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor **anual** estimado da contratação.

9.10.5. As empresas deverão ainda complementar a comprovação da qualificação econômico-financeira por meio de:

9.10.5.1. Comprovação de possuir Capital Circulante Líquido (CCL) ou Capital de Giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor **anual** estimado para a contratação, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis já exigíveis na forma da lei;

9.10.5.2. Comprovação de patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor **anual** estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta.

9.10.5.3. Comprovação, por meio de declaração, da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do Anexo III, de que 1/12 (um doze avos) do valor total dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada, vigentes na data da sessão pública de abertura deste Pregão, não é superior ao Patrimônio Líquido do licitante, podendo este ser atualizado na forma já disciplinada neste Edital;

9.10.5.3.1. a declaração de que trata o item acima deverá estar acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) relativa ao último exercício social;

9.10.5.3.2. quando houver divergência percentual superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, entre a declaração aqui tratada e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), deverão ser apresentadas, concomitantemente, as devidas justificativas.

#### 9.11. Qualificação Técnica:

9.11.1. Registro ou inscrição da empresa licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), em plena validade e que demonstre a compatibilidade entre o objeto social da empresa e os serviços objeto da licitação.

9.11.2. Comprovação que já executou objeto compatível, em prazo, com o que está sendo licitado, mediante a comprovação de experiência mínima de 3 (três) anos na execução de objeto semelhante ao da contratação, podendo ser aceito o somatório de atestados, referentes a períodos sucessivos não contínuos, não havendo obrigatoriedade de os 3 (três) anos serem ininterruptos, bem como que já executou contrato(s) com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados, ou seja, 3 postos.

9.11.2.1. Será aceito o somatório de atestados que comprovem que o licitante gerencia ou gerenciou serviços de terceirização compatíveis com o objeto licitado por período não inferior a 3 (três) anos, referentes a períodos sucessivos não contínuos, não havendo obrigatoriedade de os três anos serem ininterruptos.

9.11.2.2. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

9.11.2.3. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP nº 5, de 2017.

9.11.2.4. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP nº 5/2017.



9.11.2.5. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP nº 5/2017.

9.11.2.6. Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

9.11.3. **Comprovação de** que possui, na data prevista para a entrega da proposta, **responsável/profissional técnico** (Engenheiro Civil e/ou Engenheiro Eletricista), devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de Atestado de Responsabilidade Técnica por execução de serviços de características semelhantes ao objeto da licitação.

9.11.3.1. O responsável técnico e/ou membro da equipe técnica deverá pertencer ao quadro permanente da licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante.

9.11.4. **Apresentar atestado de vistoria** assinado pelo servidor responsável ou **Declaração emitida pelo licitante** em que conste, alternativamente, ou que conhece as condições locais para execução do objeto; ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assume total responsabilidade por este fato e não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante, conforme modelos do Anexo IV deste.

9.11.4.1. A licitante que optar pela realização da vistoria deverá agendá-la previamente mediante contato com o Núcleo de Material - NUMAT/SELOG/SR/PF/RO, localizado na SR/PF/RO, pelos telefones (69) 3216-6747 / 3216-6257, horário das 08h:30m às 11h:30m e das 14h:30m às 17h, a realizar-se nos dias úteis, até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

9.12. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.12.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.13. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.14. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.15. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para sua continuidade.

9.16. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos para tanto, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital, sem prejuízo das sanções previstas neste.

9.17. Em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.18. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

## 10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo não inferior a 2h (duas horas) úteis, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal;

10.1.2. apresentar a planilha de custos e formação de preços, devidamente ajustada ao lance vencedor/valor negociado, em conformidade com o modelo anexo a este Edital;

10.1.3. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

10.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

10.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

## 11. DOS RECURSOS

11.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo 30 (trinta) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de 3 (três) dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 3 (três) dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

- 11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

## **12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

### **12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:**

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

### **12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.**

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") ou e-mail de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

## **13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

## **14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

14.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

## **15. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE**

15.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato.

15.2. O adjudicatário terá o prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá solicitar, por meio eletrônico, a realização de cadastro da empresa no sistema SEI, a realizar-se no prazo de 2 (dois) dias contados da solicitação, visando a disponibilização de acesso a sistema de processo eletrônico para esse fim ou outro meio eletrônico, para que seja assinado no prazo de 3 (três) dias, a contar da data da disponibilização do acesso ao sistema de processo eletrônico.

15.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

15.3. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

15.4. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

15.4.1. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

15.5. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

15.6. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

## **16. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL**

16.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

## **17. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO**

17.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

## **18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

18.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

## **19. DO PAGAMENTO**

19.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

19.1.1. É admitida a cessão de crédito decorrente da contratação de que trata este Instrumento Convocatório, nos termos do previsto na minuta contratual anexa a este Edital.

## **20. DA CONTA-DEPÓSITO VINCULADA— BLOQUEADA PARA MOVIMENTAÇÃO**

20.1. Para atendimento ao disposto no art. 18 da IN SEGES/MP nº 5/2017, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada – bloqueada para movimentação a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MP nº 5/2017 são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital, bem como no Caderno de Logística – Conta Vinculada - Versão 2.0 (Fevereiro/2018), elaborado pelo MPDG - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, disponível no link: [https://www.gov.br/compras/pt-br/agente-publico/cadernos-de-logistica/midia/caderno\\_logistica\\_conta\\_vinculada.pdf](https://www.gov.br/compras/pt-br/agente-publico/cadernos-de-logistica/midia/caderno_logistica_conta_vinculada.pdf) e alterações.

## **21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 21.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:
- a) não assinar o termo de contrato, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
  - b) apresentar documentação falsa;
  - c) deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
  - d) ensejar o retardamento da execução do objeto;
  - e) não mantiver a proposta;
  - f) cometer fraude fiscal;
  - g) comportar-se de modo inidôneo.
- 21.2. Considera-se não manter a proposta o abandono do certame, a ausência de envio da proposta ou de documentação solicitada pelo Pregoeiro e/ou apresentá-la(o)s intempestivamente, ou ainda, o pedido, pela licitante, da desclassificação de proposta, quando encerrada a etapa competitiva.
- 21.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 21.4. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 21.4.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
  - 21.4.2. Multa de até 15% (quinze por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
  - 21.4.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até 2 (dois) anos;
  - 21.4.4. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos;
    - 21.4.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Edital.
  - 21.4.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.
- 21.5. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 21.6. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.
- 21.7. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 21.8. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 21.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 21.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
- 21.11. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 21.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 21.13. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

## **22. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

- 22.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.
- 22.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail [cplselog.sro@pf.gov.br](mailto:cplselog.sro@pf.gov.br), ou por petição dirigida ou protocolada no endereço a Avenida Lauro Sodré, nº 2905, bairro Nacional, em Porto Velho/RO, CEP 76.802-449, setor CPL/SELO/SR/PF/RO.
- 22.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.
- 22.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 22.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.
- 22.6. O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.
- 22.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
  - 22.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
- 22.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.

## **23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 23.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.
- 23.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 23.3. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 23.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 23.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 23.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a

Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

23.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, considerar-se-ão:

23.7.1. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF, salvo ressalva expressa;

23.7.2. Excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento;

23.7.3. Só se iniciam e vencem os prazos em dias úteis, de expediente na sede da SR/PF/RO;

23.7.4. Prazos em horas úteis terão seu início e término computados durante o expediente desta Superintendência Regional (comumente das 8 às 12h e das 14 às 18h - Porto Velho/RO - fuso horário de 1h a menos que Brasília).

23.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

23.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

23.10. O Edital está disponibilizado, na íntegra, nos endereços eletrônicos <https://www.gov.br/compras/pt-br> e <https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/licitacoes>, e também poderão ser lidos e/ou obtidos mediante solicitação para o email [cplselog.sro@pf.gov.br](mailto:cplselog.sro@pf.gov.br), ou ainda, no endereço à Avenida Lauro Sodré, nº 2905, bairro Nacional, CEP 76.802-449, setor CPL/SR/PF/RO, nos dias úteis, no horário das 08 às 12h e das 14 às 17h (horário de Porto Velho/RO), mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

23.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

23.11.1. ANEXO I - Termo de Referência;

23.11.1.1. ANEXO I-A.1 - Planilha de Custos e Formação de Preço e respectivas planilhas;

23.11.1.2. ANEXO I-A.2 - Custos dos Serviços Diversos e Eventuais;

23.11.1.3. ANEXO I-A.3 - Custos dos Materiais e Peças;

23.11.1.4. ANEXO I-A.4 - Quadro Resumo Geral;

23.11.1.5. ANEXOS I-B a I-D - Modelos de Formulários a utilizar na execução dos serviços.

23.11.1.6. ANEXO I-E - Do Preenchimento da Proposta e Planilhas de Custos e Formação de Preços (Instruções);

23.11.1.7. ANEXO I-F - Declaração do funcionário - Ausência de Parentesco/Afinidade

23.11.1.8. Apêndice do Anexo I - Estudo Técnico Preliminar.

23.11.2. ANEXO II - Modelo de Proposta;

23.11.3. ANEXO III - Modelo de declaração de contratos firmados com a iniciativa privada e a Administração Pública;

23.11.4. ANEXO IV - Modelo de Termo de Vistoria OU Declaração da licitante;

23.11.5. ANEXO V - Minuta de Termo de Contrato;

23.11.6. ANEXO VI - Modelo de autorização para a utilização da garantia e de pagamento direto (conforme estabelecido na alínea "d" do item 1.2 do Anexo VII-B da IN SEGES/MP nº 5/2017);

23.11.7. ANEXO VII - Minuta do Termo de Cooperação Técnica com Instituição Financeira.

Porto Velho/RO, na data da assinatura eletrônica.

Superintendente Regional  
assinatura eletrônica da autoridade competente

## ANEXO I

### TERMO DE REFERÊNCIA Nº 24972745/2022-SELOG/SR/PF/RO

#### 1. DO OBJETO

1.1 Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços contínuos de manutenção predial preventiva e corretiva dos sistemas elétricos, hidráulicos, hidrossanitários, dos equipamentos e das instalações da Sede da Superintendência Regional de Polícia Federal em Rondônia e de suas Descentralizadas, com o fornecimento de mão de obra, material e equipamentos necessários e adequados à execução dos serviços por 20 meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

| Item | Descrição dos Serviços   | CATSER | Unid. de Medida    | Quant. | Valor MENSAL (R\$) | Valor TOTAL em 20 MESES (R\$) (LANÇE) |
|------|--|--------|--------------------|--------|--------------------|---------------------------------------|
| 1    | Serviços de manutenção predial preventiva e corretiva dos sistemas elétricos, hidráulicos, hidrossanitários, dos equipamentos e das instalações da Sede da Superintendência Regional de Polícia Federal em Rondônia e de suas Descentralizadas, com o fornecimento de mão de obra, material e equipamentos necessários e adequados à execução dos serviços. (Equipe Permanente + Serviços Eventuais + Materiais), por 20 | 1627   | Unidade (20 meses) | 1      | 71.413,83          | 1.428.276,53                          |

|  |        |  |  |  |  |  |
|--|--------|--|--|--|--|--|
|  | meses. |  |  |  |  |  |
|--|--------|--|--|--|--|--|

- 1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de manutenção predial.
- 1.3. O quantitativo e respectivo código do item é o discriminado na tabela acima.
- 1.4. A presente contratação adotará como regime de execução a *Empreitada por Preço Global*.
- 1.5. O prazo de vigência do contrato é de 20 meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

## 2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

- 3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## 4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 4.1. Trata-se de serviço comum, de caráter continuado e com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.
- 4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.
- 4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

## 5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1. serviço continuado, com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva:

5.1.2. A Contratada, durante a execução dos serviços, deverá respeitar rigorosamente as Normas da ABNT NBR e da Legislação vigente, tendo por referência e orientação constantes nas normas que tratam das seguintes questões: Manutenção Predial, Manual de Operações, Segurança na Execução de Obras e Serviços de Construção, Instalações elétricas de Baixa tensão, Iluminação, Proteção de Estrutura Contra Descarga Atmosférica, Instalação Predial de Água; Esgoto Sanitário, Equipamento de Proteção Individual, e, outras ligadas às atividades profissionais de manutenção predial.

5.1.3. Resoluções e Portarias da ANEEL, ANVISA, INMETRO.

5.1.4. Demais normas da ABNT, do INMETRO, Códigos, Leis, Decretos, Portarias e Normas Federais, Estaduais e Municipais, inclusive normas de concessionárias de serviços públicos, além das Instruções e Resoluções dos Órgãos do Sistema CREA-CONFEA.

5.1.5. A licitante deverá atender aos seguintes requisitos:

5.1.5.1. Apresentar Registro ou inscrição da empresa licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), em plena validade e que demonstre a compatibilidade entre o objeto social da empresa e os serviços objeto da licitação.

5.1.5.2. Comprovação que já executou objeto compatível, em prazo, com o que está sendo licitado, mediante a comprovação de experiência mínima de 3 (três) anos na execução de objeto semelhante ao da contratação, podendo ser aceito o somatório de atestados, referentes a períodos sucessivos não contínuos, não havendo obrigatoriedade de os 3 (três) anos serem ininterruptos.

5.1.5.3. Comprovação de que possui, na data prevista para a entrega da proposta, responsável/profissional técnico (Engenheiro Civil e/ou Engenheiro Eletricista), devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de Atestado de Responsabilidade Técnica por execução de serviços de características semelhantes ao objeto da licitação.

5.1.5.3.1. O responsável técnico e/ou membro da equipe técnica deverá pertencer ao quadro permanente da licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante.

5.1.5.4. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão apresentar atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável.

5.1.5.4.1. O atestado de vistoria poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante em que conste, alternativamente, ou que conhece as condições locais para execução do objeto; ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assume total responsabilidade por este fato e não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.

5.1.5.4.2. A licitante que optar pela realização da vistoria deverá agendá-la previamente mediante contato com o Núcleo de Material - NUMAT/SELOG/SR/PF/RO, localizado na SR/PF/RO, pelos telefones (69) 3216-6747 / 3216-6257, horário das 08:30h às 11:30h e das 14:30h às 17h a realizar-se nos dias úteis, até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

5.1.5.5. Comprovação que já executou contrato(s) com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados, ou seja, 3 postos.

5.1.5.5.1. Será aceito o somatório de atestados que comprovem que o licitante gerencia ou gerenciou serviços de terceirização compatíveis com o objeto licitado por período não inferior a 3 (três) anos, referentes a períodos sucessivos não contínuos, não havendo obrigatoriedade de os três anos serem ininterruptos.

5.1.5.5.2. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

5.1.5.5.3. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.

5.1.5.5.4. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

5.1.5.5.5. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que

foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP nº 5/2017.

**5.1.6.** Os serviços ocorrerão no período compreendido das 07:00 às 18:00 horas, com escala de segunda a sexta-feira, respeitando-se a jornada de 44 horas semanais, podendo a critério da CONTRATANTE a execução dos serviços ser realizada, excepcionalmente, aos sábados, domingos e feriados com compensação das horas em folgas, se realizados pela Equipe permanente.

**5.1.7.** Dos requisitos de vida pregressa dos funcionários da contratada.

**5.1.7.1.** Os funcionários da CONTRATADA, prestadores dos serviços objeto deste, deverão ter procedimento irrepreensível e idoneidade moral inatacável, que serão aferidos por meio de avaliação da vida pregressa e investigação social realizada pela Polícia Federal, no início das atividades, nas alterações de pessoal ou sempre que a CONTRATANTE julgar necessário.

**5.1.7.2.** Quando solicitada, a CONTRATADA, deverá apresentar, em até 2 (dois) dias úteis, os seguintes documentos complementares destes funcionários, além de Ficha de Informações disponibilizada pela SR/PF/RO contendo os dados pessoais do funcionário:

**I.** Cópia do comprovante da residência atual (água, luz, telefone, contracheque etc);

**II.** Certidões negativas dos órgãos de distribuição da(s) cidade(s) na(s) qual(is) o funcionário tenha residido nos últimos cinco anos, abrangendo os feitos cíveis, criminais, de protestos de títulos, de interdição e de tutelas;

**III.** Certidões negativas cíveis e criminais da Justiça Federal da(s) cidade(s) na(s) qual(is) o candidato tenha residido nos últimos cinco anos.

**5.1.7.3.** A desaprovação pela CONTRATANTE de empregado da CONTRATADA será justificada formalmente pelos antecedentes do mesmo ou por deficiência técnica, de forma objetiva.

**5.2.** Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

## **6. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE**

**6.1.** A contratada deverá observar os seguintes Critérios de Sustentabilidade:

**6.1.1.** Os materiais e peças empregados deverão atentar para a redução de impacto ambiental, ficando a CONTRATADA obrigada a:

**6.1.1.1.** Utilizar, quando disponíveis no mercado, materiais que sejam reciclados, reutilizados e biodegradáveis.

**6.1.1.2.** Priorizar o emprego de mão-de-obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local para execução e operação do objeto.

**6.1.1.3.** Utilizar obrigatoriamente agregados reciclados, sempre que existir a oferta de agregados reciclados, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais

**6.1.1.4.** Utilizar materiais e bens que não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenilpolibromados (PBDEs). A Administração reserva-se o direito de exigir tal comprovação que poderá feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências do edital.

**6.1.1.5.** Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

**6.1.1.6.** A comprovação do disposto acima poderá ser feita mediante apresentação de declaração da empresa, assinando que cumpre os critérios ambientais exigidos.

## **7. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO**

**7.1.** Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, por meio de agendamento prévio mediante contato com o Núcleo de Material - NUMAT/SELOG/SR/PF/RO, localizado na SR/PF/RO, pelos telefones (69) 3216-6257, horário das 09h às 12h e das 15h às 17h, a realizar-se nos dias úteis, até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

**7.2.** O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

**7.3.** Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

**7.4.** Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser salvo pela Administração em CD-ROM, “pen-drive” ou outra forma compatível de reprodução disponibilizada pelo licitante, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.

**7.5.** A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

**7.6.** A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

## **8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

**8.1.** Os serviços objeto deste serão executados nos imóveis de propriedade ou posse da CONTRATANTE, em suas edificações, construções, áreas externas, sistemas superficiais ou subterrâneos.

**8.2.** A Contratante no interesse do serviço poderá, a qualquer tempo, modificar as rotinas e periodicidade de realização dos serviços de manutenção, mediante comunicação, por escrito, à CONTRATADA, que terá 05 (cinco) dias úteis para providenciar as alterações.

**8.3.** Conforme disposto no artigo 6º, inciso II, da Lei nº 8.666/93, considera-se serviço toda atividade destinada a obter determinada utilidade de interesse para a Administração, tais como: demolição, conserto, instalação, montagem, operação, conservação, reparação, adaptação, manutenção, transporte, locação de bens, publicidade, seguro ou trabalhos técnico-profissionais. Assim, é vedado à CONTRATADA alegar a caracterização de obra nos casos de serviço de maiores proporções e de recomposição acessória decorrente dos serviços executados desde que esteja caracterizado o estado de manutenção.

**8.4. NA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DEVERÃO SER RESPEITADAS, NO QUE COUBER:**

**a.** As normas e especificações constantes deste Termo;

**b.** As prescrições e recomendações dos fabricantes dos equipamentos quanto aos procedimentos de manutenção e operação;

**c.** As normas expedidas pelo Ministério da Saúde e pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA;

**d.** A Portaria MARE nº 2.296/97 e atualizações – Práticas (SEAP) de Projetos, de Construção e de

Manutenção;

e. As Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, em especial:

- Norma NBR 5410 - Instalações elétricas de baixa tensão;
- Norma NBR 5419 - Proteção de estruturas contra descargas atmosféricas;
- As normas internacionais consagradas, na falta de normas da ABNT;

f. As normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho, em especial:

- NR-6: Equipamentos de Proteção Individual – EPI;
- NR-10: Segurança em instalações e serviços em eletricidade;
- NR-18: Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção;
- NR-23: Proteção Contra Incêndios;
- NR-35: Trabalho em altura.

g. As disposições legais, pertinentes, da União e do Estado de Rondônia;

h. Os regulamentos das empresas concessionárias de energia, água e esgoto;

i. Os regulamentos do Corpo de Bombeiros do Estado de Rondônia;

j. A Resolução CONFEA nº 425/98 (ART);

k. Normas quanto à Sustentabilidade Ambiental;

l. Convenções, Acordos e Dissídios Coletivos de Trabalho.

## 8.5. DOS TIPOS DE MANUTENÇÃO

### 8.5.1. MANUTENÇÃO PREVENTIVA

**8.5.1.1.** Entende-se por manutenção preventiva o conjunto de ações e intervenções permanentes, periódicas ou pontuais, nos equipamentos, componentes e instalações, referentes ao objeto do presente Termo de Referência para evitar a ocorrência de defeitos, conservando-os em perfeito estado de funcionamento, podendo, dentre essas atividades preventivas, abranger: ensaios, testes, ajustes, limpeza geral, pintura, reconstrução de partes com características alteradas, substituição de peças ou componentes desgastados, reorganização interna e externa de componentes, entre outras.

**8.5.1.2.** Estes serviços obedecem a uma programação previamente estabelecida, apresentada em cronograma físico devidamente aprovado pela FISCALIZAÇÃO, cujas etapas serão cumpridas conforme previsto neste.

**8.5.1.3.** No mínimo uma vez por mês serão revisados os pisos, esquadrias, vidros, mobiliário, louças e metais dos sanitários, instalações elétricas e hidráulicas, estruturas metálicas, pintura, cobertura/telhado, forros, dutos, áreas externas, calhas, piso do estacionamento, calçada externa, grade frontal/fundos/lateral do prédio e muros.

### 8.5.2. MANUTENÇÃO CORRETIVA

**8.5.2.1.** Por manutenção corretiva entende-se todos os serviços que visem restabelecer o perfeito funcionamento dos equipamentos, componentes e instalações objeto do presente, por meio da correção dos defeitos verificados, incluindo a substituição de peças, componentes ou acessórios quando necessário, nas condições previstas neste.

**8.5.2.2.** A manutenção corretiva será realizada em todas as instalações e equipamentos existentes e os que poderão advir de novas aquisições, sempre que necessário, sem prejuízo da verificação periódica definida.

## 8.6. PLANO BÁSICO DE MANUTENÇÃO

**8.6.1.** Abaixo segue a relação dos serviços e atividades mínimas a serem realizadas em todos os sistemas, componentes e instalações referentes ao objeto, que servirão como referência à CONTRATADA, a qual deverá apresentar à Contratante, no prazo de 30 (trinta) dias após o início da vigência do contrato, o PLANO DE MANUTENÇÃO PREDIAL com as adequações técnicas necessárias ao aperfeiçoamento do PLANO BÁSICO ora tratado. Deverão ser considerados, ainda, todos e quaisquer procedimentos de reparos e consertos relativos à operação, manutenção preventiva, corretiva e emergencial, sempre que necessários ou quando recomendados pela Contratante.

**8.6.2.** A prestação de serviço a ser contratada compreende a manutenção predial, preventiva e corretiva, dos seguintes serviços:

- Sistema Elétrico, Gerador;
- Sistema de Proteção contra descargas Atmosféricas e Aterramento;
- Sistema de Combate a Incêndio;
- Sistema de Instalações hidrossanitários e pluviais (incluindo bombas de recalque, de esgoto, pluviais e de combate a incêndio);
- Sistema de Iluminação de Emergência;
- Sistema de automação predial;
- Manutenção e conservação das instalações civis, incluindo mobiliário e divisórias (baixas e piso-teto);
- Serviços de vidraçaria/Serviços de carpintaria/marcenaria/Serviços de serralheria.
- Serviços de Chaveiro;
- Transporte de entulho.

## 8.7. SERVIÇOS A SEREM REALIZADOS PELA EQUIPE PERMANENTE

### 8.7.1. SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO ELÉTRICA

- Verificar funcionamento de equipamento e instalações elétricas e iluminação;
- Reparar equipamentos de iluminação;
- Reparar avarias nas instalações;
- Trocar instalação elétrica;
- Trocar equipamentos de iluminação;
- Soldar objetos;

#### 8.7.1.1. EXEMPLOS DE SERVIÇOS A SEREM REALIZADOS CONSTANTEMENTE

**a.** Inspeccionar as luminárias e refletores, principalmente no que tange ao funcionamento das lâmpadas, reatores, interruptores e sistemas de acionamento;

**b.** Verificar contatos internos, reapertar os parafusos de fixação e contatos externos dos soquetes, caso as lâmpadas ainda não fiquem iluminadas;

- c. Verificar as condições gerais de segurança no funcionamento do sistema de iluminação;
- d. Trocar os reatores quando necessário;
- e. Verificar a existência de anormalidades nas tomadas – aquecimento, ruídos, etc.;
- f. Verificar o estado de conservação e fixação de tomadas de parede e de piso, caixas de tomadas e espelhos;
- g. Testar o funcionamento das lâmpadas de emergência e suas baterias e trocá-las quando necessário;
- h. Efetuar verificações no funcionamento de toda a iluminação externa;
- i. Verificar o estado de conservação das tomadas, conexões, ligações e condutores;
- j. Reapertar os parafusos de sustentação das luminárias, das bases dos soquetes, dos contatos dos reatores, de fixação das tomadas e caixas de tomadas, etc;
- k. Efetuar limpeza das lâmpadas, luminárias e refletores;
- l. Substituir as lâmpadas que apresentem tonalidade de cor diferente das demais;
- m. Verificar a ocorrência de curto-circuito ou corrente de fuga;
- n. Limpar as caixas de tomadas;
- o. Trocar as baterias dos geradores quando necessário.

#### 8.7.2. SERVIÇOS NAS INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS E SISTEMA DE ÁGUA

- Classificar equipamentos e tubulação;
- Verificar funcionamento de instalação hidráulica;
- Limpar equipamentos hidráulicos;
- Consertar instalação hidráulica;
- Trocar instalação hidráulica;
- Limpar filtros;
- Trocar areia do filtro;
- Trocar filtros;
- Desentupir ralos, pias e vasos sanitários.

##### 8.7.2.1. EXEMPLOS DE SERVIÇOS A SEREM REALIZADOS CONSTANTEMENTE

- a. Substituir gaxetas das bombas hidráulicas;
- b. Efetuar o reaperto das bombas hidráulicas;
- c. Substituir componentes hidráulicos, tais como tubos, conexões, registros e outros;
- d. Desentupir vasos e ralos;
- e. Realizar a regulação das válvulas de mictórios e dos vasos sanitários;
- f. Eliminar os vazamentos existentes nos registros, conexões, torneiras e tubulações;
- g. Inspeccionar os reservatórios do subsolo e limpá-los quando necessário, a critério da FISCALIZAÇÃO;
- h. Substituir tampas de caixas de passagem, de inspeção, grelhas e outros dispositivos de proteção ao acesso ao sistema hidrossanitários;
- i. Remanejar ou prover ponto de utilização nas áreas internas ou externas das dependências das instalações da CONTRATANTE;
- j. Prestar auxílio no atendimento à concessionária pública de abastecimento de água quando em vistoria ou execução de serviços da responsabilidade daquela;
- k. Realizar limpeza, desobstrução, esgotamento das caixas de inspeção, areia, gordura e fossas, conforme o caso;
- l. Efetuar a limpeza de caixas de inspeção e de passagem;
- m. Realizar a lubrificação de mancais com graxa, evitando a mistura de graxas diferentes.
- n. Verificar a existência de vazamentos, desperdícios ou uso inadequado nas tubulações, conexões e pontos de consumo externos, tais como torneiras, sanitários, aspersores, válvula, registros e alimentação de espelho d'água, efetuando as correções necessárias;
- o. Verificar o aspecto da água fornecida pela concessionária pública;
- p. Verificar a existência de entupimentos em vasos e ralos em todos os sanitários e saná-los;
- q. Verificar a regulação das válvulas de mictórios e vasos em todos os sanitários e saná-los;
- r. Verificar o estado das tubulações, conexões, ferragens, louças, sanitários, elementos de corte e controle de fluxo realizando a troca quando necessária;
- s. Verificar as “bocas de lobo” e caixas de visita externas, a fim de proporcionar um perfeito escoamento das águas pluviais;
- t. Proceder ao recolhimento de pó de café nas caixas de decantação;
- u. Verificar o estado de conservação dos hidrômetros;
- v. Registrar, em livro próprio, a leitura dos hidrômetros;
- w. Verificar o estado da tubulação primária, consertando possíveis vazamentos;
- x. Verificar a existência de corrosão em tubulações e proceder a sua recuperação ou troca;
- y. Verificar o estado da fixação das tubulações aéreas e reparar (inclusive pintura) se necessário;
- z. Verificar o estado das bombas de recalque e seus contatos de nível superior e inferior;
- aa. Verificar o sistema de captação de águas pluviais (calhas, ralos tubulações e caixas de inspeção);
- bb. Examinar os reajustes nas gaxetas e conexões das bombas;
- cc. Verificar o estado das boias das caixas de água e substituir quando necessário;
- dd. Verificar o nível de água nos reservatórios;
- ee. Verificar o estado de vedação dos reservatórios;
- ff. Verificar o nível das caixas de gordura e proceder à remoção do material ali existente.

#### 8.7.3. NOS RESERVATÓRIOS, CAIXAS D'ÁGUA E BOMBAS

- a. Operar, ligar e desligar as bombas;
- b. Inspeccionar os cabos de alimentação geral das bombas e controlar o gotejamento pelas gaxetas, evitando o regime excessivo;
- c. Inspeccionar as passagens internas das aberturas de ventilação dos motores;
- d. Verificar as condições gerais de segurança no funcionamento das bombas de recalque;



- e. Inspeccionar as válvulas de retenção, o funcionamento das boias inferiores e superiores;
- f. Testar o aquecimento das bombas e inspeccionar os terminais elétricos nas caixas de recalque.
- g. Inspeccionar as tubulações e as conexões hidráulicas;
- h. Verificar se a reserva técnica de incêndio está sendo mantida, registrando o nível observado;
- i. Verificar se as válvulas estão em suas devidas posições “aberta” ou “fechada”;
- j. Verificar se as válvulas, registros e vigas estão limpas, desobstruídas e sem ferrugem;
- k. Verificar se há vazamentos e infiltrações de água através das paredes do reservatório;
- l. Verificar se a estrutura elevada dos tanques necessita de reparos;
- m. Verificar o nível de óleo das bombas e as luvas de acoplamento;
- n. Verificar o alinhamento do eixo das bombas e lubrificar os mancais das bombas;
- o. Inspeção e reparos do medidor de nível, torneira de boia, extravasor, sistema automático de funcionamento de bombas, registros de válvulas de pé e de retenção;
- p. Inspeção da ventilação do ambiente e das aberturas de acesso.

#### **8.7.4. SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM CARPINTARIA E ALVENARIA**

- Vedar fendas e emendas;
- Reparar trincas e rachaduras;
- Impermeabilizar superfícies;
- Recuperar pinturas;
- Repor cerâmica (azulejos, pastilhas e pisos);
- Recolocar pastilhas ou litocerâmica;
- Consertar móveis;
- Substituir portas;
- Ajustar portas e janelas;
- Reparar divisórias;
- Consertar forros.

##### **8.7.4.1. EXEMPLOS DE SERVIÇOS A SEREM REALIZADOS CONSTANTEMENTE**

- a. Realizar a recomposição e construção de elementos de vedação com argamassas e alvenarias;
- b. Realizar a instalação e desinstalação de bancadas, divisórias e outros;
- c. Realizar o chumbamento de peças e tubulações;
- d. Realizar a execução de alvenarias;
- e. Realizar a recomposição de calçamentos, pavimentações e complementos (meios-fios, etc.);
- f. Efetuar a aplicação de revestimentos em paredes, pisos: azulejos, pedras, colagem de revestimentos vinílicos, melamínicos e carpetes;
- g. Efetuar recuperação e execução de caixas de passagem e inspeção, em sistemas hidrossanitários;
- h. Executar serviços de recomposição e construção de bases e lajes de cimento para emprego em muros, caixas d'água e sépticas, esgotos e tanques.

**8.7.4.1.1.** Os serviços que exijam qualquer tipo de alteração na estrutura, ou criação de nova estrutura, deverão ser precedidos de projeto estrutural elaborado por Engenheiro Civil Calculista, com CREA devidamente registrado, devendo ser informado a necessidade à Administração.

#### **8.7.5. NOS PISOS ELEVADOS/ FORRO**

- a. Recuperar acabamento de pisos e forros, quando necessário;
- b. Corrigir a estrutura de sustentação/apoio das placas sempre que necessário.
- c. Chumbamento de trincas no forro com materiais adequados tais como fibras vegetais, pó de gesso, etc. Inclui todos os procedimentos necessários à perfeita execução dos serviços tais como: abertura de furos para acesso à parte superior do forro, recomposição destes furos e outros;
- d. Conserto de pequenos furos, quebras ou remendos em locais danificados;
- e. Recuperação de forro de gesso, utilizando-se pó de gesso, em locais danificados por inspeção ou manutenção de instalações.
- f. Substituição das placas/painéis de gesso acartonado utilizados nos forros quando apresentarem manchas, rachaduras e danos em geral.
- g. Avaliar o estado dos perfis principais e transversais, perfil cantoneira, tirantes e modulações do forro de gesso.

#### **8.7.6. NA ESTRUTURA**

- a. Verificação com correção se possível de quebras, trincas, recalques e desgastes.

#### **8.7.7. NAS LAJES IMPERMEABILIZADAS, MARQUISES OU EQUIVALENTES**

- a. Avaliação da proteção dos rufo e pontos de interferência;
- b. Limpeza da laje e sistema de escoamento.

#### **8.7.8. NAS ALVENARIAS, REVESTIMENTOS, ÁREAS EXTERNAS E INTERNAS, ESQUADRIAS E VIDROS**

- a. Verificação geral do estado de conservação da alvenaria, dos revestimentos de paredes, tetos, pisos (laminados, azulejos, cerâmicas, rejuntamentos, rodapés, soleiras, fixações, proteções, calafetação de juntas, reboco, chapisco, emboço, pinturas, etc.), do passeio externo;
- b. Limpeza quanto aos detritos, pó, graxas, etc.

#### **8.7.9. VERIFICAR, CORRIGINDO QUANDO NECESSÁRIO:**

- a. O estado geral de conservação de calçadas, pátios, revestimentos de pisos e acessos;
- b. A existência de erosão;
- c. O estado geral de conservação e da estabilidade dos muros, cercas, alambrados, corrimãos, portões e a fixação dos gradis;
- d. O estado da pintura repintando-as quando necessário;
- e. Execução da revisão geral de janelas, portas, portões, grades, suportes de aparelhos de ar condicionado de janela, etc., executando consertos e substituindo partes danificadas;

f. Inspeção e lubrificação de trincos, fechaduras, maçanetas, puxadores, dobradiças, trilhos, roldanas, cordoalhas, molas hidráulicas (inclusive as de piso), amortecedores, ajustes de pressão, alinhamento, troca de ferragens e partes danificadas;

g. Executar a limpeza geral do telhado e dos sistemas de escoamento;

h. Inspeção do estado geral das esquadrias metálicas, executando soldas, lixamentos e pinturas de partes soltas, inclusive trocar pivôs;

i. Verificação das telhas, proteção dos ruços, estrutura do telhado, capacidade de escoamento, pontos de interferência;

j. Verificação das vedações e do estado das massas, baquetes e espumas de fixação dos vidros, tanto nas esquadrias quanto nas divisórias;

k. Verificação da existência de trincas, manchas e infiltrações, identificando a origem e corrigindo se necessário.

l. Realização de reparos quando necessários, bem como pequenas intervenções quando necessário, como abertura ou fechamento de vãos e/ou janelas;

m. Substituir, complementar ou reparar os revestimentos de paredes e pisos existentes, constituídos em geral por peças de cerâmica, pedra de granito ou outro material;

n. Realizar pequenas demolições e construções de alvenaria;

o. Confeccionar pequenos elementos de concreto;

p. Recuperar o perímetro do passeio;

q. Substituição de vidros quebrados, das esquadrias;

r. Instalação e/ou substituição de películas, quer sejam para bloqueio de visibilidade ou redução de luminosidade interna.

#### **8.7.9.1. NO PEITORIL**

a. Verificação da calefação das juntas entre esquadria e peitoril, corrigindo-as para evitar a penetração de água;

b. Verificação do correto caimento do peitoril para facilitar o rápido escoamento da água;

c. Verificação da projeção correta do peitoril para fora da face externa da parede e a pingadeira que o compõe.

#### **8.7.9.2. NOS PAINÉIS DIVISÓRIOS**

a. Verificação da estabilidade das divisórias, bem como do estado de conservação de painéis, portas, montantes, etc.;

b. Verificação da fixação e prumo;

c. Verificação do estado de conservação e funcionamento de dobradiças, pinos e parafusos de fixação;

d. Verificação do funcionamento de maçanetas, fechaduras, dobradiças e portas, bem como da existência de chaves, providenciando a confecção se necessário.

**Observação:** (1) Os painéis poderão, dependendo do padrão da edificação, ter colorações diversas (transparente, fumê, etc.).

#### **8.7.9.3. NA PINTURA**

**8.7.9.3.1.** Os profissionais deverão ser capazes de pintar/repintar, emassar, lixar, incluindo:

a. Paredes, pisos, tetos, forros, rodapés, etc.;

b. Tubulações, tampas, caixas, equipamentos, sinalizações etc.;

c. Demarcações de vagas de garagem e de estacionamentos, inclusive sinalizações horizontais e verticais;

d. Elementos metálicos (esquadrias, alambrados, grades, portões etc.), inclusive aplicação de primer;

e. Verificação das superfícies (alvenarias, tetos, pisos, esquadrias, gradis, concreto, divisórias entre outros) quanto à existência de manchas, riscos, pontos de ferrugem, descascamentos, bolhas e vesículas ou exposição do substrato, identificando a origem e corrigindo se necessário.

f. Pintura e/ou repintura e/ou recuperação de pintura em paredes, pisos, tetos, forros, rodapés, ferragens, tubulações, chapas metálicas, tampas, caixas, equipamentos, sinalizações, elementos metálicos (esquadrias, alambrados, grades, portões, etc.), incluída aplicação de primer, etc.

g. Demarcações de vagas de garagem e de estacionamentos, inclusive sinalizações horizontais e verticais.

#### **8.7.9.3.2. Observações:**

(1) A aplicação de bases apropriadas será sempre exigida caso seja verificada a necessidade por parte da FISCALIZAÇÃO da CONTRATANTE.

(2) A CONTRATADA deverá empregar elementos de proteção e isolamento com o objetivo de não causar danos ou transtornos.

(3) As tubulações prediais devem ser mantidas pintadas com as cores específicas conforme dispõe a NBR6493/94 ou outro dispositivo complementar ou que vier a substituí-la.

(4) A pintura de sinalização e identificação de equipamentos contra incêndio deverá seguir as determinações da norma da ABNT NBR07195/95 - NB00076 ou outra que vier a substituí-la.

(5) Na realização dos serviços de pintura deverá ser observado como parâmetro de execução, após o efetivo início dos serviços, 2 (dois) dias corridos a cada 50m<sup>2</sup> ou fração.

(6) A PINTURA DAS ÁREAS EXTERNAS QUE EXCEDER 1.500 M<sup>2</sup> PODERÁ SER, CONFORME O CASO, OBJETO DE LICITAÇÃO ESPECÍFICA.

#### **8.7.10. PORTAS E PORTÕES DE ACESSO COMUM, EXTERNOS E INTERNOS**

**8.7.10.1.** Serão verificadas as portas de acesso aos edifícios e de áreas comuns internas (átrios e corredores) e efetuada a necessária manutenção. Serão verificados os portões metálicos, em chapa ou telas. Relatar os casos em que haja a necessidade de substituição de peças (molas, roldanas) e de serviços de serralheria. Os serviços consistem nas seguintes atividades:

a. Verificar o funcionamento de molas de piso e pivôs, e efetuar a devida regulagem;

b. Verificar o alinhamento e o fechamento das portas e dos portões;

c. Verificar o estado das fechaduras e dos fechos e ferrolhos;

d. Verificar o estado dos elementos de sinalização (faixas adesivas e pinturas);

e. Verificar o estado e o alinhamento dos trilhos e dos portões de correr;

f. Verificar o estado das roldanas e lubrificá-las;

g. Verificar o estado das caixas de roldanas e efetuar o desempenho, se possível;

- h. Verificar o estado dos puxadores e sua fixação;
- i. Verificar o estado geral dos pinos de deslizamento;
- j. Verificar o estado das telas e sua amarração e soldagem;
- k. Verificar o estado dos porta-cadeados;
- l. Verificar o estado das guias de condução e de fechamento e desempená-las quando necessário ou substituí-las;
- m. Verificar o estado geral da pintura.

#### **8.7.11. MANUTENÇÃO DAS PASSARELAS E COBERTURAS DE ESTACIONAMENTO**

- a. Revisão da estrutura metálica/madeira e eliminação de focos de ferrugem, danos à estrutura, restaurando a pintura de proteção e o acabamento original;
- b. Revisão elétrica geral com substituição de elementos danificados;
- c. Reaperto de parafusos, revisão de soldas e da estrutura metálica.
- d. Recuperação/fornecimento e instalação de toldos.

#### **8.7.12. REMANEJAMENTO DE MOBILIÁRIO**

**8.7.12.1.** Deverá ser providenciado pela Contratada o remanejamento de mobiliário sempre que houver readequação de layout e também a movimentação de móveis durante eventuais ocorrências, sendo que nesses casos a solicitação será feita pela Administração com no mínimo 24 horas de antecedência.

### **8.8. SERVIÇOS DIVERSOS E EVENTUAIS**

#### **8.8.1. SERVIÇOS REALIZADOS POR ELETRICISTA**

- a. Fazer instalação elétrica;
- b. Instalar equipamentos elétricos;
- c. Instalar equipamentos de iluminação;
- d. Instalação de pontos de iluminação adicionais;
- e. Instalação de pontos de tomada adicionais;
- f. Instalação de infraestrutura, dimensionamento e instalação de novos circuitos.

#### **8.8.2. SERVIÇOS NAS INSTALAÇÕES DE COMBATE A INCÊNDIO**

- a. Verificar se as caixas de hidrantes estão desobstruídas e sinalizadas adequadamente, conforme as normas em vigor;
- b. Verificar anomalia no abastecimento de água do sistema e da possível existência de válvulas fechadas ou obstruções na tubulação de fornecimento;
- c. Inspeccionar a rede, verificar vazamento nos registros, barriletes, nas caixas de incêndio, entre outros;
- d. Verificação da tubulação hidráulica, suporte, etc., quanto a danos ou ferrugem, pintando sempre que necessário;
- e. Verificar estado de conservação do esguicho, registros, chaves de engate rápido e conexões;
- f. Ajustar a abertura e fechamento das portas das caixas de incêndio;
- g. Verificar e manter as mangueiras acopladas aos registros, de forma ADUCHADA, com o esguicho ligado a uma;
- h. Verificação das entradas para ventilação, se existentes: se estão devidamente protegidas por tela fina, para evitar a entrada de ratos, insetos, etc;
- i. Verificação das portas das caixas de hidrantes com vidro: se estão expostas a raios solares, se o vidro está pintado de azul para a proteção das mangueiras e se a pintura encontra-se em bom estado, pintando caso necessário;
- j. Verificação de vazamentos através de unidade interna;
- k. Identificar eventuais incrustações e detritos aderidos às paredes internas das tubulações e registros efetuando os reparos necessários;
- l. Efetuar limpeza das caixas de incêndio;
- m. Inspeção e limpeza dos bicos de "sprinklers";
- n. Inspeção das tubulações e verificação das condições de funcionamento;
- o. Substituição de válvulas borboleta e registros de gaveta;
- p. Verificar o estado de conservação dos suportes pendentes, com reaperto ou substituição;
- q. Checar o funcionamento das bombas de alimentação do sistema;
- r. Corrigir pontos de corrosão na tubulação.

#### **8.8.3. EXTINTORES DE INCÊNDIO E CILINDROS DE GÁS HÉLIO**

**8.8.3.1.** Os serviços de inspeção, manutenção e recarga de extintores de incêndio (do tipo espuma, CO2, pó químico e água pressurizada) deverão ser realizados em conformidade com a norma NBR 12.962, que especifica os níveis de manutenção abaixo.

**8.8.3.1.1.** A frequência deverá estar de acordo com a legislação em vigor, com as normas técnicas ou de acordo com a necessidade, corrigindo os defeitos e falhas apontadas.

##### **8.8.3.2. MANUTENÇÃO DE PRIMEIRO NÍVEL**

**8.8.3.2.1.** É a manutenção geralmente efetuada no ato da inspeção por profissional habilitado que pode ser executada no local onde o extintor está instalado, não havendo necessidade de removê-lo para oficina especializada. Consiste basicamente em:

- a. Limpeza dos componentes aparentes;
- b. Reaperto de componentes roscados que não estejam submetidos à pressão;
- c. Colocação do quadro de instrução;
- d. Substituição ou colocação de componentes que não estejam submetidos à Pressão por componentes originais;
- e. Conferência por pesagem da carga de cilindros carregados com dióxido de carbono.

##### **8.8.3.3. MANUTENÇÃO DE SEGUNDO NÍVEL**

**8.8.3.3.1.** A manutenção de segundo nível poderá ser realizada por empresa especializada, sob supervisão e responsabilidade da CONTRATADA. Trata-se de manutenção que requer a execução de serviços com equipamento e local apropriado, realizada por

profissional habilitado, a qual consiste basicamente em:

- a. Desmontagem completa do extintor;
- b. Limpeza de todos os componentes;
- c. Verificação das partes internas e externas, quanto à existência de danos ou corrosão;
- d. Troca de componentes, quando necessária, por outros originais;
- e. Regulagem das válvulas de alívio e/ou reguladores de pressão, quando houver;
- f. Ensaio de indicador de pressão, conforme a Norma NBR 09.654;
- g. Controle de rosca, com fixação dos componentes roscados com torques recomendado pelo fabricante, quando aplicável;
- h. Pintura conforme o padrão estabelecido na Norma NBR 07.195 e colocação do quadro de instruções, quando necessário;
- i. Verificação da existência de vazamento;
- j. Colocação do lacre, identificando o executor;
- k. Verificação da carga e se necessário efetuar a recarga.

**8.8.3.3.2.** A manutenção de segundo nível dos extintores, à base de espuma química e carga líquida, à base de água e espuma mecânica, à base de pó, à base de dióxido de carbono será realizada na forma descrita no item 5.1 da norma NBR 12.962.

#### **8.8.3.4. MANUTENÇÃO DE TERCEIRO NÍVEL OU VISTORIA**

**8.8.3.4.1.** Processo de revisão total do extintor, incluindo a execução de ensaios hidrostáticos. A manutenção de terceiro nível deverá ser realizada por empresa especializada, sob supervisão e responsabilidade da CONTRATADA.

#### **8.8.3.5. EXEMPLOS DE SERVIÇOS A SEREM REALIZADOS CONSTANTEMENTE**

- a. Verificar a pressão e carga dos extintores;
- b. Limpar os extintores;
- c. Verificar as condições de fixação dos extintores;
- d. Verificar o lacre dos extintores;
- e. Verificar a existência de vazamentos nos extintores;
- f. Verificar a sinalização no corpo dos extintores;
- g. Submeter os cilindros à pesagem, a fim de constatar possíveis vazamentos, e recarga, se necessária;
- h. Realizar teste hidrostático na época oportuna de acordo com a validade de segurança de cada um, a fim de avaliar a eficiência e a resistência dos vasos e acessórios;
- i. Realizar anualmente a recarga dos extintores.

#### **8.8.3.6. Observações:**

- a. A periodicidade a que se refere o item acima deve ser considerada, preferencialmente, em relação à data da última recarga realizada, não, necessariamente, coincidente com a vigência do contrato.
- b. As empresas executoras das manutenções de segundo e de terceiro níveis, conforme estabelece a NBR 12.962, deverão ser devidamente credenciadas.
- c. Caberá a Contratada acompanhar e verificar os serviços prestados pela(s) subcontratada(s).
- d. Verificar a NBR 12.779 e normas do Estado para manutenção e realização de testes com as mangueiras de incêndio.
- e. Identificada a necessidade de acrescentar extintor à estrutura atual, a Contratada fornecerá o produto com anuência prévia da fiscalização, cujos valores serão ressarcidos pela Contratante.

#### **8.8.3.7. RECARGA DE CILINDRO COM GÁS HÉLIO**

**8.8.3.7.1.** Recarga de cilindro com gás hélio, pureza laboratorial de 5.0 e capacidade mínima de 8,5m³, gás comprimido, aspecto físico incolor, inodoro, inflamável, fórmula química he, massa molecular 4,00, grau de pureza teor mínimo de 99,999%, característica adicional grau analítico, número de referência química cas 7440-59-7, juntamente com capacetes de proteção, que deverá ser realizada sob demanda por empresa especializada.

**8.8.3.7.2.** Realizar manutenção via teste hidrostático para prolongar a vida útil do equipamento e/ou fornecer um cilindro novo, cujo valor será ressarcido pela contratante.

#### **8.8.4. SERVIÇOS DE SERRALHERIA E SOLDA**

- a. Soldar peças e partes de estruturas;
- b. Soldar e costurar tubulações, chapas e outros componentes metálicos;
- c. Executar serviços de serralheria de reparos e adaptações em elementos de chapas, tubos, suportes e outros componentes metálicos, tais como grades, alambrados, portões etc.;
- d. Executar cortes a gás oxicomustível;
- e. Executar serviços em aço e ligas (serralheria e soldagem), e em alumínio (serralheria);
- f. Realizar manutenção de alambrados (soldagem, amarração, adaptação);
- g. Realizar manutenção de portões metálicos, incluindo substituição ou lubrificação de roldanas ou pinos deslizantes, das caixas de roldanas e trilhos, etc.
- h. Realizar manutenção em portas metálicas e tampas de alçapão;
- i. Realizar manutenção nos suportes de correntes e nestas;
- j. Efetuar desmontagem e montagem de estruturas metálicas.

#### **8.8.5. FIBRA ÓPTICA**

- a. Realizar quando possível, emendas em cabo de fibra óptica multimodo de 4 ou 6 fibras.
- b. Fornecer e instalar cabo de fibra óptica multimodo de 4 ou 6 fibras.

**8.8.5.1.** Para esses serviços deverá ser considerado o preço por metro linear de cabo fornecido e instalado. Deverá ser observada a padronização existente na edificação.

#### **8.8.6. SERVIÇOS TÉCNICO-ESPECIALIZADOS**

- a. realizar manutenções nos geradores.
- b. Efetuar instalação e reparo nos equipamentos elétricos e mecânicos.

c. Limpeza, regulação, inspeção, calibração e lubrificação dos mecanismos das cancelas de controle de acesso às instalações, com reparos ou substituição, se necessário, dos elementos que comprometam seu funcionamento.

d. Manutenção dos mecanismos das fechaduras especiais e outros dispositivos de segurança similares, com reparos ou substituição, se necessário, dos elementos que comprometam seu funcionamento.

#### **8.8.7. TRANSPORTE DE ENTULHO**

**8.8.7.1.** Serviços em transporte vertical e horizontal de entulho oriundo de atividade de manutenção realizada pela CONTRATADA até a unidade tipo contêiner.

**8.8.7.1.1.** Também fica a cargo da CONTRATADA:

- a. A locação de unidade(s) tipo contêiner, apropriadas para o transporte de entulho;
- b. A remoção do contêiner das dependências da CONTRATANTE.

**8.8.7.2.** Observações:

- (1) O transporte de entulho deve ser feito em horário e de forma adequados para não gerar transtorno às atividades de expediente da CONTRATANTE.
- (2) As unidades contêiner somente poderão permanecer por período superior a 5 (cinco) dias com autorização da FISCALIZAÇÃO.
- (3) As unidades contêiner deverão ser posicionadas em local a ser definido pela FISCALIZAÇÃO.
- (4) Não poderão ter os contêineres utilização diversa (que não para entulho, oriundo serviço de manutenção).

#### **8.8.8. SINALIZAÇÃO VISUAL**

**8.8.8.1.** Estes serviços têm como objetivo manter em perfeito funcionamento todos os elementos que constituem a sinalização visual interna e externa (letreros e placas) das unidades da CONTRATANTE objeto deste Termo de Referência, sendo encargo da CONTRATADA o fornecimento de material, mão-de-obra, peças, equipamentos e ferramentas que for necessário para a perfeita execução dos serviços.

**8.8.8.1.1. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:** Para consultar as descrições, medidas, padronizações, texturas, materiais etc. dos elementos de sinalização utilizados pela CONTRATANTE, deverão ser consultados os Manuais de Sinalização padronizados pelo órgão ou orientações posteriores, os quais serão disponibilizados pela Fiscalização da CONTRATANTE.

#### **8.8.9. SERVIÇOS DE CHAVEIRO A SEREM REALIZADOS NOS LOCAIS INDICADOS NO SUBITEM 10.1**

**8.8.9.1.** Os serviços consistem basicamente nas seguintes atividades (quando solicitados):

- a. Realizar cópia de chaves (simples e tetra);
- b. Realizar abertura, conserto, instalação e troca de fechaduras;
- c. Realizar troca de segredos de chaves.

#### **8.9. NOS PRIMEIROS 60 DIAS DO CONTRATO, A CONTRATADA DEVERÁ REALIZAR**

##### **8.9.1. NAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS**

- a. Revisão em todo sistema de luminárias com substituições de seus componentes e alimentadores danificados;
- b. Revisão em todo sistema de tomadas e interruptores com substituição de seus componentes danificados e alimentadores;
- c. Substituição de lâmpadas queimadas, reatores danificados e inoperantes, soquetes, luminárias, difusores, spots, plafonier, calhas e etc;
- d. Substituição de tomadas danificadas e inoperantes, parafusos e terminais, espelhos de bronze, de baquelite e etc.
- e. Revisão das baterias de nobreaks e substituição se verificada a ocorrência de quebras, rachaduras, estufamentos e/ou vazamentos.

##### **8.9.2. NAS INSTALAÇÕES DE COMBATE A INCÊNDIO HIDRANTES**

- a. Reposição de registros faltantes, inoperantes e/ou avariados;
- b. Substituir mangueiras danificadas e/ou em mau estado de conservação;
- c. Substituir portas das caixas de incêndio danificadas ou em mau estado de conservação;
- d. Executar pintura das caixas de incêndio sempre que for necessário e apontado pela Fiscalização.

##### **8.9.3. NAS INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS**

- a. Revisão em todos os banheiros para retirada de vazamentos, com a substituição dos componentes danificados;
- b. Substituição de válvulas de descarga dos sanitários;
- c. Substituir metais sanitários sempre que solicitado e quando necessário;
- d. Substituir louças sanitárias danificadas ou quando solicitado pela FISCALIZAÇÃO;
- e. Substituir tubulação hidráulica e/ou sanitária;
- f. Providenciar intervenções de emergência e de contingência;
- g. Revisão na rede geral de abastecimento de água potável;
- h. Revisão dos poços artesianos;
- i. Revisão do sistema elevatório de água potável;
- j. Revisão na área de esgoto.

##### **8.9.4. NOS RESERVATÓRIOS E CAIXAS DE ÁGUA**

- a. Executar impermeabilização sempre que for constatada a necessidade;
- b. Substituição de válvulas de pé e de retenção, registros, torneiras de boia e automáticos.

##### **8.9.5. NAS BOMBAS DE RECALQUE**

- a. Reparar a carcaça dos motores em caso de corrosão e/ou substituí-las;
- b. Substituir válvulas de retenção quando for constatada a necessidade;

- c. Efetuar eventuais trocas de peças ou equipamentos, quando sua recuperação se tornar inviável;
- d. Proceder toda e qualquer intervenção, no local ou fora dele, para garantir o bom funcionamento do sistema de bombeamento inclusive as bombas.

#### 8.9.6. EXINTORES

- a. Substituir vasilhames se corroídos ou acidentados;
- b. Substituir a cápsula de gás carbônico quando estiver corroída ou com o selo da válvula violado;
- c. Substituição de extintor de pó químico quando for verificado o empedramento do seu conteúdo;
- d. Substituição do extintor em caso de danos irreparáveis.

#### 8.10. DOS SERVIÇOS DIVERSOS E EVENTUAIS

**8.10.1.** A CONTRATANTE, por intermédio da FISCALIZAÇÃO, convocará a CONTRATADA, sempre que necessário, para a realização de serviços eventuais de manutenção ou de reparos, os quais não poderão ser realizados pelos postos de serviço (Equipe Permanente), salvo se autorizado expressamente pela FISCALIZAÇÃO. Tais trabalhos deverão ser executados por profissionais qualificados e especializados, a exemplo do quadro abaixo, dada as especificações técnicas dos serviços.

| PROFISSIONAIS A SEREM CONTRATADOS EVENTUALMENTE |         |  |   |
|---|---------|--|---|
| Ocupação  | CBO     | Atribuições  | Requisitos de qualificação  |
| ENGENHEIRO CIVIL                                | 2142-05 | Elaborar projetos de engenharia civil, gerenciar obras, controlar a qualidade de empreendimentos coordenar a operação e manutenção do empreendimento, prestar consultoria, assistência e assessoria e elaborar pesquisas tecnológicas.   | Requer-se formação em nível superior em tecnologia em construção civil ou engenharia civil e registro no CREA   |
| ELETRICISTA                                     | 7156-15 | Planejar serviços elétricos, realizar instalação de distribuição de alta e baixa tensão, montar e reparar instalações elétricas e equipamentos auxiliares em residências, estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços, instalar e reparar equipamentos de iluminação de cenários ou palcos.   | Requer-se ensino médio curso técnico profissionalizante com certificação. Experiência de pelo menos um ano no exercício da função comprovada em carteira de trabalho. |
| SERVENTE  | 7170-20 | Demolir edificações de concreto, de alvenaria e outras estruturas; preparam canteiros de obras, limpando a área e compactando solos. Efetuar manutenção de primeiro nível, limpando máquinas e ferramentas, verificando condições dos equipamentos e reparando eventuais defeitos mecânicos nos mesmos. Realizar escavações e preparar massa de concreto e outros materiais. | Experiência em carteira de trabalho na função especificada.   |
| PEDREIRO  | 7152-10 | Executa trabalhos de alvenaria, concreto e outros materiais guiando-se por desenhos, esquemas e especificações e utilizando processos e instrumentos pertinentes ao ofício, para construir, reformar ou reparar prédios e obras similares.   | Experiência em carteira de trabalho na função especificada.   |

**8.10.2.** De acordo com a dimensão e complexidade dos serviços eventuais a serem realizados, serão definidos prazos para conclusão dos trabalhos em comum acordo entre a FISCALIZAÇÃO do contrato e a CONTRATADA. Tais prazos serão registrados nas OS – Ordens de Serviço e seus descumprimentos estarão sujeitos à aplicação de penalidades.

**8.10.3.** Mediante a utilização de OS – Ordem de Serviço, a CONTRATANTE, por intermédio do Fiscal do contrato, convocará a CONTRATADA, sempre que houver a necessária demanda, para a realização de serviços eventuais de manutenção ou de reparos.

**8.10.4.** Tais trabalhos deverão ser executados por profissionais qualificados especializados, sob acompanhamento e orientação (remoto ou presencial) do Engenheiro Responsável da CONTRATADA.

**8.10.5.** Os Serviços Eventuais serão previamente orçados pela CONTRATADA de acordo com os preços unitários estimados no ANEXO I-A.2.

**8.10.6.** A relação dos serviços citados no ANEXO I-A.2 serve apenas como parâmetro para composição dos custos da empresa, uma vez que, realizada a execução das atividades, esse quantitativo poderá oscilar, ou seja, ser superior ou inferior, competindo à fiscalização designada pela Contratante verificar e validá-los.

**8.10.6.1.** A relação dos serviços do ANEXO I-A.2, portanto NÃO É EXAUSTIVA e não exime a CONTRATADA da prestação de outros.

**8.10.7.** As composições dos serviços seguirão, sempre que possível, as composições constantes no SINAPI. Apenas na impossibilidade de uso do SINAPI, deverão ser utilizadas, na ordem que se segue, fontes de outros órgãos públicos, tabelas de revistas especializadas (Ex.: PINI) ou elaborada pela CONTRATADA, que nesse caso será avaliada pela fiscalização.

**8.10.8.** A emissão da OS far-se-á, por meio de solicitação através de documento oficial.

**8.10.9.** A CONTRATADA somente iniciará os serviços considerados eventuais após a emissão da respectiva OS, ou autorização provisória, sendo considerados nulos para efeito de pagamento quaisquer serviços realizados sem a emissão de autorização.

**8.10.10.** Sempre que exigido, a CONTRATADA obrigará-se a registrar a ART – Anotação de Responsabilidade Técnica – dos serviços eventuais realizados, no CREA-RO, apresentando à Fiscalização o comprovante de registro e quitação.

**8.10.11.** Os serviços eventuais serão pagos separadamente do valor mensal referente à equipe permanente e serão previamente orçados pela CONTRATADA de acordo com os preços unitários e composições elaboradas com base na tabela SINAPI, sem desoneração, da Unidade da Federação em que esteja localizada a Unidade Contratante, no caso em tela, Rondônia, vigente à época da assinatura do contrato, e esta será utilizada de forma fixa e irrevogável pelo período de 12 (doze) meses, aplicado o percentual de BDI ofertado na licitação. Decorrido esse período, ou seja, cumprida a anualidade da apresentação da proposta, caso o contrato seja

prorrogado, será adotada nova publicação da tabela SINAPI, que será utilizada por mais 12 (doze) meses consecutivos e assim sucessivamente até o final dos 60 meses de vigência. Essa sistemática se deve à observância do art. 40, inciso XI, c/c o art. 120, da Lei 8.666/1993, o qual prevê que os valores contratados serão reajustados anualmente.

**8.10.12. As despesas com os serviços eventuais estão limitadas ao valor anual estimado.**

**8.10.13.** Na hipótese de não haver identidade total entre o serviço realizado e as tabelas públicas mencionadas no subitem anterior, será admitida a quantificação por analogia com serviços semelhantes e de mesma natureza, constantes daquelas tabelas ou em último caso, será aplicada a sistemática de pesquisa de preço de mercado, conforme estabelecido no subitem abaixo.

**8.10.13.1.** Caso algum serviço, comprovadamente, não faça parte das tabelas supracitadas, e não possa ser orçado conforme o método descrito no subitem logo acima, a empresa deverá apresentar cotação com um mínimo de três preços obtidos no mercado, cobrando da Administração o menor valor obtido, com a aplicação do BDI ofertado na licitação, apurado na planilha de custos **ANEXO I-A.2 (PREENCHIMENTO PELA LICITANTE)**. A cotação dos preços deverá ser apresentada à administração para que seja aprovada, através de Ordem de Serviço (OS). O valor das OS's autorizadas pela Administração deverá ser faturado juntamente com os serviços mensais prestados.

**8.10.14.** Os serviços prestados deverão possuir garantia mínima de seis meses e os materiais, peças e componentes por ventura empregados, a garantia do fabricante e são de responsabilidade da CONTRATADA.

**8.10.15.** A estimativa referente aos **SERVIÇOS DIVERSOS E EVENTUAIS**, passíveis de subcontratação é de R\$ 10.609,57 (dez mil seiscentos e nove reais e cinquenta e sete centavos) ao mês, R\$ 127.314,85 (cento e vinte e sete mil trezentos e quatorze reais e oitenta e cinco centavos) ao ano, totalizando **R\$ 212.191,42** (duzentos e doze mil cento e noventa e um reais e quarenta e dois centavos) em 20 meses, já acrescidos o BDI ora estimado em 23,90% conforme discriminado na tabela abaixo:

| BDI                   |         |               |
|-----------------------|---------|---------------|
| ADMINISTRAÇÃO CENTRAL |         | 3,00%         |
| SEGURO + GARANTIA     |         | 0,80%         |
| RISCO                 |         | 0,97%         |
| DESPESAS FINANCEIRAS  |         | 0,59%         |
| IMPOSTOS              | ISS     | 5,00%         |
|                       | PIS     | 0,65%         |
|                       | CONFINS | 3,00%         |
| LUCRO                 |         | 7,40%         |
| <b>BDI =</b>          |         | <b>23,90%</b> |

**8.10.16.** O valor mensal indicado trata-se de mera estimativa e previsão de gasto, podendo ocorrer, durante a execução do contrato demanda superior e atípica, devidamente relatada e justificada, desde que expressamente autorizado pela FISCALIZAÇÃO do Contrato, e de forma que a soma dos valores mensais não ultrapasse o montante total contratado.

**8.10.17.** O saldo remanescente não utilizado para pagamento de um determinado serviço eventual poderá ser remanejado para pagamento de outro, desde que o valor total previsto não seja ultrapassado. Caso haja necessidade de determinado serviço e não houver mais saldo para seu pagamento, poderá ser utilizada a verba prevista para materiais, peças e componentes, conforme mencionado no item 8.11.12 deste Termo, respeitados os preços unitários registrados para cada serviço e vice-versa.

## **8.11. DO FORNECIMENTO DE INSUMOS/MATERIAIS**

**8.11.1.** Caberá à CONTRATADA adquirir os materiais, peças e componentes necessários à execução das manutenções preventivas, corretivas e emergenciais a serem aplicados nos equipamentos e instalações da CONTRATANTE, que serão pagos mediante ressarcimento desde que tais materiais não estejam compreendidos como “equipamentos e ferramental básicos” ou “material de consumo/insumos” (itens 8.11.12.1 e 9 deste).

**8.11.2. Para o fornecimento dos materiais, peças de reposição e componentes, estimados em R\$ 384.726,44 (trezentos e oitenta e quatro mil setecentos e vinte e seis reais e quarenta e quatro centavos) para 20 meses, a Contratada deverá apresentar ao fiscal do contrato cópia das notas fiscais de compra detalhando o valor, acrescendo-se o BDI DIFERENCIADO estimado em 13,87%.**

**8.11.2.1. Todos os custos envolvidos para o fornecimento dos materiais e peças, inclusive o BDI DIFERENCIADO, deverão estar previstos em campos específicos do ANEXO I-A.3 - CUSTOS DOS MATERIAIS E PEÇAS, observados os valores previstos no item 8.11.12 deste.**

**8.11.3.** Todos os materiais a serem empregados nos serviços deverão ser comprovadamente novos, de primeiro uso, atender rigorosamente aos padrões especificados e às normas da ABNT e possuir garantia conforme prazo estabelecido pelo fabricante.

**8.11.4.** Se julgar necessário, a fiscalização poderá solicitar à CONTRATADA informação no tocante a origem dos materiais ou de certificados de ensaios relativos aos mesmos, comprovando a qualidade dos itens empregados. Os ensaios e as verificações serão providenciados pela CONTRATADA com aprovação pela FISCALIZAÇÃO.

**8.11.5.** A CONTRATADA será considerada responsável pela guarda dos materiais em seu estoque, devendo apresentar à CONTRATANTE, sempre que solicitado, os materiais/peças estocados e os respectivos registros de entrada e saída.

**8.11.6.** A CONTRATADA deverá disponibilizar armários/prateleiras para guarda dos materiais, máquinas e equipamentos, os quais deverão ser instalados em local apropriado e estabelecido pela CONTRATANTE, assim como, disponibilizar aos seus empregados armários individuais para guarda de seus pertences.

**8.11.7.** Os materiais que não atenderem às especificações não poderão ser estocados nas dependências da CONTRATANTE. Os materiais inflamáveis só poderão ser depositados em áreas autorizadas pela FISCALIZAÇÃO, devendo a CONTRATADA providenciar para estas áreas os dispositivos de proteção contra incêndio determinados pelos órgãos competentes.

**8.11.8.** As cores de quaisquer materiais e pinturas a serem executadas serão definidas ou confirmadas pela FISCALIZAÇÃO.

**8.11.9.** A CONTRATADA deverá providenciar a aquisição dos materiais em tempo hábil para a execução dos serviços de acordo com o cronograma. A FISCALIZAÇÃO não aceitará a alegação de atraso dos serviços devido ao não fornecimento tempestivo dos materiais pelos fornecedores.

**8.11.9.1.** Para a aquisição dos materiais, a Contratada deverá dentre outros, apresentar à

Contratante no mínimo 3 (três) orçamentos de empresas do ramo, cujos preços pesquisados constarão do FORMULÁRIO DE AUTORIZAÇÃO DE COMPRA – FAC para análise ulterior desta, sendo aceito o menor preço entre os cotados, observado valor da Tabela SINAPI, quando existente.

**8.11.9.1.1.** A CONTRATANTE poderá recusar da CONTRATADA orçamento de materiais cujos valores estejam acima da tabela SINAPI e na ausência de item na citada tabela, os valores praticados no mercado mediante orçamento específico por sua própria iniciativa. Sendo possível a aquisição por valor inferior, a Contratante indicará à CONTRATADA o local para aquisição.

**8.11.9.1.2.** Sempre que o preço pesquisado pela CONTRATANTE apresentar menor valor que o da CONTRATADA, a mesma deverá efetuar a aquisição pelo valor informado pela Administração, de acordo com as especificações do pedido.

**8.11.10.** Caberá à CONTRATADA adquirir as Peças de Reposição e Materiais primando por produtos com qualidade e eficiência compatíveis com os existentes nas Unidades da CONTRATANTE.

**8.11.10.1.** Quando, na execução de um serviço houver a possibilidade de utilização de dois ou mais materiais, com a mesma função, escolher-se-á sempre o material de melhor qualidade e durabilidade do serviço.

**8.11.11.** Para realizar a aquisição dos materiais e peças e obter o pagamento destes, a CONTRATADA deverá observar a sequência abaixo:

**a.** Dispor a ORDEM DE SERVIÇO (OS) correspondente, conforme Anexo I-B, da qual constará a descrição detalhada dos serviços e a necessidade de aquisição das Peças/Materiais necessários, contendo a assinatura do solicitante;

**b.** Apresentar FORMULÁRIO DE AUTORIZAÇÃO DE COMPRA (FAC) – Anexo I-C, que conterá a descrição das Peças/Materiais necessários, os valores unitários dos itens, subtotais e o total para pagamento, conforme pesquisas de preços, no mínimo 3, junto as empresas do ramo;

**c.** Encaminhar a OS e a FAC a FISCALIZAÇÃO do contrato;

**d.** Concedida a autorização, efetivar a compra;

**e.** Dar entrada da Peça/Material adquirido na Unidade solicitante (conforme determinado pela FISCALIZAÇÃO), com a respectiva nota fiscal de fornecimento, OS e FAC, solicitando a conferência à FISCALIZAÇÃO, que deverá atestar a nota fiscal de aquisição.

**f.** Registrar a entrada do material adquirido no seu controle de estoque, com a respectiva data de entrada.

**g.** Registrar a baixa do material empregado no seu controle de estoque, quando da sua utilização, com a respectiva destinação, número de OS, FAC e data de saída.

**h.** A partir do primeiro dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, apresentar juntamente ao documento de cobrança dos serviços (Nota Fiscal da contratada) o Extrato das Compras Realizadas - ECR (conforme modelo Anexo I-D) acompanhado das respectivas Ordens de Serviços e de cópias das notas fiscais ali relacionadas e já atestadas pelo representante da CONTRATANTE à época da entrada das peças/materiais nas instalações, devendo ser entregues no Setor de Protocolo da SR/PF/RO e/ou encaminhadas para o e-mail [protocolo.sellog.sro@pf.gov.br](mailto:protocolo.sellog.sro@pf.gov.br), contendo todos os documentos exigidos.

**i.** O valor consolidado dos materiais por localidade deverá vir discriminado na nota fiscal da Contratada acrescidos do BDI DIFERENCIADO, ora estimados pela Administração em 13,87%.

**8.11.12.** A estimativa de gastos com a aquisição de materiais, peças de reposição e componentes é de R\$ 19.236,32 (dezenove mil duzentos e trinta e seis reais e trinta e dois centavos) ao mês, totalizando R\$ 384.726,44 (trezentos e oitenta e quatro mil setecentos e vinte e seis reais e quarenta e quatro centavos) para 20 meses, já acrescido o percentual de BDI DIFERENCIADO, conforme distribuído na tabela abaixo, ora estimados em 13,87%:

| BDI DIFERENCIADO (MERO FORNECIMENTO) |         |        |
|--------------------------------------|---------|--------|
| ADMINISTRAÇÃO CENTRAL                |         | 2,00%  |
| SEGURO + GARANTIA                    |         | 0,80%  |
| RISCO                                |         | 0,97%  |
| DESPESAS FINANCEIRAS                 |         | 0,59%  |
| IMPOSTOS                             | ISS     | 0,00%  |
|                                      | PIS     | 0,65%  |
|                                      | CONFINS | 3,00%  |
| LUCRO                                |         | 5,11%  |
| BDI =                                |         | 13,87% |

**8.11.12.1.** Os Materiais de limpeza e de consumo necessários aos serviços (álcool, água destilada, óleos lubrificantes, detergentes, sabões, estopas, panos, esponja de aço, utensílios e produtos de limpeza, graxas e desengraxantes, produtos anti-ferrugem, WD 40, solventes, materiais de escritório, pilhas para lanterna e etc.), deverão ter seus custos contemplados no preço da planilha de custo e formação de preços, portanto, não serão objeto de ressarcimento pela Contratante.

**8.11.12.2.** O valor mensal indicado trata-se de mera estimativa e previsão de gasto, podendo ocorrer, durante a execução do contrato, consumo mensal superior e atípico, devidamente relatado e justificado, desde que expressamente autorizado pela FISCALIZAÇÃO do Contrato, e de forma que a soma dos valores mensais não ultrapasse o montante total contratado.

**8.11.13.** Caso não se adquira materiais e peças de reposição, o valor da fatura corresponderá ao valor global lícito referente à Mão de Obra, que será considerado o valor mensal da contratação.

**8.11.14.** Os materiais, peças e componentes empregados terão a garantia do fabricante.

**8.11.15.** O serviço de substituição de peças, partes e acessórios é de responsabilidade da CONTRATADA.

**8.11.16.** Caberá à CONTRATADA a correta destinação das peças/materiais substituídos, observada a Legislação Ambiental vigente e de medicina e segurança do trabalho, devendo apresentar, sempre que solicitado, os respectivos controles e comprovantes referentes ao processo de destinação supracitado.

## 9. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

**9.1.** A contratada deverá colocar à disposição das EQUIPES DE MANUTENÇÃO, para uso individual ou coletivo, os equipamentos e ferramentas necessários à prestação dos serviços.

**9.2.** Caberá à CONTRATADA dimensionar e manter em condições adequadas de uso e funcionamento os equipamentos e ferramentas, bem como zelar pela sua correta utilização.

**9.3.** As ferramentas e equipamentos deverão estar em perfeitas condições de uso, sendo substituídos aqueles que não estejam em condições adequadas à execução dos serviços.



9.4. A lista e estimativa constante no **Anexo I-A.1.1** não é exaustiva. A CONTRATADA estará obrigada a disponibilizar as Equipes de Manutenção quaisquer outros equipamentos, aparelhos e ferramental básicos que se fizerem necessários à perfeita execução dos serviços objeto deste Termo de Referência.

9.4.1. As marcas indicadas servem como parâmetro de qualidade, podendo ser fornecidas marcas similares, cujo desempenho e características sejam equivalentes, observada a padronização das instalações, desde que previamente aceitos pela FISCALIZAÇÃO.

9.4.1.1. A similaridade indicada é em relação ao atendimento dos requisitos e critérios mínimos de desempenho especificados e normatizados, coincidência de aspectos visuais (aparência/acabamento), de materiais de fabricação, de funcionalidade e de ergonomia. A similaridade será avaliada pela FISCALIZAÇÃO, antes da aplicação, mediante sua apresentação pela CONTRATADA.

9.4.2. No caso de não haver indicação de marca como padrão de referência, deverão ser observadas as marcas e os modelos padronizados dos materiais instalados nas edificações da CONTRATANTE; ou, em não havendo mais no mercado (retirada de linha de fabricação ou outro motivo justificável) substituir por similar ou superior em qualidade.

9.5. Os Equipamentos, Aparelhos e Ferramental Básicos necessários aos serviços deverão ficar à disposição das Equipes nas Unidades previstas neste, na "SALA DE MANUTENÇÃO PREDIAL", acomodados adequadamente em armários ou estantes e devidamente identificados no padrão 5S. Os que serão utilizados sob demanda deverão ser disponibilizados para execução dos serviços programados ou motivados no prazo de até 24 horas corridas de sua solicitação.

## 10. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

### 10.1. Do Local de realização dos serviços

#### 10.1.1. Superintendência Regional de Polícia Federal em Rondônia – SR/PF/RO

Endereço: Av. Lauro Sodré, nº 2905, Bairro Nacional, Porto Velho/RO, CEP 76.802-449.

Email: [selog.sro@pf.gov.br](mailto:selog.sro@pf.gov.br) / [gescon.selog.sro@pf.gov.br](mailto:gescon.selog.sro@pf.gov.br) / [nad.selog.sro@pf.gov.br](mailto:nad.selog.sro@pf.gov.br)

Contato: (69) 3216-6205 (SELOG) – 3216-6231 (Contratos) – 3216-6718 (Material)

#### 10.1.2. Base operacional GISE

Endereço: Porto Velho/RO

#### 10.1.3. Delegacia de Polícia Federal em Guajará-Mirim/RO – DPF/GMI/RO

Endereço: Av. Duque de Caxias, 2409, Bairro Santa Luzia - Guajará-Mirim/RO - CEP 76.850-000

Contato: (69) 3516-4300

#### 10.1.4. Delegacia de Polícia Federal em Ji-Paraná - DPF/JPN/RO

Endereço: Rua Eng. Manoel Barata Almeida da Fonseca, 262 – bairro Dois de Abril – Ji-Paraná/RO

Contato: (69) 3411-2300 / 69 3411-2306

#### 10.1.5. Delegacia de Polícia Federal em Vilhena/RO - DPF/VLA/RO

Endereço: Av. Quinze de Novembro, 3.485 – bairro Centro - Vilhena/RO

Contato: (69) 3316-1600 / 3316-1608

#### 10.1.6. Posto Avançado em Pimenta Bueno/RO

Endereço: Rua Floriano Peixoto, 336, Bairro Pioneiros – Pimenta Bueno/RO

Contato: (69) 3451-9631 / 3451-1616

10.1.7. Ao longo da vigência do contrato, a critério exclusivo da CONTRATANTE, poderá haver a exclusão ou inclusão de unidades na lista de imóveis, edificações e instalações a serem mantidas, observados os municípios acima citados, devendo a CONTRATADA ser antecipadamente comunicada sobre essas alterações para que sugira as adequações devidas nos planos periódicos de manutenção, considerando as novas demandas por serviços e materiais, submetendo-as em seguida à apreciação da Fiscalização, e realize os ajustes necessários nos serviços por ela prestados. A CONTRATADA deverá, ainda, atuar em eventos, em instalações temporárias e/ou itinerantes sempre que houver necessidade, mediante prévia solicitação e autorização da CONTRATANTE.

10.2. Os serviços ocorrerão no período compreendido das 07:00 às 18:00 horas, com escala de segunda a sexta-feira, respeitando-se a jornada de 44 horas semanais, podendo a critério da CONTRATANTE a execução dos serviços ser realizada, excepcionalmente, aos sábados, domingos e feriados com compensação das horas em folgas, se realizados pela Equipe permanente.

10.3. Considerando os serviços a serem executados e as recomendações da Instrução Normativa SEGES/ME nº 05, de 2017, estima-se a necessidade da CONTRATADA possuir em seu quadro de empregados para compor a equipe permanente conforme composição MÍNIMA abaixo:

| Local de lotação                     | Profissional  | Quantidade | Horas/Semana | Incidência de Vale Transp. |
|--------------------------------------|---|------------|--------------|----------------------------|
| Edifício Sede da SR/PF/RO e Gise/PVH | Oficial de Manutenção Predial                             | 01         | 44           | Sim                        |
|                                      | Auxiliar de Manutenção Predial (Auxiliar Serviços Gerais) | 01         | 44           |                            |
| DPF/Ji-Paraná                        | Oficial de Manutenção Predial                             | 01         | 44           | Não                        |
| DPF/Vilhena                          | Oficial de Manutenção Predial                             | 01         | 44           |                            |
| DPF/Guajará-Mirim                    | Oficial de Manutenção Predial                             | 01         | 44           |                            |

| EQUIPE PERMANENTE              |         |  |  |
|--------------------------------|---------|--|--|
| Ocupação                       | CBO     | Atribuições  | Requisitos de qualificação   |
| Oficial de Manutenção Predial  | 5143-25 | Executar serviços de manutenção elétrica, mecânica, hidráulica, carpintaria e alvenaria, substituindo, trocando, limpando, reparando e instalando peças, componentes e equipamentos. Conservar vidros e fachadas, limpar recintos. Trabalhar seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente.   | Ensino fundamental, curso técnico profissionalizante com certificação. Experiência de pelo menos um ano no exercício da função comprovada em carteira de trabalho. |
| Auxiliar de Manutenção Predial | 5143-10 | Auxiliar os profissionais das áreas elétricas, hidráulicas e os profissionais volantes em suas atividades; realizar a limpeza do local onde foram realizados os serviços objeto do contrato; realizar a remoção dos entulhos do local onde foram realizados os serviços objeto do contrato; executar tarefas manuais simples que exijam esforço físico; carregar móveis e equipamentos para local indicado pela Administração; executar outras atividades compatíveis com as atribuições do cargo. | Experiência em carteira de trabalho na função especificada.  |

**10.4.** Todos os postos serão acrescidos do adicional de periculosidade (30%), conforme Laudo Técnico Pericial vigente de nº 09878.2009 emitido em 22/04/2010 do TRT 14ª Região.

**10.5.** Para as Unidades localizadas em Porto Velho/RO e Ji-Paraná/RO considerar-se-á o fornecimento de VALE TRANSPORTE pela empresa aos seus empregados. Referido auxílio não deverá ser incluso nos custos dos empregados que atuarão nas outras localidades que não dispõem de transporte coletivo, contudo, para os postos dessas localidades, sem transporte coletivo, deverá ser observado eventual valor previsto em Convenção Coletiva de Trabalho da categoria.

**10.6.** Na execução de serviços especializados, não contemplados no rol de habilidades e/ou que venham a extrapolar, eventualmente, a habilitação dos integrantes da EQUIPE PERMANENTE, dentre os quais podemos citar as manutenções corretivas em: portão eletrônico, cerca elétrica, sistemas de impermeabilização ou em bombas de recalque, dentre outros, os profissionais da EQUIPE EVENTUAL poderão ser acionados para prestar apoio à EQUIPE PERMANENTE para o caso das demandas específicas e esporádicas.

**10.6.1.** Ambas as equipes deverão ser compostas por profissionais com experiência comprovada e supervisionada por profissional(is) de nível superior – que assumirá(ão) a responsabilidade técnica pela execução dos serviços em sua(s) área(s) específica(s) – conforme planejamento de manutenção previamente elaborado pela CONTRATADA e aprovado pela CONTRATANTE ou mediante solicitação expressa desta.

**10.7.** A supervisão dos serviços será realizada por Engenheiro Civil e/ou por Engenheiro Eletricista, a depender do tipo de serviço, do quadro permanente ou com relação contratual formal com a CONTRATADA, e este profissional deverá ter, no mínimo, as atribuições e requisitos de qualificação expressos abaixo:

| Ocupação                    | Atribuições  | Requisitos de qualificação  |
|-----------------------------|--|---|
| Engenheiro (Civil/Elétrico) | Desempenho das atividades discriminadas na Resolução nº 218 do CONFEA, de 29/06/73, atribuídas a esta modalidade profissional. Supervisão de serviços relacionados à manutenção de instalações, equipamentos e sistemas prediais dentre outros previstos neste Termo | Conclusão de curso de nível superior em engenharia civil / elétrica, registro no Conselho Regional de Engenharia, e 02 (dois) anos de Experiência comprovada em |

|  |                |                        |
|--|----------------|------------------------|
|  | de Referência. | atividades correlatas. |
|--|----------------|------------------------|

**10.7.1.** A CONTRATADA deverá apresentar a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, de acordo com o art. 1º da Lei Federal nº 6.496/77 e art. 3º da Resolução nº 425/98 do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA, no prazo de 15 dias, contados do início da vigência do contrato, referente ao profissional acima, de forma a abranger todo o Objeto e período de vigência do Contrato como pré-requisito para o pagamento da primeira nota fiscal/fatura, procedimento este a ser mantido em períodos subsequentes em caso de prorrogação contratual.

**10.7.2.** A LICITANTE deverá apresentar DECLARAÇÃO indicando o nome, CPF e número do registro no CREA do responsável técnico que acompanhará a execução dos serviços de que trata este Termo de Referência.

**10.7.3.** Quando da troca de responsável técnico, o currículo de seu substituto deverá ser previamente aprovado pela FISCALIZAÇÃO e será providenciada nova ART, conforme disciplina a Resolução CONFEA nº 425/98.

**10.7.4.** Serão utilizadas para a supervisão, coordenação e acompanhamento dos serviços de manutenção predial visitas do responsável técnico da CONTRATADA. A supervisão será utilizada, ainda, para apontamento de soluções, vistorias conjuntas, acompanhamento de serviços e demais atividades que se fizerem necessárias.

**10.7.5.** A supervisão citada deverá ter seus custos previstos na PLANILHA dos serviços eventuais (Anexo I-A.2 deste), discriminando os valores utilizados para o seguinte número de visitas:

a. PRÉDIO-SEDE: 07 visitas em 20 meses (aproximadamente 01 visita/trimestre).

b. DEMAIS UNIDADES: 03 visitas em 20 meses (aproximadamente 1 visita por semestre).

**10.7.6.** As visitas acima serão registradas no LIVRO DE MANUTENÇÃO, tanto nas Unidades Descentralizadas quanto do Prédio-Sede, e serão registradas pela FISCALIZAÇÃO.

**10.7.7.** 1 (uma) visita estima-se corresponder a 8/h dia, cuja demanda total prevista para a SR/PF/RO e suas Descentralizadas é de 161 horas em 20 meses.

**10.8.** Caso o responsável técnico não seja o PREPOSTO da CONTRATADA, essa deverá formalmente designar um representante para ser o elemento de contato junto a CONTRATANTE.

**10.9.** Caberá à EQUIPE PERMANENTE a execução dos serviços, de acordo com o PLANO DE MANUTENÇÃO PREDIAL e cronograma de visitas propostos pela CONTRATADA e aprovados pela CONTRATANTE.

**10.10.** A CONTRATADA deverá dispor de EQUIPE DE SUPORTE, para atendimento a chamadas emergenciais, inclusive aos sábados, domingos e feriados, por meio de telefones informados pela empresa no dia imediatamente posterior à assinatura do contrato, sem quaisquer ônus adicionais.

**10.11.** Não poderá ser cobrado da CONTRATANTE o ressarcimento relativo ao pagamento de horas extras de trabalho pela empresa aos seus empregados, podendo ser admitida a utilização por ela do sistema de banco de horas, desde que respeitadas às condições e vedações impostas pela legislação vigente.

**10.12.** Os serviços de manutenção preventiva e corretiva, sempre que possível, deverão ser desenvolvidos no turno indicado para a operação. Entretanto, caso a natureza do serviço a ser executado possa causar interrupções no funcionamento do sistema, ou causar qualquer problema ao normal funcionamento da CONTRATANTE, os serviços deverão ser programados para outros horários e dias.

**10.13.** Para a execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar todos os materiais de insumo, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

**10.14.** As instalações para manutenção predial preventiva e corretiva das unidades da Polícia Federal em Rondônia contemplam no mínimo o que segue:

| INSTALAÇÕES |                                      |                |                  |          |          |          |                    |           |
|-------------|--------------------------------------|----------------|------------------|----------|----------|----------|--------------------|-----------|
| ITEM        | DESCRIÇÃO                            | UNIDADE MEDIDA | UNIDADE          |          |          |          |                    | TOTAL     |
|             |                                      |                | SR/RO E GISE/FVH | DPF/GMI  | DPF/JPN  | DPF/VLA  | ROOSEVELT P. Bueno |           |
| 1           | Área construída                      |                | 5.375,59         | 1.595,65 | 1.474,00 | 1.394,00 | 638,40             | 10.477,64 |
| 2           | Área Externa (piso pavimentado)      | M2             | 755,07           | 199,60   | 782,15   | 309,30   | 105                | 2.151,12  |
| 3           | Área Interna (pisos frios)           | M2             | 3.290,01         | 531,40   | 892,44   | 639,45   | 281                | 5.634,30  |
| 4           | Área total de paredes externas       | M2             | 5.797,00         | 1.403,00 | 891,15   | 1.204,25 | 291,58             | 9.586,98  |
| 5           | Área total de paredes internas       | M2             | 5.480,55         | 3.050,00 | 1.056,00 | 2.068,43 | 661,14             | 12.316,12 |
| 6           | Banheiro - Privativo                 | UN             | 20               | 7        | 6        | 0        | 2                  | 35,00     |
|             | Banheiro Coletivo                    | UN             | 22               | 3        | 6        | 2        | 3                  | 36,00     |
| 7           | Caixa D'água                         | M³             | 19               | 8,5      | 8        | 17       | 1                  | 53,50     |
|             |                                      | UN             | 8                | 4        | 5        | 3        | 1                  | 21,00     |
| 8           | Cerca elétrica                       | M              | 75               | 10.000   | 0        | 580      | 250                | 10.905,00 |
| 9           | Chuveiro comum                       | UN             | 7                | 2        | 0        | 0        | 0                  | 9,00      |
| 10          | Chuveiro elétrico                    | UN             | 16               | 7        | 7        | 7        | 2                  | 39,00     |
| 11          | Cuba                                 | UN             | 49               | 14       | 14       | 12       | 3                  | 92,00     |
| 12          | Esquadrias                           | M2             | 995,30           | 440,50   | 290,88   | 140,52   | 38,4               | 1.905,60  |
| 13          | Extintor - água pressurizada - 10 Kg | UN             | 12               | 0        | 7        | 2        | 7                  | 28,00     |
| 14          | Extintor - CO2 - 4Kg                 | UN             | 2                | 0        | 0        | 0        | 0                  | 2,00      |
| 15          | Extintor - CO2 - 6Kg                 | UN             | 19               | 6        | 7        | 2        | 0                  | 34,00     |
| 16          | Extintor - pó químico seco - 6Kg     | UN             | 18               | 2        | 9        | 2        | 6                  | 37,00     |
| 17          | Forro de Gesso                       | M2             | 78,53            | 0        | 219      | 0        | 0                  | 297,53    |
| 18          | Fossa                                | M³             | 68               | 25       | 50       | 10       | 2                  | 155,00    |
| 19          | Gerador                              | UN             | 2                | 1        | 1        | 2        | 0                  | 6,00      |
| 20          | Interruptor                          | UN             | 191              | 95       | 67       | 76       | 17                 | 446,00    |
| 21          | Lâmpada de mercúrio/sódio            | UN             | 30               | 12       | 11       | 0        | -                  | 53,00     |
| 22          | Lâmpada fluorescente 1x20            | UN             | 0                | 2        | 0        | 0        | -                  | 2,00      |
| 23          | Lâmpada fluorescente 2x20            | UN             | 0                | 0        | 0        | 4        | -                  | 4,00      |
| 24          | Lâmpada fluorescente 2x40            | UN             | 499              | 42       | 172      | 96       | -                  | 809,00    |
| 25          | Lâmpada fluorescente econômica       | UN             | 78               | 35       | 19       | 65       | 3                  | 200,00    |
| 26          | Mictório                             | UN             | 1                | 0        | 2        | 1        | 0                  | 4,00      |
| 27          | Porta blindex                        | UN             | 19               | 0        | 2        | 5        | 17                 | 43,00     |
| 28          | Porta Comum c/ chave                 | UN             | 198              | 36       | 35       | 51       | 2                  | 322,00    |
| 29          | Portão Eletrônico                    | UN             | 4                | 2        | 1        | 2        | 1                  | 10,00     |
| 30          | Sanitário                            | UN             | 53               | 14       | 15       | 12       | 3                  | 97,00     |
| 31          | Sensor de Luz/Presença               | UN             | 0                | 0        | 5        | 1        | 0                  | 6,00      |
| 32          | Tomada                               | UN             | 1050             | 205      | 264      | 321      | 100                | 1.940,00  |
| 33          | Torneira                             | UN             | 89               | 35       | 29       | 17       | 7                  | 177,00    |

## 11. UNIFORMES

11.1. Os uniformes a serem fornecidos pela Contratada aos seus empregados deverão ser condizentes com a atividade desempenhada no órgão Contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes.

11.2. O uniforme deverá compreender as peças do vestuário abaixo citadas, total de 4 (quatro) conjuntos, confeccionadas em tecido e material de qualidade, de cor discreta, evitadas tonalidades fortes e "berrantes", a saber:

- **CAMISA: 4 (quatro)** Camiseta gola polo com bolso e botões, com emblema da empresa, em algodão;
- **CALÇA: 4 (quatro)** em tecido jeans ou brim leve;
- **MEIAS: 4 (quatro) pares**, 100% algodão;
- **CALÇADO: 2 (dois) pares**, tipo tênis, sapato baixo (tipo extremo conforto) ou botina;
- **CINTO: 2 (dois)**, material couro.

11.3. Os empregados deverão estar sempre calçados, não sendo permitido o uso de sandálias abertas, chinelos ou rasteirinhas.

11.4. O fornecimento dos uniformes deverá se dar da seguinte forma:

11.4.1. 02 (dois) conjuntos completos ao empregado no prazo máximo de 20 (vinte) dias contados do início da execução do contrato, prorrogável uma única vez a critério da Administração;

11.4.2. 02 (dois) conjuntos completos a cada 06 (seis) meses, exceto o item calçado se em bom estado para uso ou a qualquer época, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, após comunicação da Contratante, sempre que não atendam as condições mínimas de apresentação;

11.4.3. No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados.

11.5. A CONTRATADA deverá submeter à análise da contratante os uniformes a serem fornecidos, para análise e aceitação, cuja amostra deverá ser enviada a Gestão de contratos.

11.6. Os uniformes não deverão ser cobrados dos empregados, a não ser que haja destruição intencional ou desvio de peças por culpa do funcionário.

11.7. Os empregados da CONTRATADA deverão portar sempre, em local visível, crachá de identificação fornecido pela empresa com fotografia recente.

11.8. CONTRATADA deverá prover seus empregados com os Equipamentos de Proteção Individual – EPI necessários e adequados à execução dos serviços.

11.9. Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

## **12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**12.1.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

**12.2.** Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designados, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

**12.2.1.** O fiscal designado não deverá ter exercido a função de pregoeiro na licitação que tenha antecedido o contrato, a fim de preservar a segregação de funções (TCU, acórdão 1375/2015 – Plenário e, TCU, acórdão 2146/2011, Segunda Câmara);

**12.2.2.** A designação do fiscal deverá levar em conta potenciais conflitos de interesse, que possam ameaçar a qualidade da atividade a ser desenvolvida. (Acórdão TCU 3083/2010 – Plenário);

**12.3.** Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

**12.4.** Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

**12.5.** Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP nº 5/2017.

**12.6.** Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

**12.6.1.** exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

**12.6.2.** direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

**12.6.3.** promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

**12.6.4.** considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

**12.7.** Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

**12.8.** Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

**12.9.** Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

**12.10.** Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

**12.11.** Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

## **13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**13.1.** Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

**13.2.** Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

**13.3.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

**13.4.** Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

**13.5.** Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

**13.6.** Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedor – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal/Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

**13.7.** Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

**13.8.** Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

**13.9.** Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

**13.10.** Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

**13.11.** Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

**13.12.** Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

**13.13.** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

**13.14.** Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

**13.15.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

**13.16.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas

as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**13.17.** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

**13.18.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

**13.19.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

**13.20.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

**13.21.** Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

**13.22.** Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, "a" e "b", do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:

**13.22.1.** O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

**13.22.2.** Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

**13.23.** Disponibilizar à Contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

**13.24.** Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto neste Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;

**13.25.** Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale transporte.

**13.26.** Não serão incluídas nas planilhas de custos e formação de preços as disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

**13.27.** Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da Contratante. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, a contratada deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.

**13.28.** Autorizar a Administração contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

**13.29.** Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;

**13.30.** Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

**13.31.** Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Administração;

**13.32.** Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

**13.33.** Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:

**13.33.1.** Viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

**13.33.2.** Viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

**13.33.3.** Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.

**13.34.** Não se beneficiar da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006;

**13.35.** Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art. 17, XII, art. 30, § 1º, II e do art. 31, II, todos da LC 123, de 2006.

**13.35.1.** Para efeito de comprovação da comunicação, a contratada deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.

**13.36.** Apresentar declarações firmadas pelos terceirizados indicados aos postos de serviços contratados, atestando ausência de relação familiar, parentesco ou afinidade com servidor da Polícia Federal.

#### **14. DA SUBCONTRATAÇÃO**

**14.1.** É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 15%(quinze por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

**14.1.1.** É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação

**14.1.2.** Será permitida a subcontratação do objeto quando os serviços não puderem ser efetuados pelos empregados permanentes da Contratada e exigir, devido à especialização e às características do defeito, a intervenção de empresa e/ou profissionais especializados, como electricista, soldador, serralheiro, gessoeiro, chaveiro, mecânico, artefice de manutenção em marcenaria e divisórias, vidraceiro, técnico especializado em manutenção de cerca elétrica, portão eletrônico, cancelas, fechaduras especiais e outros dispositivos de segurança similares, serviços de recarga de extintores, serviços de recarga de gás hélio e

serviços de limpa fôssa, observadas as seguintes condições.

**14.1.2.1** será(ão) subcontratada(s), preferencialmente, as microempresas ou empresas de pequeno porte, observado o patamar de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);

**14.1.2.2** a subcontratada, na execução contratual, deverá apresentar a documentação de regularidade fiscal e trabalhista, sob pena de rescisão contratual, sem prejuízo das sanções legais, aplicando-se o prazo de cinco dias úteis, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação.

**14.2.** A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

**14.2.1.** Submeter à prévia aprovação da fiscalização do contrato, com antecedência mínima de cinco dias do início do serviço a executar, a indicação da empresa ou do profissional que pretenda subcontratar.

**14.3.** Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

## **15. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

**15.1.** É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/ou outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## **16. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

**16.1.** A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

**16.2.** A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

**16.3.** As comunicações entre a Contratante e a Contratada serão realizadas por escrito, preferencialmente através de email.

**16.4.** A Contratante poderá convocar o preposto para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**16.5.** A Contratada não está obrigada a manter preposto da empresa no local da execução do objeto.

**16.6.** A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

**16.7.** Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações (os documentos poderão ser originais ou cópias autenticadas por cartório competente ou por servidor da Administração), no caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

**16.7.1.** no primeiro mês da prestação dos serviços, a CONTRATADA deverá apresentar a seguinte documentação:

**16.7.1.1.** relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

**16.7.1.2.** Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela CONTRATADA;

**16.7.1.3.** exames médicos admissionais dos empregados da CONTRATADA que prestarão os serviços; e

**16.7.1.4.** declaração de responsabilidade exclusiva da contratada sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato.

**16.7.2.** entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedor (SICAF):

**16.7.2.1.** Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

**16.7.2.2.** certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;

**16.7.2.3.** Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e

**16.7.2.4.** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

**16.7.3.** entrega, quando solicitado pela CONTRATANTE, de quaisquer dos seguintes documentos:

**16.7.3.1.** extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da CONTRATANTE;

**16.7.3.2.** cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador CONTRATANTE;

**16.7.3.3.** cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;

**16.7.3.4.** comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e

**16.7.3.5.** comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.

**16.7.4.** entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:

**16.7.4.1.** termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

**16.7.4.2.** guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

**16.7.4.3.** extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;

**16.7.4.4.** exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

**16.8.** A cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, a contratada deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.

**16.8.1.** O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos

Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.

**16.8.2.** Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.

**16.8.3.** Não haverá pagamento adicional pela Contratante à Contratada em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item.

**16.9.** No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.

**16.10.** Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados no subitem 16.7.1 acima deverão ser apresentados.

**16.11.** A Contratante deverá analisar a documentação solicitada nos subitens acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

**16.12.** Em caso de indicio de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficiar à Receita Federal do Brasil (RFB).

**16.13.** Em caso de indicio de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficiar à Superintendência Regional do Trabalho.

**16.14.** O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas, não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias ou para com o FGTS ou a não manutenção das condições de habilitação, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, conforme disposto nos arts. 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

**16.15.** A Contratante poderá conceder prazo para que a Contratada regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

**16.16.** Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, a CONTRATANTE comunicará o fato à CONTRATADA e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

**16.16.1.** Não havendo quitação das obrigações por parte da Contratada no prazo de quinze dias, a Contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

**16.16.2.** O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela Contratante para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.

**16.16.3.** Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre a contratante e os empregados da Contratada.

**16.17.** O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela Contratada, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

**16.18.** A Contratada é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

**16.18.1.** A inadimplência da Contratada, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

**16.19.** A fiscalização administrativa observará, ainda, as diretrizes relacionadas no item 10 do Anexo VIII-B da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017.

**16.20.** O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da Contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

**16.21.** Em hipótese alguma, será admitido que a própria Contratada materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

**16.22.** A Contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

**16.23.** Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas neste Termo de Referência.

**16.24.** O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

**16.25.** A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

**16.26.** A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada destes, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

**16.27.** O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

**16.28.** A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

**16.29.** As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

## 17. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

**17.1.** A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), disposto neste item, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

**17.2.** A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios, conforme indicadores abaixo:

## 1. TABELA DE INDICADORES



| INDICADOR  |  |
|--|--|
| Nº 01– Somatório ponderado de ocorrências (irregularidades) apresentadas durante execução contratual |  |
| Item   | Descrição  |
| Finalidade   | Garantir que os serviços sejam realizados com o que foi contratado.  |
| Meta a cumprir   | Prestação de 100% dos serviços dentro das especificações do TR   |
| Instrumento de medição   | Planilha de controle de ocorrências  |
| Forma de acompanhamento  | Verificar as datas das ocorrências dentro do intervalo mensal efetuando o devido registro das mesmas para apuração total ao fim de cada período avaliado |
| Periodicidade  | Mensal   |
| Mecanismo de Cálculo   | Somatório da pontuação obtida em cada ocorrência apontada dentro do período definido, conforme tabela de pontuação acumulada (abaixo).                   |
| Início de Vigência   | Data do início da execução dos serviços  |
| Faixas de glosa no pagamento   | Até 2,0 (dois) pontos = 100% da fatura, ou seja, não há glosa.   |
|  | De 2,1 à 4,0 pontos = 97% da Fatura, ou seja, glosa de 3% sobre o valor da NF.   |
|  | De 4,1 à 6,0 pontos = 95% da Fatura, ou seja, glosa de 5% sobre o valor da NF.   |
|  | Acima de 6,0 pontos = 90% da Fatura, ou seja, glosa de 10% sobre o valor da NF   |
| Observações  |  |

## 2. TABELA DE PONTUAÇÃO DE OCORRÊNCIAS

| OCORRÊNCIA   | AFERIÇÃO   | PONTUAÇÃO | Nº DE OCORRÊNCIAS | PONTUAÇÃO TOTAL |
|--|--|-----------|-------------------|-----------------|
| Retirar funcionários do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia da Contratante   | Condicional à verificação pelo fiscal do contrato ou a comunicação formalizada a este, efetuada por servidor que ocorrência. Os registros das ocorrências serão individuais, ou seja, a cada fato verificado corresponderá uma ocorrência            | 0,1       |                   |                 |
| Deixar de cumprir e acompanhar o horário estabelecido pelo contrato ou determinado pela fiscalização   | Os registros das ocorrências serão individuais, ou seja, a cada fato verificado corresponderá uma ocorrência, podendo ocorrer o registro de várias ocorrências na mesma data.  | 0,1       |                   |                 |
| Deixar de substituir empregado com rendimento insatisfatório ou que tenha conduta incompatível com suas atribuições.   | Os registros das ocorrências serão individuais, ou seja, a cada fato verificado corresponderá uma ocorrência, podendo ocorrer o registro de várias ocorrências na mesma data. A empresa deverá substituir o empregado em até 02 horas.               | 0,2       |                   |                 |
| Recusar-se a executar serviço determinado pela Fiscalização, sem motivo justificado ou determinação formal.  | A empresa deverá justificar imediatamente a razão da inexecução parcial. Os registros das ocorrências serão individuais, ou seja, a cada fato ocorrido corresponderá uma ocorrência, podendo ocorrer o registro de várias ocorrências na mesma data. | 0,1       |                   |                 |
| Ocorrência de faltas dos empregados da Contratada, sem a imediata substituição.  | Os registros das ocorrências serão individuais, ou seja, a cada fato verificado corresponderá uma ocorrência, podendo ocorrer o registro de várias ocorrências na mesma data.  | 0,2       |                   |                 |
| Demora no atendimento às determinações da Contratante referentes à regularização das obrigações trabalhistas de empregados, (não justificada), em período superior a 05 (cinco) dias | Os registros das ocorrências serão individuais, ou seja, a cada fato verificado corresponderá uma ocorrência, podendo ocorrer o registro de várias ocorrências na mesma data.  | 0,3       |                   |                 |
| Não atendimento a qualquer outra obrigação expressa no Termo de Referência não especificada nesta tabela   | Os registros das ocorrências serão individuais, ou seja, a cada fato verificado corresponderá uma ocorrência, podendo ocorrer o registro de várias ocorrências na mesma data.  | 0,1       |                   |                 |

17.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

17.3.1. A qualidade dos serviços prestados será medida por meio dos indicadores estabelecidos abaixo.

17.3.1.1. Quando os indicadores resultarem em valor acima de 6 pontos, além da glosa, poderá ser aplicada multa compensatória de forma proporcional à obrigação inadimplida, conforme sanção descrita neste Termo de Referência.

17.3.1.2. A recorrência de motivos que levaram à aplicação de glosas poderá se configurar inexecução do objeto do contrato, situação sujeita a sanções administrativas.

17.3.1.3. As glosas definidas em cada um dos indicadores podem ser aplicadas de forma cumulativa.

17.3.1.4. O resultado da apuração da pontuação e respectivo percentual da glosa, serão comunicados pelo fiscal do contrato, por meio de notificação formal, à então contratada, que terá prazo de 05 (cinco) dias úteis, a partir do recebimento da comunicação, para contestar.

17.3.1.5. A cada glosa, os valores do somatório serão zerados, de forma a não haver duplicidade.

17.4. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções

cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- 17.4.1. não produziu os resultados acordados;
- 17.4.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida
- 17.4.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

## 18. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

18.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo do objeto contratual, nos termos abaixo.

18.2. No prazo de até *5 dias corridos* do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

18.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico, fiscal administrativo, fiscal setorial ou equipe de fiscalização, através da elaboração de relatório circunstanciado, em consonância com as suas atribuições, contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato e demais documentos que julgarem necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

18.3.1. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

18.4. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal:

18.4.1. O fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

18.4.2. O fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

18.5. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a(s) fatura(s) de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

18.6. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

18.7. No prazo de até *10 dias corridos* a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

18.8. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

18.8.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

18.9. No prazo de até *10 (dez) dias corridos* a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

18.9.1. realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

18.9.2. emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

18.9.3. comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR).

18.10. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

18.11. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

## 19. DO PAGAMENTO

19.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

19.2. Quando houver glosa parcial dos serviços, a contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

19.3. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

19.3.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

19.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 19.4.1. o prazo de validade;
- 19.4.2. a data da emissão;
- 19.4.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 19.4.4. o período de prestação dos serviços;
- 19.4.5. o valor a pagar; e
- 19.4.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

19.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

19.6. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

19.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua

notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante.

**19.8.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**19.9.** Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

**19.10.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

**19.10.1.** Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

**19.11.** É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

**19.12.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP nº 5/2017, quando couber.

**19.13.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**19.14.** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

|          |     |             |  |
|----------|-----|-------------|--|
| I = (TX) | I = | ( 6 / 100 ) | I = 0,00016438<br>TX = Percentual da taxa anual = 6% |
|----------|-----|-------------|--|

## 20. DA CONTA-DEPÓSITO VINCULADA

**20.1.** Para atendimento ao disposto no art. 18 da IN SEGES/MP N. 5/2017, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 são as estabelecidas neste Termo de Referência.

**20.2.** A futura Contratada deve autorizar a Administração Contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

**20.2.1.** Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

**20.3.** A CONTRATADA autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores da contratada, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pela Contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, conforme disposto no anexo XII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017, os quais somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da referida norma.

**20.4.** A Contratante provisionará os valores para o pagamento das férias, 13º (décimo terceiro) salário e verbas rescisórias aos trabalhadores da Contratada, que serão depositados em Conta-Depósito Vinculada, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação e utilizada exclusivamente para crédito das rubricas retidas.

**20.4.1.** Os valores provisionados somente serão liberados nas seguintes condições:

**20.4.1.1.** parcial e anualmente, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário dos empregados vinculados ao contrato, quando devido;

**20.4.1.2.** parcialmente, pelo valor correspondente às férias e a 1/3 (um terço) de férias previsto na Constituição, quando do gozo de férias pelos empregados vinculados ao contrato;

**20.4.1.3.** parcialmente, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário proporcional, às férias proporcionais e à indenização compensatória por ventura devida sobre o FGTS, quando da dispensa de empregado vinculado ao contrato; e

**20.4.1.4.** ao final da vigência do contrato, para o pagamento das verbas rescisórias.

**20.5.** O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da licitação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

**20.5.1.** 13º (décimo terceiro) salário;

**20.5.2.** Férias e um terço constitucional de férias;

**20.5.3.** Multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa; e

**20.5.4.** Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

**20.6.** Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no item 14 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017.

**20.7.** O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança pro rata die, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta licitação e instituição financeira.

**20.8.** Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.

**20.9.** Os valores referentes às provisões mencionadas neste termo de referência que sejam retidos por meio da conta-depósito, deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.

**20.10.** Em caso de cobrança de tarifa ou encargos bancários para operacionalização da conta-depósito, os

recursos atinentes a essas despesas serão debitados dos valores depositados.

**20.11.** A empresa contratada poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade Contratante para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitens acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.

**20.11.1.** Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento.

**20.11.2.** Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.

**20.11.3.** A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.

**20.11.4.** A empresa deverá apresentar ao órgão ou entidade contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

**20.12.** O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 da IN SEGES/MP nº 5/2017.

## **21. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS EM SENTIDO AMPLO (REPACTUAÇÃO)**

**21.1.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

**21.2.** Após o interregno de um ano, mediante solicitação da Contratada, os preços iniciais poderão ser repactuados.

**21.3.** A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

**21.4.** A repactuação para reajuste do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

**21.5.** O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

**21.5.1.** Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

**21.5.2.** Para os insumos discriminados na Planilha de Custos e Formação de Preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa): data do reajuste do preço público vigente à época da apresentação da proposta;

**21.5.3.** Para os demais custos, sujeitos à variação de preços do mercado (insumos não decorrentes da mão de obra): a partir da data limite para apresentação das propostas constante do Edital.

**21.6.** Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação, independentemente daquela em que celebrada ou apostilada.

**21.7.** As repactuações a que a Contratada fizer jus e que não forem solicitadas durante a vigência do contrato serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato.

**21.8.** Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado:

**21.8.1.** da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva anterior, em relação aos custos decorrentes de mão de obra;

**21.8.2.** da data do último reajuste do preço público vigente, para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa);

**21.8.3.** do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos sujeitos à variação de preços do mercado;

**21.9.** Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível à Contratante ou à Contratada proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

**21.10.** Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.

**21.11.** É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tomarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, Acordo, Convenção e Dissídio Coletivo de Trabalho.

**21.12.** A CONTRATANTE não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem do pagamento de participações dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

**21.13.** Quando a repactuação se referir aos custos da mão de obra, a CONTRATADA efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida pelo contrato.

**21.14.** Quando a repactuação solicitada pela CONTRATADA se referir aos custos sujeitos à variação dos preços de mercado (insumos não decorrentes da mão de obra), o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$$R = V (I - I^o) / I^o, \text{ onde:}$$

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos insumos a ser reajustada;

Iº = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta da licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento.

**21.14.1.** No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica a Contratada obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este

ocorrer.

**21.14.2.** Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos insumos será, obrigatoriamente, o definitivo.

**21.14.3.** Caso o índice estabelecido para a repactuação de insumos venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

**21.14.4.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos insumos e materiais, por meio de termo aditivo.

**21.14.5.** Independentemente do requerimento de repactuação dos custos com insumos, a Contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

**21.15.** Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

**21.15.1.** a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;

**21.15.2.** em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou

**21.15.3.** em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, dissídio ou convenção coletiva, ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

**21.16.** Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

**21.17.** A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

**21.18.** O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a Contratada não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela Contratante para a comprovação da variação dos custos.

**21.19.** As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.

**21.20.** O CONTRATADO deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção de 5% (cinco por cento) em relação ao valor contratado, como condição para a repactuação, nos termos da alínea K do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 5/2017.

## **22. DA GARANTIA DA EXECUÇÃO**

**22.1.** A Contratada apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, em valor correspondente a 5 % (cinco por cento) do valor total do contrato, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação.

**22.1.1.** A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

**22.1.2.** O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

**22.2.** A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

**22.2.1.** prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

**22.2.2.** prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

**22.2.3.** multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

**22.2.4.** obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

**22.3.** A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

**22.4.** A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

**22.5.** Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

**22.6.** No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

**22.7.** No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

**22.8.** Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

**22.9.** A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

**22.10.** Será considerada extinta a garantia:

**22.10.1.** com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

**22.10.2.** no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

**22.11.** O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

**22.12.** A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.

**22.13.** A garantia da contratação somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, conforme estabelecido no art. 8º, VI do Decreto nº 9.507, de 2018, observada a legislação que rege a matéria.

**22.14.** Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho

**22.15.** Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato

no caso da não comprovação(1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços, nos termos da alínea "j" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 5/2017.

### 23. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

23.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

1. falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
3. fraudar na execução do contrato;
4. comportar-se de modo inidôneo; ou
5. cometer fraude fiscal.

23.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

i. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

ii. **Multa de:**

1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado/contratado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado/contratado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado/contratado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e
5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;
6. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

iii. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

iv. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

v. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

23.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem "iv" também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

23.4. As sanções previstas nos subitens "i", "iii", "iv" e "v" poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

23.5. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

**Tabela 1**

| GRAU | CORRESPONDÊNCIA                              |
|------|--|
| 1    | 0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato |
| 2    | 0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato |
| 3    | 0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato |
| 4    | 1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato |
| 5    | 3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato |

**Tabela 2**

| INFRAÇÃO |   |      |
|----------|---|------|
| ITEM     | DESCRIÇÃO   | GRAU |
| 1        | Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;             | 05   |
| 2        | Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento; | 04   |
| 3        | Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados,  | 03   |

|   |  |    |
|---|--|----|
|   | por empregado e por dia;   |    |
| 4   | Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;  | 02 |
| 5   | Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;   | 03 |
| <b>Para os itens a seguir, deixar de:</b> |  |    |
| 6   | Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;  | 01 |
| 7   | Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;   | 02 |
| 8   | Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;   | 01 |
| 9   | Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência; | 03 |
| 10  | Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;   | 01 |
| 11  | Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA   | 01 |

**23.6.** Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

**23.6.1.** tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

**23.6.2.** tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

**23.6.3.** demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

**23.7.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

**23.8.** As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

**23.8.1.** Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**23.9.** Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

**23.10.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

**23.11.** Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

**23.12.** A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

**23.13.** O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

**23.14.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## 24. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

**24.1.** As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

**24.2.** Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

**24.3.** Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor estão disciplinados no item 5.

**24.4.** Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

**24.4.1.** Valor Global de **R\$ 1.428.276,53** (um milhão, quatrocentos e vinte e oito mil duzentos e setenta e seis reais e cinquenta e três centavos) para 20 meses.

**24.4.2.** Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao edital.

**24.4.3.** O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

**24.4.4.** As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

## 25. DA ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

**25.1.** Para elaboração dos custos com serviços eventuais utilizou-se o regime de tributação **NÃO DESONERADO**.

**25.2.** Para o cálculo do BDI **NÃO** foi incluída a CPRB.

- 25.3. O BDI REFERENCIAL para os Serviços Diversos e Eventuais foi estipulado em 23,90%.
- 25.4. O BDI DIFERENCIADO para os Materiais e Peças foi estipulado em 13,87%.
- 25.5. Para valores dos custos dos serviços eventuais foi utilizada tabela SINAPI-RO 06/2022.
- 25.6. O custo estimado da contratação é de **R\$ 1.428.276,53** (um milhão, quatrocentos e vinte e oito mil duzentos e setenta e seis reais e cinquenta e três centavos) **para 20 meses.**

26. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

26.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Gestão/Unidade: 00001

Fonte de Recursos: TESOIRO - RECURSOS ORDINARIOS (0100000000)

Elemento de Despesa: Para os postos terceirizados - LOCACAO DE MAO-DE OBRA (339037), para os serviços eventuais - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS (339039), para a aquisição dos materiais - MATERIAL DE CONSUMO (339030).

Plano Interno: ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE (PF99900AG22)

Porto Velho-RO, na data da assinatura eletrônica

LUIS FERNANDO DE ASSIS SILVA  
Agente Administrativo  
SELOG/SR/PF/RO

VINICIUS BUENO JUBÉ MACHADO  
Perito Criminal Federal  
GTED/SR/PF/RO

NOE MARINHO FALCÃO FILHO  
Agente Administrativo  
CHEFE NUMAT/SELOG/SR/PF/RO

ANEXOS:

ANEXO I-A - COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS:

- ANEXO I-A.1 - PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇO:
- ANEXO I-A.1.1 - PLANILHA DE FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS;
- ANEXO I-A.1.2 - PLANILHA DE UNIFORMES;
- ANEXO I-A.1.3 - PLANILHA DE INSUMOS E EPIs;
- ANEXO I-A.2 - CUSTOS DOS SERVIÇOS DIVERSOS E EVENTUAIS.
- ANEXO I-A.3 - CUSTOS DOS MATERIAIS E PEÇAS.
- ANEXO I-A.4 - QUADRO RESUMO GERAL.

- ANEXO I-B - MODELO DE FORMULÁRIO DE ORDEM DE SERVIÇO;
- ANEXO I-C - MODELO DE FORMULÁRIO DE AUTORIZAÇÃO DE COMPRA OU SERVIÇOS – FAC/S;
- ANEXO I-D - MODELO DE EXTRATO DE COMPRAS REALIZADAS – ECR;
- ANEXO I-E - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA E PLANILHAS.
- ANEXO I-F - DECLARAÇÃO AUSENCIA DE PARENTESCO/AFINIDADE

ANEXO I-A - COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS

As planilhas deverão ser individualizadas por tipo de posto, no entanto a proposta para contratação terá que ser consolidada. Deverão ser formulados três tipos de planilhas, além dos demais custos (uniformes, depreciação equipamentos, serviços diversos):

- a) Oficial de Manutenção Predial, com periculosidade (PVH e Ji-Paraná);
- b) Oficial de Manutenção Predial, com periculosidade (VLA e GMI);
- c) Ajudante de Manutenção Predial (auxiliar/serviços gerais), com periculosidade (PVH).

ANEXO I-A.1  
PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

| ANEXO I-A.1 – PLANILHA DE CUSTOS E DE FORMAÇÃO DE PREÇOS    |  |                   |   |
|---|--|-------------------|---|
| SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL                              |  |                   |   |
|   |  | Nº Processo       | PREGÃO ELETRÔNICO<br>Nº .....                                 |
|   |  | Licitação         |   |
| Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação) |  |                   |   |
| A   | Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano) |                   | XX/XX/2022  |
| B   | Município/UF                                   |                   |   |
| C   | Ano Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo     |                   | CCT SINTELPE RO<br>003/2022                                   |
| D   | Número de meses de execução contratual         |                   | 20 MESES  |
| Identificação do Serviço                                    |  |                   |   |
| Tipo de serviço   |  | Unidade de Medida | Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida) |
| XXXXXXXX  |  | Posto             | X   |
| MÃO DE OBRA   |  |                   |   |
| Mão de obra vinculada à execução contratual                 |  |                   |   |



| Dados para composição dos custos referente à mão de obra   |  |                              |  |
|--|--|------------------------------|--|
| 1  | Tipo de Serviço (mesmo serviço com características distintas)  |                              | XXX<br>MANUTENÇÃO                          |
| 2  | Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)  |                              | XXXXXX                                     |
| 3  | Salário Normativo da Categoria Profissional  |                              | RS 0,00                                    |
| 4  | Categoria Profissional (vinculada à execução contratual)   |                              | SINTELPES<br>63.762.496/0001-50<br>e outro |
| 5  | Data-Base da Categoria (dia/mês/ano)   |                              | 1 de janeiro de 2022                       |
| 6  | Dias trabalhados no mês  |                              | 21   |
| MÓDULO 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO  |  |                              |  |
| 1  | Composição da Remuneração  |                              | Valor (RS)                                 |
| A  | Salário base = piso da categoria   |                              | RS 0,00                                    |
| B  | Adicional de Periculosidade  | 30% sobre o salário<br>-base | RS 0,00                                    |
| C  | Outros (especificar)   |                              | RS 0,00                                    |
| TOTAL da Remuneração   |  |                              | RS 0,00                                    |
| MÓDULO 1: TOTAL  |  |                              | RS 0,00                                    |
| MÓDULO 2: ENCARGOS e BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS  |  |                              |  |
| SUBMÓDULO 2.1 - DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO, FÉRIAS E ADICIONAL DE FÉRIAS  |  |                              |  |
| 2.1  | 13º Salário, Férias e Adicional de Férias  |                              | % Valor (RS)                               |
| A  | 13º (décimo terceiro) Salário (para conta vinculada)   |                              | 8,33% RS 0,00                              |
| B  | Férias e Adicional de Férias $= ((1+1/3)/12) \times 100 = 11,11$ para conta vinculada – 11,18 (2.1.B)<br>+ 0,926 = 12,10 conforme Anexo XII da IN 5/2017 |                              | 11,18% RS 0,00                             |
| TOTAL  |  |                              | 19,51% RS 0,00                             |
| SUBMÓDULO 2.1: TOTAL   |  |                              | RS 0,00                                    |
| BASE DE CÁLCULO PARA O MÓDULO 2.2  |  | MÓDULO 1                     | RS 0,00                                    |
|  |  | MÓDULO 2.1                   | RS 0,00                                    |
|  |  | TOTAL                        | RS 0,00                                    |
| SUBMÓDULO 2.2 – ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS (GPS), FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇOS (FGTS) E OUTRAS CONTRIBUIÇÕES  |  |                              |  |
| 2.2  | GPS, FGTS e outras contribuições   |                              | % Valor (RS)                               |
| A  | INSS   |                              | 0,00% RS 0,00                              |
| B  | SALÁRIO EDUCAÇÃO   |                              | 2,50% RS 0,00                              |
| C  | SAT (Seguro acidente de trabalho) 1%, 2% ou 3%   |                              | 0,00% RS 0,00                              |
| D  | SESI / SESC  |                              | 1,50% RS 0,00                              |
| E  | SENAI / SENAC  |                              | 1,00% RS 0,00                              |
| F  | SEBRAE   |                              | 0,60% RS 0,00                              |
| G  | INCRA  |                              | 0,20% RS 0,00                              |
| H  | FGTS   |                              | 8,00% RS 0,00                              |
| TOTAL  |  |                              | 0,00% RS 0,00                              |
| <p><b>Nota 1:</b> Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.</p> <p><b>Nota 2:</b> O SAT para fins de retenção da Conta Depósito, e seguindo orientação do Ministério da Economia, deverá ser considerado 1%, 2% ou 3% a depender do CNAE preponderante da empresa.</p>  |  |                              |  |
| SUBMÓDULO 2.3 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS   |  |                              |  |
| 2.3  | Benefícios Mensais e Diários   |                              | Valor (RS)                                 |
| A  | Transporte <sup>4</sup>  | 2 RS 4,05                    | RS 0,00                                    |
| B  | Auxílio Refeição/Alimentação (cláusula 15ª da CCT 2022) = $[(500 \times 0,99\%)]$  | RS 500,00 RS 4,95            | RS 495,05                                  |
| C  | Assistência médica e familiar  |                              | RS 0,00                                    |
| D  | Seguro de vida, invalidez e funeral  |                              | RS 0,00                                    |
| E  | Outros (especificar)   |                              | RS 0,00                                    |
| TOTAL de Benefícios Mensais e Diários  |  |                              | RS 0,00                                    |
| <p><b>Nota 1:</b> O valor informado deverá ser o custo real do benefício (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).</p> <p><b>Nota 2:</b> Observar a previsão dos benefícios contidos em Acordos, Convenções e Dissídios Coletivos de Trabalho e atentar-se ao disposto no art. 6º da IN 5/2017 SEGES/ME.</p> <p><b>Nota 3:</b> Quanto ao vale transporte poderá ser considerado o fornecimento de vale transporte pela empresa, valor atual da tarifa de R\$ 4,05 ou ainda, no caso das localidades sem transporte público considerar o previsto conforme o caso em CCT vigente (ex. SINTELPES - Clausula décima sexta - § 7º CCT 2022).</p> |  |                              |  |
| QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS  |  |                              |  |
| 2  | Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários  |                              | Valor (RS)                                 |
| 2.1  | 13º Salário, Férias e Adicional de Férias  |                              | RS 0,00                                    |
| 2.2  | GPS, FGTS e outras contribuições   |                              | RS 0,00                                    |
| 2.3  | Benefícios Mensais e Diários   |                              | RS 0,00                                    |
| MÓDULO 2: TOTAL  |  |                              | RS 0,00                                    |
| MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO  |  |                              |  |
| 3  | Provisão para Rescisão   |                              | Valor (RS)                                 |
| A  | Aviso Prévio Indenizado  |                              | 0,00% RS 0,00                              |
| B  | Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado   |                              | 8,00% RS 0,00                              |
| C  | Aviso Prévio Trabalhado = $[(7/30)/12] \times 100$   |                              | 1,94% RS 0,00                              |
| D  | Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado   |                              | 0,00% RS 0,00                              |
| E  | Multa do FGTS sobre o Avisos Prévio Indenizado e Trabalhado (retido para conta vinculada)  |                              | 4,00% RS 0,00                              |
| TOTAL  |  |                              | 0,00% RS 0,00                              |
| MÓDULO 1   |  |                              | RS 0,00                                    |

| BASE DE CÁLCULO PARA O MÓDULO 4 = MÓDULO 1  |  | MÓDULO 1                  |          | RS 0,00        |
|---|--|---------------------------|----------|----------------|
|   |  | TOTAL                     |          | RS 0,00        |
| <b>MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE</b>  |  |                           |          |                |
| <b>4.1</b>  | SUBMÓDULO 4.1 - SUBSTITUTO NAS AUSÊNCIAS LEGAIS                        |                           |          | Valor (RS)     |
| <b>A</b>  | Substituto na cobertura de Férias $=((1+1/3)/12)/12$                   | 0,93%                     |          | RS 0,00        |
| <b>B</b>  | Substituto na cobertura de Ausências Legais                            | 0,00%                     |          | RS 0,00        |
| <b>C</b>  | Substituto na cobertura de Licença Paternidade/Afastamento Maternidade | 0,00%                     |          | RS 0,00        |
| <b>D</b>  | Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho           | 0,00%                     |          | RS 0,00        |
| <b>E</b>  | Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)              | 0,00%                     |          | RS 0,00        |
| <b>TOTAL</b>  |  |                           |          | <b>RS 0,00</b> |
| <b>QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE</b>   |  |                           |          |                |
| <b>4</b>  | Custo de Reposição do Profissional Ausente                             |                           |          | Valor (RS)     |
| <b>4.1</b>  | Substituto nas Ausências Legais  |                           |          | RS 0,00        |
| <b>MÓDULO 4: TOTAL</b>  |  |                           |          | <b>RS 0,00</b> |
| <b>MÓDULO 5: INSUMOS DIVERSOS</b>   |  |                           |          |                |
| <b>5</b>  | Insumos Diversos   |                           |          | Valor (RS)     |
| <b>A</b>  | Uniformes  |                           |          | RS 0,00        |
| <b>B</b>  | Materiais  |                           |          | RS 0,00        |
| <b>C</b>  | Equipamentos e Ferramentas (Depreciação)                               |                           |          | RS 0,00        |
| <b>D</b>  | Outros (EPIs, etc)   |                           |          | RS 0,00        |
| <b>TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS</b>  |  |                           |          | <b>RS 0,00</b> |
| <p><b>Nota 1:</b> Quanto aos custos com materiais poderão ser previstos os custos com os insumos exemplificados no item 8.11.12.1 do TR - Materiais de limpeza e de consumo necessários aos serviços (álcool, água destilada, óleos lubrificantes, detergentes, sabões, estopas, panos, esponja de aço, utensílios e produtos de limpeza, graxas e desengraxantes, produtos anti-ferrugem, WD 40, solventes, materiais de escritório, pilhas para lanterna e etc.)</p>  |  |                           |          |                |
| BASE DE CÁLCULO PARA O MÓDULO 6 =   |  | MÓDULO 1                  |          | RS 0,00        |
| MÓDULO 1 + MÓDULO 2 + MÓDULO 3 + MÓDULO 4 + MÓDULO 5  |  | MÓDULO 2                  |          | RS 0,00        |
|   |  | MÓDULO 3                  |          | RS 0,00        |
|   |  | MÓDULO 4                  |          | RS 0,00        |
|   |  | MÓDULO 5                  |          | RS 0,00        |
|   |  | TOTAL                     |          | RS 0,00        |
| <b>MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCROS</b>   |  |                           |          |                |
| <b>6</b>  | Custos Indiretos, Lucro e Tributos                                     |                           |          | Valor (RS)     |
| <b>A</b>  | Custos Indiretos   | 0,00%                     |          | RS 0,00        |
| <b>B</b>  | Lucro (MT + M6.A)  | 0,00%                     |          | RS 0,00        |
|   | <b>FATURAMENTO (MT + M6A + M6B)</b>                                    | <b>CÁLCULO POR DENTRO</b> |          | <b>RS 0,00</b> |
| <b>C</b>  | <b>Tributos</b>  | <b>0</b>                  | <b>0</b> | <b>RS 0,00</b> |
|   | <b>C.1 Tributos Federais (especificar)</b>                             |                           |          |                |
|   | C1-A PIS (depende do regime de tributação)                             | 0,00%                     |          | RS 0,00        |
|   | C1. B COFINS (depende do regime de tributação)                         | 0,00%                     |          | RS 0,00        |
|   | <b>C.2 Tributos Municipais (especificar)</b>                           |                           |          |                |
|   | C2-A ISS (5,0)   | 0,00%                     |          | RS 0,00        |
|   | C3 - Outros (ex. CPRB)   | 0,00%                     |          | RS 0,00        |
|   | <b>C.4 Tributos Estaduais (especificar)</b>                            | 0,00%                     |          | RS 0,00        |
|   | <b>SOMA DOS TRIBUTOS</b>   | 0,00%                     |          | RS 0,00        |
| <b>TOTAL DOS CUSTOS INDIRETOS, LUCRO E TRIBUTOS</b>   |  |                           |          | <b>RS 0,00</b> |
| <b>MÓDULO 6: TOTAL</b>  |  |                           |          | <b>RS 0,00</b> |
| <p>Os tributos são estabelecidos em lei e estão relacionados com a prestação de serviços, considerando o tipo de regime de tributação:</p> <p>- Lucro Real: a tributação é calculada sobre o lucro líquido do período de apuração - Poderá ser exigido pela Pregoeira as contribuições dos últimos 12 meses que antecedem a licitação (Escrituração Fiscal Digital da Contribuição para o PIS/PASEP e CONFIS), para que mediante a média, fique estabelecido o valor máximo a constar do PIS e COFINS na Planilha de Custo e Formação de Preços.</p> <p>- Lucro Presumido: Base de cálculo prefixada pela legislação, com margem de lucro específica que muda de acordo com a atividade, PIS (0,65%) e COFINS (3,0%). As empresas devem adaptar esse módulo ao seu real enquadramento usando as alíquotas do CPRB corretas.</p> <p>Exemplo de "CÁLCULO POR DENTRO":</p> <p>1) Somar os tributos (PIS+COFINS+ISS) = 0,65+3,00+5,00 = 8,65 (Total dos Tributos);</p> <p>2) Subtrair o resultado de 100 e dividi-lo por 100 = (100 - 8,65)/ 100 = 0,9135;</p> <p>3) Dividir 0,9135 pelo FATURAMENTO (Módulos 1 a 5 + Custos Indiretos + Lucro);</p> <p>4) Desse resultado, aplicar individualmente os percentuais de cada um dos tributos;</p> <p>5) Somar os resultados = Total dos Tributos.</p> |  |                           |          |                |
| <b>QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO</b>   |  |                           |          |                |
| Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)   |  |                           |          | Valor (RS)     |
| <b>A</b>  | Módulo 1 - Composição da Remuneração                                   |                           |          | RS 0,00        |
| <b>B</b>  | Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários             |                           |          | RS 0,00        |
| <b>C</b>  | Módulo 3 - Provisão para Rescisão                                      |                           |          | RS 0,00        |
| <b>D</b>  | Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente                  |                           |          | RS 0,00        |
| <b>E</b>  | Módulo 5 - Insumos Diversos  |                           |          | RS 0,00        |
| <b>Subtotal (A + B + C + D + E)</b>   |  |                           |          | <b>RS 0,00</b> |
| <b>F</b>  | Módulo 6 - Custos Indiretos, Lucro e Tributos                          |                           |          | RS 0,00        |
| <b>VALOR TOTAL POR EMPREGADO</b>  |  |                           |          | <b>RS 0,00</b> |

ANEXO I-A.1.1 - PLANILHA DE FERRAMENTAS, EQUIPAMENTOS E APARELHOS

| ANEXO I-A.1.1 - PLANILHA DE FERRAMENTAS, EQUIPAMENTOS E APARELHOS |                           |  |      |                |             |
|---|---------------------------|--|------|----------------|-------------|
|   | EQUIPAMENTOS, APARELHOS E |  | QTDE | Preço UNITÁRIO | Preço TOTAL |

| ITEM | FERRAMENTAL USO CONTÍNUO  | UNIDADE  | TOTAL | estimado (R\$) | estimado (R\$) |
|------|---|----------|-------|----------------|----------------|
| 1    | Alicate bico meia-cana longo curvo com corte 7 ½" com cabo isolado (AC 1000V) (Belzer ou Similar) | Unidade  | 4     | 60,74          | 242,95         |
| 2    | Alicate bico meia-cana longo reto com corte 7 ½" com cabo isolado (AC 1000V) (Belzer ou Similar)  | Unidade  | 4     | 49,59          | 198,34         |
| 3    | Alicate de corte diagonal 6" com cabo isolado (AC 1000V) (Belzer ou Similar)                      | Unidade  | 4     | 48,67          | 194,7          |
| 4    | Alicate de pressão de 10" (Belzer ou Similar)   | Unidade  | 4     | 58,78          | 235,11         |
| 5    | Alicate universal 8" com cabo isolado (AC 1000V) (Belzer ou Similar)                              | Unidade  | 4     | 56,86          | 227,44         |
| 6    | Andaime 1,50m   | Unidade  | 2     | 185,43         | 370,87         |
| 7    | Arco de serra (Starret ou similar)  | Unidade  | 4     | 49,5           | 198,00         |
| 8    | Bau para ferramentas básico em chapa de aço com cadeados  | Unidade  | 4     | 62,35          | 249,4          |
| 9    | Carrinho de mão   | Unidade  | 4     | 234,05         | 936,20         |
| 10   | Chave "PHILLIPS" medidas: ponta nº 0 125x219mm (Belzer ou Similar)                                | Unidade  | 4     | 8,18           | 32,72          |
| 11   | Chave "PHILLIPS" medidas: ponta nº 1 125x219mm (Belzer ou Similar)                                | Unidade  | 4     | 9,27           | 37,07          |
| 12   | Chave "PHILLIPS" medidas: ponta nº 2 125x230mm (Belzer ou Similar)                                | Unidade  | 4     | 10,25          | 40,99          |
| 13   | Chave "PHILLIPS" medidas: ponta nº 3 150x275mm (Belzer ou Similar)                                | Unidade  | 4     | 13,59          | 54,34          |
| 14   | Chave ajustável 12"x300mm (Belzer ou Similar)   | Unidade  | 4     | 98,03          | 392,1          |
| 15   | Chave ajustável 8"x200mm (Belzer ou Similar)  | Unidade  | 4     | 54,98          | 219,92         |
| 16   | Chave de "FENDA" medida: 10x300x425mm (Belzer ou Similar)   | Unidade  | 4     | 21,29          | 85,15          |
| 17   | Chave de "FENDA" medida: 3x80x174mm (Belzer ou Similar)   | Unidade  | 4     | 10,42          | 41,68          |
| 18   | Chave de "FENDA" medida: 4,8x150x244mm (Belzer ou Similar)  | Unidade  | 4     | 9,95           | 39,79          |
| 19   | Chave de "FENDA" medida: 8x200x325mm (Belzer ou Similar)  | Unidade  | 4     | 18,96          | 75,84          |
| 20   | Chave Grifo de 12" (Belzer ou Similar)  | Unidade  | 4     | 76,52          | 306,09         |
| 21   | Chave Grifo de 24" (Belzer ou Similar)  | Unidade  | 4     | 177,03         | 708,12         |
| 22   | Chaves "FENDA" VDE isolada (AC 1000V) medida: 2,5x75x160mm (Belzer ou Similar)                    | Unidade  | 4     | 31,91          | 127,65         |
| 23   | Chaves "FENDA" VDE isolada (AC 1000V) medida: 3,5x100x185mm (Belzer ou Similar)                   | Unidade  | 4     | 17,56          | 70,23          |
| 24   | Chaves "FENDA" VDE isolada (AC 1000V) medida: 5,5x125x225mm (Belzer ou Similar)                   | Unidade  | 4     | 20,11          | 80,45          |
| 25   | Chaves "FENDA" VDE isolada (AC 1000V) medida: 8x175x295mm (Belzer ou Similar)                     | Unidade  | 4     | 26,6           | 106,4          |
| 26   | Chaves "PHILLIPS" VDE isolada (AC 1000V) medida: ponta nº 0 60x145mm (Belzer ou Similar)          | Unidade  | 4     | 16,83          | 67,33          |
| 27   | Chaves "PHILLIPS" VDE isolada (AC 1000V) medida: ponta nº 1 80x180mm (Belzer ou Similar)          | Unidade  | 4     | 15,59          | 62,35          |
| 28   | Chaves "PHILLIPS" VDE isolada (AC 1000V) medida: ponta nº 2 100x210mm (Belzer ou Similar)         | Unidade  | 4     | 16,21          | 64,85          |
| 29   | Chaves "PHILLIPS" VDE isolada (AC 1000V) medida: ponta nº 3 150x270mm (Belzer ou Similar)         | Unidade  | 4     | 17,97          | 71,89          |
| 30   | Colher de pedreiro  | Unidade  | 4     | 27,07          | 108,29         |
| 31   | Conjunto de brocas aço rápido (3 a 12mm)  | Unidade  | 4     | 307,29         | 1.229,17       |
| 32   | Conjunto de brocas vídea (4 a 15mm)   | Conjunto | 4     | 75,15          | 300,61         |
| 33   | Conjunto de chaves "BOCA FIXA" – 6 a 32mm jogo completo (Belzer ou Similar)                       | Conjunto | 4     | 180,97         | 723,87         |
| 34   | Conjunto de chaves "CANHÃO" – 6 a 13mm  | Conjunto | 4     | 131,17         | 524,68         |

|   |  |          |   |          |                     |
|---|--|----------|---|----------|---------------------|
|   | (Belzer ou Similar)  |          |   |          |                     |
| 35  | Conjunto de chaves "COMBINADAS" – 6 a 32mm jogo completo (Belzer ou Similar)   | Conjunto | 4 | 204,54   | 818,15              |
| 36  | Conjunto de escadas autoportante de 5, 6 e 7 degraus   | Conjunto | 4 | 225,36   | 901,45              |
| 37  | Conjunto de Nivel de bolha (Canto e tipo régua)  | Conjunto | 4 | 28,05    | 112,21              |
| 38  | Conjunto de talhadeira, saca-pino paralelo e punção de centro (Belzer ou similar)  | Conjunto | 4 | 199,8    | 799,2               |
| 39  | Desempenadeira em aço  | Conjunto | 4 | 22,27    | 89,08               |
| 40  | Desempenadeira em madeira  | Unidade  | 4 | 15,66    | 62,62               |
| 41  | Detector de tensão range: 90-1000VAC, CAT IV 1000V (Fluke ou Minipa)   | Unidade  | 4 | 51,7     | 206,80              |
| 42  | Escada extensiva de alumínio - 9 degraus   | Unidade  | 1 | 891,66   | 891,66              |
| 43  | Escada extensiva de fibra - 11 degraus   | Unidade  | 1 | 835,09   | 835,09              |
| 44  | Esquadro   | Unidade  | 4 | 22,35    | 89,39               |
| 45  | Estação de solda 60W (Weller ou similar)   | Unidade  | 4 | 381,97   | 1.527,89            |
| 46  | Ferro para soldar 100W (Hikari ou similar)   | Unidade  | 4 | 131,63   | 526,53              |
| 47  | Furadeira portátil profissional ½", com função reversível – (Bosch ou Similar)   | Unidade  | 4 | 357,25   | 1.429,01            |
| 48  | Grampo sargento nº 2   | Unidade  | 4 | 28,63    | 114,53              |
| 49  | Jogo de broca chata p madeira 3/8" a 1 ¼"  | Unidade  | 4 | 32,26    | 129,04              |
| 50  | Jogo de brocas SDS/Plus de 6 a 12mm  | Conjunto | 4 | 59,97    | 239,88              |
| 51  | Jogo de chaves "SOQUETE ESTRILADO" ½" (10mm a 32mm) jogo completo (Belzer ou Similar)  | Conjunto | 4 | 310,04   | 1.240,16            |
| 52  | Jogo de formão ¼", ½", ¾" e 1"   | Unidade  | 4 | 64,99    | 259,95              |
| 53  | Jogo de taraxas para PVC (½", ¾", 1")  | Conjunto | 4 | 71,94    | 287,75              |
| 54  | Marreta de 1Kg   | Conjunto | 4 | 35,35    | 141,39              |
| 55  | Martelete rompedor rotativo 780W – (Bosch ou Similar)  | Unidade  | 4 | 1.094,50 | 4.377,99            |
| 56  | Martelo  | Unidade  | 4 | 39,34    | 157,35              |
| 57  | Martelo de borracha  | Unidade  | 4 | 35,91    | 143,64              |
| 58  | Morsa de bancada para tubos R0 (10 – 60mm)   | Unidade  | 4 | 137,71   | 550,85              |
| 59  | Multímetro digital capacidade de medição: Tensão AC/CC: 600V, milivolts, continuidade, resistência, diodo, capacitância, corrente DC, frequência. Resposta CA TRUE-RMS, classificação categoria: CATIII/600V (Fluke ou Minipa) | Unidade  | 4 | 291,23   | 1.164,93            |
| 60  | Pé-de-cabra  | Unidade  | 4 | 58,97    | 235,88              |
| 61  | Platina elétrica (Makita ou Similar)   | Unidade  | 4 | 612,49   | 2.449,95            |
| 62  | Ponteiro com empunhadura – 300mm   | Unidade  | 4 | 18,86    | 75,44               |
| 63  | Riscador de Piso de 90 cm (Cortag Master ou Similar)   | Unidade  | 1 | 436,6    | 436,60              |
| 64  | Serra Circular Makita 185mm, 1600W/220V  | Unidade  | 3 | 957,16   | 2.871,49            |
| 65  | Serra copo para aço (30, 38, 51 e 57mm), com suportes para furadeira   | Pares    | 4 | 281,58   | 1.126,30            |
| 66  | Serra Mármore a seco 110mm c/ disco diamantado - (Makita ou Similar)   | Conjunto | 4 | 452,91   | 1.811,64            |
| 67  | Serra Tico-Tico (Makita ou Similar)  | Unidade  | 4 | 575,38   | 2.301,52            |
| 68  | Serrote 20" profissional (Starret ou similar)  | Unidade  | 4 | 67,52    | 270,07              |
| 69  | Sugador de solda (Hikari ou similar)   | Unidade  | 4 | 30,06    | 120,25              |
| 70  | Talhadeira com empunhadura – 300 e 350mm   | Unidade  | 4 | 30,58    | 122,32              |
| <b>A Custo em 20 meses (R\$)</b>  |  |          |   |          | <b>RS 37.342,60</b> |
| <b>Custo Anual da Depreciação</b><br><b>B = (RS A * 0,9) / (20 * 8) * 20</b>  |  |          |   |          | <b>RS 4.201,04</b>  |
| <b>Custo MENSAL estimado R\$</b><br><b>C = (RS B / 4 / 20) (constará da planilha)</b>   |  |          |   |          | <b>RS 52,51</b>     |
| *Observação: No cálculo do custo das ferramentas/equipamentos, a Administração considerou o valor residual de 10%, 8 anos de vida útil e distribuiu ao longo de 20 meses divididos entre os 04 OFICIAIS DE MANUTENÇÃO da equipe fixa. A licitante deverá demonstrar para fins de análise da Administração a sua própria metodologia de cálculo para o item. |  |          |   |          |                     |

| DESCRIÇÃO                        |   | UNIDADE DE MEDIDA | QUANTIDADE ANUAL ESTIMADA | Valor médio unitário | Valor médio total |
|----------------------------------|---|-------------------|---------------------------|----------------------|-------------------|
| 1                                | Camiseta gola polo com bolso e botões, com emblema da empresa, em algodão | Unidade           | 4                         |                      |                   |
| 2                                | Calça jeans ou brim leve  | Unidade           | 4                         |                      |                   |
| 3                                | Meia  | Par               | 4                         |                      |                   |
| 4                                | Calçado: tênis, sapato baixo (tipo extremo conforto) ou botina            | Par               | 2                         |                      |                   |
| 5                                | Cinto de couro  | Unidade           | 2                         |                      |                   |
| Custo ANUAL por funcionário R\$  |   |                   |                           |                      |                   |
| Custo MENSAL por funcionário R\$ |   |                   |                           |                      |                   |

#### ANEXO I - A.1.3 - PLANILHA DE INSUMOS E EPIs

| ANEXO I-A.1.3 - PLANILHA DE INSUMOS E EPIs        |   |  |  |                          |         |               |                 |                    |                                   |
|---|---|--|--|--------------------------|---------|---------------|-----------------|--------------------|-----------------------------------|
| EPI PARA O CARGO DE OFICIAL DE MANUTENÇÃO PREDIAL |   |  |  | UND                      | QUANT.* | PERIODICIDADE | QUANT. 20 MESES | Valor UNITÁRIO R\$ | Valor total estimado 20 meses R\$ |
| SEQ   | DESCRIÇÃO   |  |  |                          |         |               |                 |                    |                                   |
| 1   | Capacete de segurança, tipo boné com aba frontal, com carneira e aparador de suor   |  |  | Un                       | 4       | Anual         | 4               | 16,00              | 64,00                             |
| 2   | Cinturão de segurança com Talabarte tipo Y, com absorvedor de impacto, com duas argolas com abertura de 55 mm e uma com abertura de 20 mm |  |  | Un                       | 4       | Anual         | 4               | 356,75             | 1.427,00                          |
| 3   | Luva em couro bovino tipo raspa 15 cm   |  |  | Par                      | 4       | Anual         | 4               | 14,40              | 57,60                             |
| 4   | Luva tipo eletrícista com isolamento para 500 v   |  |  | Par                      | 4       | Anual         | 4               | 414,02             | 1.656,08                          |
| 5   | Luvas de segurança em algodão e poliéster, com revestimento em látex natural na palma   |  |  | Par                      | 4       | Semestral     | 12              | 9,68               | 116,16                            |
| 6   | Máscara de segurança para pó, peça semifacial filtrante   |  |  | Un                       | 200     | Anual         | 300             | 1,79               | 537,00                            |
| 7   | Máscara de proteção respiratória com filtro de carvão ativado para uso com produtos químicos  |  |  | Un                       | 120     | Anual         | 180             | 41,97              | 7.554,60                          |
| 8   | Óculos de segurança   |  |  | Un                       | 4       | Semestral     | 12              | 6,24               | 74,88                             |
| 9   | Protetor auditivo de segurança, tipo plug de três flanges   |  |  | Un                       | 24      | Semestral     | 72              | 2,40               | 172,80                            |
| 10  | Protetor facial (para capacete)   |  |  | Un                       | 4       | Anual         | 4               | 56,27              | 225,08                            |
| 11  | Boné tipo árabe   |  |  | Un                       | 4       | Semestral     | 12              | 14,53              | 174,36                            |
| 12  | Capa de chuva   |  |  | Un                       | 4       | Anual         | 4               | 20,80              | 83,20                             |
| 13  | Boné confeccionado em tecido de brim, com aba lateral tradicional   |  |  | Un                       | 4       | Semestral     | 12              | 18,98              | 227,76                            |
| * Quantidade para 04 postos                       |   |  |  | TOTAL ESTIMADO           |         |               |                 | 12.370,52          |                                   |
| EPI - OFICIAL DE MANUTENÇÃO PREDIAL               |   |  |  | CUSTO MENSAL             |         |               |                 | 618,53             |                                   |
|   |   |  |  | CUSTO MENSAL POR OFICIAL |         |               |                 | 154,63             |                                   |

| EPI PARA O CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS |  |  |  | UND                      | QUANT.* | PERIODICIDADE | QUANT.<br>20 MESES | Valor<br>UNITÁRIO<br>R\$ | Valor total<br>estimado 20<br>meses R\$ |
|---|--|--|--|--------------------------|---------|---------------|--------------------|--------------------------|---|
| SEQ   | DESCRIÇÃO  |  |  |                          |         |               |                    |                          |   |
| 1   | Capacete de segurança, tipo boné com aba frontal, com carneira e aparador de suor            |  |  | Un                       | 1       | Anual         | 1                  | 16,00                    | 16,00                                   |
| 2   | Luva em couro bovino tipo raspa 15 cm  |  |  | Par                      | 1       | Anual         | 1                  | 14,40                    | 14,40                                   |
| 3   | Luvas de segurança em algodão e poliéster, com revestimento em látex natural na palma        |  |  | Par                      | 2       | Semestral     | 6                  | 9,68                     | 58,08                                   |
| 4   | Máscara de segurança para pó , peça semi-facial filtrante                                    |  |  | Un                       | 50      | Anual         | 75                 | 1,79                     | 134,25                                  |
| 5   | Máscara de proteção respiratória com filtro de carvão ativado para uso com produtos químicos |  |  | Un                       | 30      | Anual         | 45                 | 41,97                    | 1.888,65                                |
| 6   | Óculos de segurança  |  |  | Un                       | 1       | Semestral     | 3                  | 6,24                     | 18,72                                   |
| 7   | Protetor auditivo de segurança, tipo plug de três flanges                                    |  |  | Un                       | 6       | Semestral     | 18                 | 2,40                     | 43,20                                   |
| 8   | Protetor facial (para capacete)  |  |  | Un                       | 1       | Anual         | 1                  | 56,27                    | 56,27                                   |
| 9   | Boné tipo árabe  |  |  | Un                       | 1       | Semestral     | 3                  | 14,53                    | 43,59                                   |
| 10  | Capa de chuva  |  |  | Un                       | 1       | Anual         | 1                  | 20,80                    | 20,80                                   |
| 11  | Boné confeccionado em tecido de brim, com aba lateral tradicional                            |  |  | Un                       | 1       | Semestral     | 3                  | 18,98                    | 56,94                                   |
| *Quantidade para 1 posto                        |  |  |  | TOTAL ESTIMADO           |         |               |                    |                          | 2.350,90                                |
| EPI - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS               |  |  |  | CUSTO MENSAL DO AUXILIAR |         |               |                    |                          | 117,55                                  |

| SEQ                       | INSUMOS DIVERSOS - OFICIAIS E AUXILIAR        | UNIDADE                                 | QUANT.* | PERIODICIDADE | QUANT. 20 MESES | Valor UNITÁRIO R\$ | Valor total estimado 20 meses R\$ |
|---------------------------|---|---|---------|---------------|-----------------|--------------------|-----------------------------------|
| 1                         | Água destilada 1 litro                        | Un                                      | 5       | Mensal        | 100             | 8,88               | 888,00                            |
| 2                         | Alcool 70 líquido 1 litro                     | Un                                      | 5       | Mensal        | 100             | 10,17              | 1.017,00                          |
| 3                         | Balde em plástico, capacidade 10 litros       | Unidade                                 | 5       | Semestral     | 15              | 10,12              | 151,80                            |
| 4                         | Detergente Líquido neutro, frasco de 500 ml   | Frasco                                  | 5       | Mensal        | 100             | 5,26               | 526,00                            |
| 5                         | Esponja de aço inox                           | Pacote                                  | 15      | Mensal        | 300             | 7,19               | 2.157,00                          |
| 6                         | Esponja dupla face                            | Unidade                                 | 25      | Mensal        | 500             | 1,28               | 640,00                            |
| 7                         | Estopa branca para limpeza 500g               | Unidade                                 | 10      | Mensal        | 200             | 7,62               | 1.524,00                          |
| 8                         | Luva de borracha para limpeza                 | Par                                     | 7       | Semestral     | 21              | 6,80               | 142,80                            |
| 9                         | Palha de aço, espessura média, pacote com 25g | Unidade                                 | 15      | Mensal        | 300             | 2,03               | 609,00                            |
| 10                        | Pano branco de algodão 40 x 60 cm             | Unidade                                 | 5       | Mensal        | 100             | 8,67               | 867,00                            |
| 11                        | Desengripante WD40                            | Unidade                                 | 5       | Mensal        | 100             | 29,56              | 2.956,00                          |
| 12                        | Desengraxante 1L                              | Unidade                                 | 5       | Mensal        | 100             | 37,42              | 3.742,00                          |
| 13                        | Limpa contato 300ml                           | Unidade                                 | 5       | Mensal        | 100             | 17,02              | 1.702,00                          |
| 14                        | Óleo lubrificante 1L                          | Unidade                                 | 5       | Semestral     | 15              | 24,37              | 365,55                            |
| 15                        | Graxa multiuso 500g                           | Unidade                                 | 5       | Semestral     | 15              | 17,89              | 268,35                            |
| *Quantidade para 5 postos |   | TOTAL ESTIMADO DE INSUMOS               |         |               |                 |                    | 17.556,50                         |
| INSUMOS DIVERSOS          |   | CUSTO MENSAL                            |         |               |                 |                    | 877,83                            |
|                           |   | CUSTO MENSAL POR POSTO (/ por 5 postos) |         |               |                 |                    | 175,57                            |

#### ANEXO I - A.2 DOS CUSTOS DOS SERVIÇOS DIVERSOS E EVENTUAIS

| ANEXO I.A.2 - DOS CUSTOS DOS SERVIÇOS DIVERSOS E EVENTUAIS |      |  |                       |                                    |         |         |         |                        |                      |                      |                   |
|--|------|--|-----------------------|------------------------------------|---------|---------|---------|------------------------|----------------------|----------------------|-------------------|
| M<br>O<br>D<br>U<br>L<br>O<br><br>1                        | ITEM | DESCRIÇÃO  | UNIDAD<br>E<br>MEDIDA | ESTIMATIVA POR UNIDADE EM 20 MESES |         |         |         |                        | QUANTIDA<br>DE TOTAL | CUSTO<br>UNITÁRIO RS | CUSTO<br>TOTAL RS |
|  |      |  |                       | SR/RO E<br>GISE/PVH                | DPF/GMI | DPF/JPN | DPF/VLA | ROOSEVEL<br>T P. Bueno |                      |                      |                   |
|  | 1    | Limpeza de fossa   | M²                    | 68                                 | 25      | 50      | 10      | 2                      | 155                  | 56,17                | 8.706,35          |
|  | 2    | Visita técnica Engenheiro                                  | Hora                  | 53                                 | 27      | 27      | 27      | 27                     | 161                  | 95,20                | 15.327,20         |
|  | 3    | Eletricista  | Hora                  | 83                                 | 42      | 42      | 42      | 84                     | 293                  | 25,56                | 7.489,08          |
|  | 4    | Servente (Ajudante de pedreiro)                            | Hora                  | 3200                               | 160     | 80      | 80      | 160                    | 3.680                | 19,57                | 72.017,60         |
|  | 5    | PEDREIRO   | Hora                  | 0                                  | 0       | 0       | 0       | 1200                   | 1.200                | 23,10                | 27.720,00         |
|  | 6    | Serviços diversos (valor fixo para elaboração da proposta) |                       |                                    |         |         |         |                        |                      |                      |                   |
| (Z) Valor Total em 20 meses (RS)                           |      |  |                       |                                    |         |         |         |                        |                      |                      | 171.260,23        |

| M<br>O<br>D<br>U<br>L<br>O<br><br>2           | BDI REFERENCIAL                     |  | %               |
|---|-------------------------------------|--|-----------------|
|   | A                                   | ADMINISTRAÇÃO CENTRAL                    | 3,00%           |
|   | B                                   | SEGURO + GARANTIA                        | 0,80%           |
|   | C                                   | RISCO                                    | 0,97%           |
|   | D                                   | DESPESAS FINANCEIRAS                     | 0,59%           |
|   | E                                   | LUCRO                                    | 7,40%           |
|   | F                                   | TRIBUTOS (CÁLCULO POR DENTRO)            | 8,650<br>91,35% |
|   | F.1 Tributos Federais (especificar) |  |                 |
|   | a)                                  | PIS (depende do regime de tributação)    | 0,65%           |
|   | b)                                  | COFINS (depende do regime de tributação) | 3,00%           |
| F.2 Desoneração da folha de pagamento (CPRB)  |                                     |  | 0,00%           |
| F.3 Tributos Municipais (especificar)         |                                     |  |                 |
| c) ISS  |                                     |  | 5,00%           |
| TAXA DOS TRIBUTOS                             |                                     |  | 8,65%           |
| (B) BDI = ((1+AC+SG+R)*(1+DF)*(1+L))/(1-T))-1 |                                     |  | 23,90%          |

| QUADRO RESUMO - CUSTOS DOS SERVIÇOS DIVERSOS |                                   |                |
|--|-----------------------------------|----------------|
| MÓDULO                                       | DESCRIÇÃO                         | Valor Total RS |
| 1  | SERVIÇOS DIVERSOS E EVENTUAIS (A) | 171.260,23     |
| 2  | BDI REFERENCIAL =A*B              | 40.931,19      |
| Valor TOTAL EM 20 MESES (RS)                 |                                   | 212.191,42     |

ANEXO I-A.3  
CUSTOS DOS MATERIAIS E PEÇAS



| ANEXO I-A.3 - CUSTOS DOS MATERIAIS |   |                   |                                    |         |         |         |                  |                     |                                      |                              |
|------------------------------------|---|-------------------|------------------------------------|---------|---------|---------|------------------|---------------------|--------------------------------------|------------------------------|
| M<br>O<br>D<br>U<br>L<br>O         | DESCRIÇÃO                                       | UNIDADE<br>MEDIDA | ESTIMATIVA POR UNIDADE EM 20 MESES |         |         |         |                  | QUANTIDADE<br>TOTAL | CUSTO<br>UNITÁRIO<br>ESTIMADO<br>R\$ | CUSTO EM 20<br>MESES sem BDI |
|                                    |   |                   | SR/RO E<br>GISE/PVH                | DPF/GMI | DPF/JPN | DPF/VLA | ROOSEV<br>ELT P. |                     |                                      |                              |
| 1                                  | MATERIAIS (valor fixo)                          | UN                | -                                  | -       | -       | -       | -                | -                   | -                                    | 313.138,18                   |
|                                    | Cópia de chave simples                          | UN                | 280                                | 78      | 52      | 77      | 18               | 505                 | 8,90                                 | 4.494,50                     |
|                                    | Recarga de EXTINTOR - ÁGUA PRESSURIZADA – 10 KG | UN                | 24                                 | 0       | 14      | 4       | 14               | 56                  | 56,25                                | 3.150,00                     |
|                                    | Recarga de EXTINTOR - CO2 – 4 KG                | UN                | 6                                  | 0       | 0       | 0       | 0                | 6                   | 91,67                                | 550,02                       |
|                                    | Recarga de EXTINTOR - CO2 – 6 KG                | UN                | 57                                 | 18      | 21      | 6       | 0                | 102                 | 105,25                               | 10.735,50                    |
|                                    | Recarga de EXTINTOR - PÓ QUÍMICO SECO 6 KG      | UN                | 36                                 | 4       | 18      | 4       | 12               | 74                  | 78,33                                | 5.796,42                     |
| Valor Total sem BDI                |   | UN                | 403                                | 100     | 105     | 91      | 44               | 743                 |                                      | 337.864,62                   |

|   |                                     |   |        |                |       |
|---|-------------------------------------|---|--------|----------------|-------|
| M<br>O<br>D<br>U<br>L<br>O                    | BDI DIFERENCIADO                    |   |        | (%)            |       |
|   | A                                   | ADMINISTRAÇÃO CENTRAL                       |        | 2,00%          |       |
|   | B                                   | SEGURO + GARANTIA                           |        | 0,80%          |       |
|   | C                                   | RISCO                                       |        | 0,97%          |       |
|   | D                                   | DESPESAS FINANCEIRAS                        |        | 0,59%          |       |
|   | E                                   | LUCRO                                       |        | 5,11%          |       |
|   | F                                   | TRIBUTOS (CÁLCULO POR DENTRO)               | 3,650  | 96,35%         |       |
|   | F.1 Tributos Federais (especificar) |   |        |                |       |
|   | 2                                   | a) PIS (depende do regime de tributação)    |        |                | 0,65% |
|   |                                     | b) COFINS (depende do regime de tributação) |        |                | 3,00% |
| F.2 Desoneração da folha de pagamento (CPRB)  |                                     |   | 0,00%  |                |       |
| TAXA DOS TRIBUTOS                             |                                     |   | 3,65%  |                |       |
| (B) BDI = ((1+AC+SG+R)*(1+DF)*(1+L))/(1-T))-1 |                                     |   | 13,87% |                |       |
|   |                                     |   |        |                |       |
| QUADRO RESUMO - CUSTOS DOS MATERIAIS          |                                     |   |        |                |       |
| MÓDULO  |                                     | DESCRIÇÃO                                   |        | Valor Total RS |       |
| 1   |                                     | MATERIAIS (valor sem BDI) (A)               |        | 337.864,62     |       |
| 2   |                                     | BDI DIFERENCIADO = A*B                      |        | 46.861,82      |       |
| Valor TOTAL EM 20 MESES (R\$)                 |                                     |   |        | 384.726,44     |       |

#### ANEXO I-A.4 – QUADRO RESUMO GERAL

| PROPOSTA GLOBAL                        |                                   |   |     |                               |                    |                   |                               |
|--|-----------------------------------|---|-----|-------------------------------|--------------------|-------------------|-------------------------------|
| ITEM                                   | DESCRIÇÃO                         | POSTOS ESTIMADOS                            | QTD | VALOR UNITÁRIO DO POSTO (R\$) | CUSTO MENSAL (R\$) | CUSTO ANUAL (R\$) | CUSTO TOTAL EM 20 MESES (R\$) |
| 1                                      | 1.1 EQUIPE PERMANENTE             | OFICIAL DE MANUTENÇÃO O PREDIAL (PVH e JPN) | 2   | 0,00                          | 0,00               | 0,00              | 0,00                          |
|  |                                   | OFICIAL DE MANUTENÇÃO O PREDIAL (GMI e VLA) | 2   | 0,00                          | 0,00               | 0,00              | 0,00                          |
|  |                                   | AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS (PVH)           | 1   | 0,00                          | 0,00               | 0,00              | 0,00                          |
|  |                                   | (A) VALOR DOS POSTOS R\$                    |     |                               | 0,00               | 0,00              | 0,00                          |
|  | 1.2 SERVIÇOS DIVERSOS E EVENTUAIS | (B) VALOR DOS SERVIÇOS DIVERSOS             |     |                               | 0,00               | 0,00              | 0,00                          |
|  | 1.3 MATERIAIS*                    | (C) VALOR DOS MATERIAIS                     |     |                               | 19.236,32          | 230.835,86        | 384.726,44                    |
| VALOR DA CONTRATAÇÃO (1.1 + 1.2 + 1.3) |                                   |   |     |                               | 0                  | 0                 | R\$ 0,00                      |

#### ANEXO I-B

##### MODELO DE FORMULÁRIO DE ORDEM DE SERVIÇO

|                                     |   |      |   |       |                   |            |  |
|-------------------------------------|---|------|---|-------|-------------------|------------|--|
| SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA FEDERAL |   |      |   |       |                   | OS Nº /ANO |  |
| ORDEM DE SERVIÇO                    |   |      |   |       |                   | /20        |  |
| UNIDADE REQUISITANTE:               |   |      |   |       |                   | DATA:      |  |
| SETOR REQUISITANTE:                 |   |      |   |       |                   | NOME:      |  |
| TIPO DE MANUTENÇÃO¹:                |   |      |   |       | TIPO DE SERVIÇO²: |            |  |
| PRIORIDADE                          | 1 | ALTA | 2 | MÉDIA | 3                 | BAIXA      |  |

|                               |                |          |                |                                |
|-------------------------------|----------------|----------|----------------|--------------------------------|
| DESCRIÇÃO DO SERVIÇO PREVISTO |                |          |                |                                |
|                               |                |          |                |                                |
| Item                          | Data de Início | Data Fim | Total de Horas | Descrição do Serviço Realizado |
|                               |                |          |                |                                |
|                               |                |          |                |                                |
| ASS. DO SOLICITANTE           |                |          |                |                                |
|                               |                |          |                | RESP. PELO SERVIÇO             |

<sup>1</sup> se preventiva ou corretiva;

<sup>2</sup> se instalações físicas, elétricas, hidráulicas;

<sup>3</sup> 1. ALTA: A falta do serviço pode causar dano ao patrimônio ou risco às pessoas; 2. MÉDIA: A falta dos serviços impede o funcionamento normal do Setor/Unidade e; 3. BAIXA: Para melhor funcionamento do Setor/Unidade.

ANEXO I-C – MODELO DE FORMULÁRIO DE AUTORIZAÇÃO DE COMPRA OU SERVIÇO – FAC/S

|  |           |                      |          |  |                |                 |  |
|--|-----------|----------------------|----------|--|----------------|-----------------|--|
| SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA FEDERAL  |           |                      |          |  |                | FAC/S Nº/ANO    |  |
| FORMULÁRIO DE AUTORIZAÇÃO DE COMPRA OU SERVIÇO – FAC/S   |           |                      |          |  |                | _____/20____    |  |
| EMPRESA:   |           |                      |          |  |                |                 |  |
| UNIDADE REQUISITANTE:  |           |                      |          | SETOR REQUISITANTE:                                |                |                 |  |
| REFERÊNCIA   | O.S. Nº:  | DATA: ____/____/____ |          |  |                |                 |  |
| DESCRIÇÃO DO MATERIAL/SERVIÇO  |           |                      |          |  |                |                 |  |
| Item   | Descrição | Fornecedor/Prestador | Unidade  | Quantidade   | Valor Unitário | Valor Total R\$ |  |
|  |           |                      |          |  |                |                 |  |
|  |           |                      |          |  |                |                 |  |
| VALOR TOTAL  |           |                      |          |  |                |                 |  |
| IDENTIFICAÇÃO DOS FORNECEDORES/PRESTADORES   |           |                      |          |  |                |                 |  |
| 1  | NOME:     | CNPJ:                | CONTATO: |  | FONE:          |                 |  |
| 2  | NOME:     | CNPJ:                | CONTATO: |  | FONE:          |                 |  |
| 3  | NOME:     | CNPJ:                | CONTATO: |  | FONE:          |                 |  |
| AUTORIZAÇÃO DA AQUISIÇÃO PELO FISCAL DO CONTRATO   |           |                      |          |  |                |                 |  |
| Autorizo a aquisição dos materiais/serviços descritos acima do(s) fornecedor(es) de menor orçamento, valor total de R\$ xxxxx. |           |                      |          |  |                |                 |  |
| DATA: ____/____/____   |           |                      |          | DATA: ____/____/____                               |                |                 |  |
| Carimbo, assinatura do Fiscal do Contrato  |           |                      |          | Carimbo, assinatura do Representante da Prestadora |                |                 |  |

**Importante:**

1. Este formulário deverá ser apresentado à Contratante, no prazo de 02 (dois) dias úteis contado da data da solicitação pelo Fiscal do Contrato, juntamente com no mínimo 3 (três) cotações de preços quando referir-se a materiais e/ou serviços eventuais não contemplados no Anexo I-A.2). Constarão preenchidos no formulário os menores preços encontrados;
2. Os materiais, peça e componentes deverão ser fornecidos no prazo de até 01 (um) dia útil da data da autorização.

ANEXO I-D – MODELO DE EXTRATO DE COMPRAS REALIZADAS - ECR

|   |              |
|---|--------------|
| SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDONIA<br>EXTRATO DAS COMPRAS REALIZADAS - ECR | EXTRATO      |
|   | MÊS REF./ANO |
|   | ____/____    |
| EMPRESA:  |              |





da Contratada, em conformidade com a jurisprudência do Tribunal de Contas da União (Acórdãos nº 64/2010, nº 1.319/2010 e nº 1.442/2010 – 2ª Câmara).

11. Não poderão ser computadas na planilha de custos e formação de preços as alíquotas referentes ao Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), em qualquer regime de tributação, haja vista a natureza direta e personalística desses tributos, em conformidade com a jurisprudência do Tribunal de Contas da União (Acórdãos nº 6.852/2009 e nº 6.992/2009 – 1ª Câmara; e Súmula 254).

12. A metodologia de apresentação dos preços dos serviços, objeto deste baseia-se nos moldes apresentados na IN SEGES/ME nº 05/2017 e suas alterações.

13. Considerando que, dentre outros, será retido MENSALMENTE para a conta vinculada os valores conforme percentuais previstos na IN 05/2017 SLTI/MP, deverão ser considerados os percentuais do quadro abaixo para o item respectivo na planilha de custos e formação de preços.

| Referente a:  | Previsão de: | ITEM            |
|---|--------------|-----------------|
| 13º (décimo terceiro) salário                               | 8,33%        | Submódulo 2.1-A |
| Férias e 1/3 Constitucional                                 | 11,18%       | Submódulo 2.1-B |
| Aviso Prévio Trabalhado                                     | 1,944%       | Módulo 3-C      |
| Multa do FGTS sobre o Avisos Prévio Indenizado e Trabalhado | 4,00 %       | Módulo 3-E      |
| Substituto na cobertura de Férias                           | 0,926%       | Submódulo 4.1-A |

14. Sobre o Aviso Prévio Trabalhado o percentual de 1,94% corresponde ao cálculo do valor =  $[(7/30)/12 \text{ meses}]$ , considerando a redução de 7 dias ou de 2h por dia - Percentual relativo aos primeiros 12 meses.

15. Sobre o valor dos **serviços diversos** (subitem 1.2) ocorrerá a incidência do **BDI** (Lucros, Despesas Indiretas e tributos) **máximo de 23,90%**, conforme planilha abaixo:

| BDI                   |         |               |
|-----------------------|---------|---------------|
| ADMINISTRAÇÃO CENTRAL |         | 3,00%         |
| SEGURO GARANTIA       | +       | 0,80%         |
| RISCO                 |         | 0,97%         |
| DESPESAS FINANCEIRAS  |         | 0,59%         |
| IMPOSTOS              | ISS     | 5,00%         |
|                       | PIS     | 0,65%         |
|                       | CONFINS | 3,00%         |
| LUCRO                 |         | 7,40%         |
| <b>BDI =</b>          |         | <b>23,90%</b> |

16. Para efeito do dimensionamento da proposta, referente os custos com fornecimento dos materiais, peças de reposição e componentes, estimados em R\$ 384.726,44 para 20 meses, a empresa deverá considerar o modelo do ANEXO 1-A.3. O **BDI DIFERENCIADO** estimado pela Administração de **13,87%**, detalhado no quadro abaixo:

| BDI DIFERENCIADO (MERO FORNECIMENTO) |         |       |
|--------------------------------------|---------|-------|
| ADMINISTRAÇÃO CENTRAL                |         | 2,00% |
| SEGURO GARANTIA                      | +       | 0,80% |
| RISCO                                |         | 0,97% |
| DESPESAS FINANCEIRAS                 |         | 0,59% |
| IMPOSTOS                             | ISS     | 0,00% |
|                                      | PIS     | 0,65% |
|                                      | CONFINS | 3,00% |
| LUCRO                                |         | 5,11% |

BDI = 13,87%

17. Deverão ser anexadas a Proposta de Preços da licitante convocada:

17.1. As planilhas de custos e formação de preços dos postos de trabalho por categoria/localidades (Anexo I-A.1 e respectivos);

17.1.1. as planilhas de preços unitários e totais ofertados para os equipamentos e memória de cálculo utilizada para sua depreciação, cujo preço estimado mensal por empregado deverá constar dos oficiais de manutenção tão somente;

17.1.2. as planilhas de preços unitários e totais ofertados para os uniformes;

17.1.3. memória de cálculo detalhada dos encargos e insumos que fundamentam os valores constantes de sua proposta.

17.2. O Anexo I-A.2 – Custos dos SERVIÇOS EVENTUAIS E DIVERSOS, devidamente preenchido, incluído o BDI REFERENCIAL;

17.3. Anexo I-A.3 - Custos dos MATERIAIS E PEÇAS - BDI DIFERENCIADO

17.4. O Anexo I-A.4 – Quadro RESUMO GERAL;

17.5. Cópia da GFIP-SEFIP ou documento apto a comprovar o Fator Acidentário de Prevenção (FAP) do licitante.

17.5.1. Tratando de empresa optante do simples, cujo o RAT seja 0, a licitante deverá considerar para definição do RAT que constará de sua planilha de custos e formação de preços, o correspondente a atividade preponderante da empresa, devidamente comprovada mediante cópias de contratos vigentes, dentre outros para fins de retenção para a conta vinculada.

#### ANEXO I-F DECLARAÇÃO AUSENCIA DE PARENTESCO/AFINIDADE

##### DECLARAÇÃO (Oficial/Ajudante)

Eu \_\_\_\_\_, portador do RG nº \_\_\_\_\_, emitido pelo(a) \_\_\_\_\_, e CPF sob o nº \_\_\_\_\_, DECLARO:

- Para fins de cumprimento do Art. 3º, caput, do Código de Ética do Departamento de Polícia Federal, que conheço as obrigações estabelecidas no citado normativo interno e as cumprirei fielmente;
- Que não possuo relação familiar, tampouco laços de afinidade ou parentesco natural e civil, em linha reta ou colateral, com servidor ativo ou inativo da Polícia Federal.

Cidade/UF, de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

Assinatura

#### ANEXO II MODELO DE PROPOSTA

À SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL EM RONDÔNIA

Assunto: PREGÃO ELETRÔNICO Nº \_\_\_\_/2022 SR/PF/RO

Senhor(a) Pregoeiro(a):

A empresa (NOME DA EMPRESA), (nº do CNPJ), sediada (endereço completo), tendo examinado minuciosamente as normas específicas do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/2022, conforme as especificações constantes do Termo de Referência, Edital e respectivos anexos, e após tomar conhecimento de todas as condições lá estabelecidas, declara expressamente:

1. Prestar, sob nossa integral responsabilidade, os serviços objeto do referido Edital de Pregão Eletrônico em referência. Desta forma, o valor total em 20 meses corresponde a R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_), detalhado abaixo:

| ITEM 1 - Serviços contínuos de MANUTENÇÃO PREDIAL PREVENTIVA E CORRETIVA dos sistemas elétricos, hidráulicos, hidrossanitários, dos equipamentos e das instalações da Sede da Superintendência Regional de Polícia Federal em Rondônia e de suas Descentralizadas, com o fornecimento de mão de obra, material e equipamentos necessários e adequados à execução dos serviços, por 20 meses. |   |     |                             |                    |                   |                               |
|--|---|-----|-----------------------------|--------------------|-------------------|-------------------------------|
| DESCRIÇÃO  | POSTOS ESTIMADOS                          | QTD | VALOR UNITÁRIO DO POSTO R\$ | CUSTO MENSAL (R\$) | CUSTO ANUAL (R\$) | CUSTO TOTAL EM 20 MESES (R\$) |
| 1.1 EQUIPE PERMANENTE  | OFICIAL DE MANUTENÇÃO PREDIAL (PVH e JPN) | 2   |                             |                    |                   |                               |
|  | OFICIAL DE MANUTENÇÃO PREDIAL (GMI e VLA) | 2   |                             |                    |                   |                               |
|  | AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS (PVH)         | 1   |                             |                    |                   |                               |
|  | Valor dos POSTOS (R\$)                    |     |                             |                    |                   |                               |

|  |                      |   |  |  |  |
|--|----------------------|---|--|--|--|
| <b>1.2</b>   | <b>-</b>             | <b>Valor dos SERVIÇOS DIVERSOS com BDI (R\$)</b>      |  |  |  |
| <b>1.3</b>   | <b>DOS MATERIAIS</b> | <b>Valor dos MATERIAIS com BDI DIFERENCIADO (R\$)</b> |  |  |  |
| <b>Valor da Contratação (1.1 + 1.2 + 1.3) em R\$</b> |                      |   |  |  |  |

2. Não possuir administrador ou sócio com poder de direção ou ainda familiar detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação, assim como de autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.

3. Ter pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do serviço, assumindo total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços e/ou questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante do citado pregão, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes. **(corresponde a declaração do item 9.11.4 do Edital, portanto, substitui o atestado de vistoria).**

4. Que observaremos os critérios de sustentabilidade aplicados a contratação e previstos na legislação vigente.

5. Estamos cientes e aceitamos as condições do Edital do Pregão Eletrônico nº ...../2022 SR/PF/RO, inclusive as fixadas para pagamento.

6. Esta proposta é válida por no mínimo 60 dias, a contar da data estabelecida para a sua apresentação.

7. Os pagamentos deverão ser creditados à conta corrente nº -----, agência --- ----, Banco -----.

8. O responsável pela assinatura do Contrato, é o(a) Sr(a) -----RG nº ----- CPF nº -----, endereço -----.

9. Os contatos poderão ser efetuados através do telefone ----- e do e-mail-----

10. Declaramos que os preços contidos nesta proposta incluem todos os custos e despesas referentes ao objeto da licitação, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, transporte, mão de obra, encargos sociais, trabalhistas, seguros, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto.

(localidade e data)

Assinatura do representante legal  
Nome e CPF

### ANEXO III

#### MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA PRIVADA E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Declaro que a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ (MF) nº \_\_\_\_\_, inscrição estadual nº \_\_\_\_\_, estabelecida em \_\_\_\_\_, possui os seguintes contratos firmados com a iniciativa privada e a administração pública:

| Nome do Órgão/Empresa     | Meios de contato com o órgão/empresa | Número do Contrato | Vigência do Contrato | Valor mensal do Contrato (R\$) | Valor total do contrato em 12 meses* (R\$) |
|---------------------------|--------------------------------------|--------------------|----------------------|--------------------------------|--|
|                           |                                      |                    |                      |                                |  |
|                           |                                      |                    |                      |                                |  |
| Valor total dos Contratos |                                      |                    |                      |                                | R\$  |

Observação: \*Considera-se o valor total do contrato para o período de 12 meses. Se já executada parte do contrato e, este não sendo prorrogado, a depender de manifestação da empresa e conforme o caso de ratificação junto a sua Contratante, deverá ser considerado o valor remanescente, excluído o já executado.

Local e data

Assinatura e identificação do emissor

Observação: Além dos nomes dos órgãos/empresas, o licitante deverá informar também o endereço completo dos órgãos/empresas, com os quais tem contratos vigentes.

#### COMPROVAÇÃO DA SUBCONDIÇÃO do subitem 9.10.5.3 do Edital

Cálculo demonstrativo visando comprovar que o patrimônio líquido é igual ou superior a 1/12 (um doze avos) do valor dos contratos firmados com a administração pública e com a iniciativa privada.

Valor do Patrimônio Líquido x 12 / Valor total dos contratos\* =

Obs.: Esse resultado deverá ser superior a 1.

#### COMPROVAÇÃO DA CONDIÇÃO do subitem 9.10.5.3.2 do Edital

Cálculo demonstrativo da variação percentual do valor total constante na declaração de contratos firmados com a iniciativa privada e com a Administração Pública em relação à receita bruta.

(Valor da receita bruta – Valor total dos contratos) x 100 / Valor da receita bruta =

Obs.: Caso o percentual encontrado seja maior que 10% (positivo ou negativo), a licitante deverá apresentar as devidas justificativas.

JUSTIFICATIVAS PARA A VARIAÇÃO PERCENTUAL SUPERIOR A 10%  
:

### ANEXO IV - MODELOS

**(se a licitante optar – emissão pelo NUMAT)**  
**(primeira parte)**

(localidade e data)

OBS: A vistoria deverá ser feita até o dia útil anterior à data prevista para abertura da sessão pública.

**DECLARAÇÃO DO LICITANTE**  
(se não optar pela vistoria – emissão pela própria empresa)  
(segunda parte)

(localidade e data)

**TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº ...../.....,  
QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL EM  
RONDÔNIA E A EMPRESA .....**

## 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

### 1.3. Objeto da contratação:

**ITEM 1 - Serviços contínuos de MANUTENÇÃO PREDIAL PREVENTIVA E CORRETIVA** dos sistemas elétricos, hidráulicos, hidrossanitários, dos equipamentos e das instalações da Sede da Superintendência Regional de Polícia Federal em Rondônia e de suas Descentralizadas, com o fornecimento de mão de obra, material e equipamentos necessários e adequados à execução dos serviços, por 20 meses.

| DESCRIÇÃO | POSTOS ESTIMADOS                          | QTD | VALOR UNITÁRIO DO POSTO R\$ | CUSTO MENSAL (R\$) | CUSTO ANUAL (R\$) | CUSTO TOTAL EM 20 MESES (R\$) |
|-----------|---|-----|-----------------------------|--------------------|-------------------|-------------------------------|
|           | OFICIAL DE MANUTENÇÃO PREDIAL (PVH e JPN) | 2   |                             |                    |                   |                               |

|   |   |  |  |  |  |
|---|---|--|--|--|--|
| 1.1 EQUIPE PERMANENTE                         | OFICIAL DE MANUTENÇÃO PREDIAL (GMI e VLA) | 2  |  |  |  |
|   | AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS (PVH)         | 1  |  |  |  |
|   | Valor dos POSTOS (R\$)                    |  |  |  |  |
|   |   |  |  |  |  |
| 1.2 SERVIÇOS DIVERSOS E EVENTUAIS             | -   | Valor dos SERVIÇOS DIVERSOS com BDI (R\$)      |  |  |  |
| 1.3 DOS MATERIAIS                             |   | Valor dos MATERIAIS com BDI DIFERENCIADO (R\$) |  |  |  |
| Valor da Contratação (1.1 + 1.2 + 1.3) em R\$ |   |  |  |  |  |

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de ...../...../..... e encerramento em ...../...../....., podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e seja observado o disposto no Anexo IX da IN SEGES/MP nº 05/2017, atentando, em especial, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- 2.1.1. Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- 2.1.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 2.1.3. Seja junta justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- 2.1.4. Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;
- 2.1.5. Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;
- 2.1.6. Seja comprovado que a contratada mantém as condições iniciais de habilitação.

2.2. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.4. Nas eventuais prorrogações dos contratos com dedicação exclusiva de mão de obra, os custos não renováveis já pagos ou amortizados no primeiro ano da contratação deverão ser reduzidos e/ou eliminados como condição para a renovação.

## 3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor mensal estimado da contratação é de R\$ ..... (.....), perfazendo o valor total de R\$ ..... (....) em 20 meses.

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

## 4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2022, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade:

Fonte:

Programa de Trabalho:

Elemento de Despesa:

PI:

4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correspondentes correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

## 5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência e no Anexo XI da IN SEGES/MP nº 5/2017.

## 6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTAMENTO DE PREÇOS EM SENTIDO AMPLO

6.1. As regras acerca do reajustamento de preços em sentido amplo do valor contratual (reajuste em sentido estrito e/ou repactuação) são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo deste Contrato.

## 7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência, anexo do Edital.

## 8. CLÁUSULA OITAVA – MODELO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

8.1. O modelo de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados, a disciplina do recebimento do objeto e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

## 9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

## 10. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

#### **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO**

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

11.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

11.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados e precedidos de autorização da autoridade competente, assegurando-se à CONTRATADA o direito ao contraditório, bem como à prévia e ampla defesa.

11.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. Indenizações e multas.

11.5. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à rescisão do contrato por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE e à aplicação das penalidades cabíveis (art. 8º, inciso IV, do Decreto n.º 9.507, de 2018).

11.6. Quando da rescisão, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pela CONTRATADA das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho (art. 64 a 66 da IN SEGES/MP nº 05/2017).

11.7. Até que a CONTRATADA comprove o disposto no item anterior, a CONTRATANTE reterá:

11.7.1. a garantia contratual, prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária pela CONTRATADA, que será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria; e

11.7.2. os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

11.8. Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte da CONTRATADA no prazo de 15 (quinze) dias, a CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da CONTRATADA que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

11.9. O CONTRATANTE poderá ainda:

11.9.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pela CONTRATADA, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

11.9.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 80 da Lei nº 8.666, de 1993, reter os eventuais créditos existentes em favor da CONTRATADA decorrentes do contrato.

11.10. O contrato poderá ser rescindido no caso de se constatar a ocorrência da vedação estabelecida no art. 5º do Decreto nº 9.507, de 2018.

#### **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES E PERMISSÕES**

12.1. É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

12.2. É permitido à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020.

12.2.1. A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

12.2.2. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

#### **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES**

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, bem como do ANEXO X da IN/SEGES/MP nº 05, de 2017.

13.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

#### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS**

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO**

15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

#### **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO**

16.1. É eleito o Foro da Seção Judiciária de Rondônia – Justiça Federal para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º, da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi firmado pelas partes, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e por duas testemunhas, em meio eletrônico, constante no Processo Administrativo em epígrafe, através do Sistema Eletrônico de Informações da Polícia Federal.

Representante legal da CONTRATANTE

(assinatura eletrônica)

Representante legal da CONTRATADA

(assinatura eletrônica)

TESTEMUNHAS:

- 1-
- 2-

#### ANEXO VI

#### AUTORIZAÇÃO COMPLEMENTAR AO CONTRATO Nº XXXX

\_\_\_\_\_, (identificação do licitante), inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, o Sr. \_\_\_\_\_ (nome do representante), portador da Cédula de Identidade RG nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, AUTORIZA o(a) (Nome do Órgão ou Entidade promotora da licitação), para os fins do Anexo VII-B da Instrução Normativa nº 05, de 26/05/2017, da Secretaria de Gestão e dos dispositivos correspondentes do Edital do Pregão nº XXX/20XX:

1) que sejam descontados da fatura e pagos diretamente aos trabalhadores alocados a qualquer tempo na execução do contrato acima mencionado os valores relativos aos salários e demais verbas trabalhistas, previdenciárias e fundiárias devidas, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações por parte da CONTRATADA, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

2) que sejam provisionados valores para o pagamento dos trabalhadores alocados na execução do contrato e depositados em conta corrente vinculada, bloqueada para movimentação, e aberta em nome da empresa (indicar o nome da empresa) junto a instituição bancária oficial, cuja movimentação dependerá de autorização prévia da(o) (Nome do Órgão ou Entidade promotora da licitação), que também terá permanente autorização para acessar e conhecer os respectivos saldos e extratos, independentemente de qualquer intervenção da titular da conta.

**Nota explicativa:** A assinatura desta "Autorização Complementar" deve ser precedida da solicitação de abertura da conta-depósito para a Instituição Financeira com quem se tenha firmado Termo de Cooperação Técnica e é condição para a celebração do contrato.

3) que a CONTRATANTE utilize o valor da garantia prestada para realizar o pagamento direto das verbas rescisórias aos trabalhadores alocados na execução do contrato, caso a CONTRATADA não efetue tais pagamentos até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
(assinatura do representante legal do licitante)

#### ANEXO VII

#### MODELO DE TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº \_\_\_\_/\_\_\_\_

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE, ENTRE SI, CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL EM RONDÔNIA E A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA \_\_\_\_\_, VISANDO A OPERACIONALIZAÇÃO DA RETENÇÃO DE PROVISÕES DE ENCARGOS TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIOS E OUTROS A SEREM PAGOS, NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO NORMATIVA \_\_\_\_\_, E ALTERAÇÕES POSTERIORES.

A UNIÃO, por intermédio do \_\_\_\_\_, (informar o órgão) estabelecido(a) \_\_\_\_\_, (endereço completo), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, por meio da Coordenação \_\_\_\_\_, consoante delegação de competência conferida pela Portaria nº \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_/\_\_\_\_, (data) publicada no D.O.U. de \_\_\_\_/\_\_\_\_, (data) neste ato, representado(a) pelo(a) \_\_\_\_\_ (cargo), Senhor(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_, expedida pela \_\_\_\_\_, e inscrito no CPF sob nº \_\_\_\_\_, nomeado(a) pela Portaria nº \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_/\_\_\_\_, (data), publicada no D.O.U. de \_\_\_\_/\_\_\_\_ (data), doravante denominado(a) ADMINISTRAÇÃO, e, de outro lado, a INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, \_\_\_\_\_, estabelecido(a) \_\_\_\_\_, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_, daqui por diante denominado(a) INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, neste ato, representado(a) pelo seu \_\_\_\_\_ (cargo), Senhor(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_, expedida pela \_\_\_\_\_, e inscrito no CPF sob nº \_\_\_\_\_, têm justo e acordado o presente TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, para o estabelecimento de critérios e procedimentos para abertura automatizada de contas bancárias específicas destinadas a abrigar os recursos retidos de rubricas constantes da planilha de custos e formação de preços de contratos firmados pelo órgão ou entidade ora mencionado, mediante as condições previstas nas seguintes cláusulas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DAS DEFINIÇÕES

Para efeito deste Termo de Cooperação Técnica entende-se por:

1. CLT - Consolidação das Leis do Trabalho.
2. Prestador de Serviços - pessoa física ou jurídica que possui Contrato firmado com a ADMINISTRAÇÃO.
3. Rubricas - itens que compõem a planilha de custos e de formação de preços de contratos firmados pela ADMINISTRAÇÃO.
4. Conta-Depósito Vinculada — bloqueada para movimentação - cadastro em nome do Prestador dos Serviços de cada contrato firmado pela ADMINISTRAÇÃO, a ser utilizada exclusivamente para crédito das rubricas retidas.
5. Usuário(s) - servidor(es) da ADMINISTRAÇÃO e por ela formalmente indicado(s), com conhecimento das chaves e senhas para acesso aos aplicativos instalados nos sistemas de autoatendimento da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA.



## CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente instrumento tem por objetivo regulamentar o estabelecimento, pela INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, dos critérios para abertura de contas-depósitos específicas destinadas a abrigar os recursos retidos de rubricas constantes da planilha de custos e formação de preços dos contratos firmados pela ADMINISTRAÇÃO, bem como viabilizar o acesso da ADMINISTRAÇÃO aos saldos e extratos das contas abertas.

1. Para cada Contrato será aberta uma Conta-Depósito Vinculada — bloqueada para movimentação em nome do Prestador de Serviços do Contrato.
2. A conta será exclusivamente aberta para recebimento de depósitos dos recursos retidos de rubricas constantes da planilha de custos e de formação de preços dos contratos firmados pela ADMINISTRAÇÃO, pagos ao Prestador de Serviços dos Contratos e será denominada Conta-Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação.
3. A movimentação dos recursos na Conta-Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação será providenciada exclusivamente à ordem da ADMINISTRAÇÃO.

## CLÁUSULA TERCEIRA - DO FLUXO OPERACIONAL

O cadastramento, captação e movimentação dos recursos dar-se-ão conforme o fluxo operacional a seguir:

1. A ADMINISTRAÇÃO firma o Contrato com o Prestador dos Serviços.
2. A ADMINISTRAÇÃO envia à INSTITUIÇÃO FINANCEIRA arquivo em meio magnético, em modelo específico previamente acordado entre a ADMINISTRAÇÃO e a INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, para abertura de Conta-Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação - em nome do Prestador de Serviços que tiver contrato firmado ou envia Ofício à INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, solicitando a abertura de Conta-Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação em nome do Prestador de Serviços.
3. A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA recebe arquivo transmitido pela ADMINISTRAÇÃO e abre Conta-Depósito Vinculada — bloqueada para movimentação, em nome do Prestador dos Serviços para todos os registros dos arquivos válidos, nas agências da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA no território nacional ou a INSTITUIÇÃO FINANCEIRA recebe Ofício da ADMINISTRAÇÃO e, após a entrega, pelo Prestador de Serviços, dos documentos necessários, procede à abertura da Conta-Depósito Vinculada — bloqueada para movimentação em nome do Prestador de Serviços.
4. A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA envia à ADMINISTRAÇÃO arquivo retorno em modelo específico previamente acordado entre os Partícipes, contendo o cadastramento da Conta-Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação aberta em nome do Prestador dos Serviços, bem como as eventuais rejeições, indicando seus motivos ou envia Ofício à ADMINISTRAÇÃO, contendo o número da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação em nome do Prestador de Serviços.
5. A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA recebe o ofício da ADMINISTRAÇÃO e efetua cadastro no seu sistema eletrônico.
6. A ADMINISTRAÇÃO credita mensalmente recursos retidos da planilha de custos e de formação de preços do contrato firmado pela ADMINISTRAÇÃO na Conta-Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação, mantida exclusivamente nas agências da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, mediante emissão de Ordem Bancária, na forma estabelecida pela ADMINISTRAÇÃO e pela INSTITUIÇÃO FINANCEIRA.
7. A ADMINISTRAÇÃO solicita à INSTITUIÇÃO FINANCEIRA a movimentação dos recursos, na forma do Anexo IV do presente Instrumento.
8. A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA acata solicitação de movimentação financeira na Conta-Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação efetuada pela ADMINISTRAÇÃO, confirmando, por meio de Ofício, nos moldes indicados no Anexo V deste Instrumento, caso a movimentação não tenha sido efetuada pela Administração via meio eletrônico.
9. A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA disponibiliza à ADMINISTRAÇÃO aplicativo, via internet, para consulta de saldos e extratos e para movimentação, se for o caso, da Conta-Depósito Vinculada — bloqueada para movimentação, após autorização expressa da ADMINISTRAÇÃO, para recebimento de chave e senhas de acesso a sistema eletrônico.

### 9.1 O fluxo operacional se dará nos seguintes termos:

- 9.1.1 O acesso da ADMINISTRAÇÃO às contas-depósitos vinculadas – bloqueadas para movimentação fica condicionado à expressa autorização, formalizada em caráter irrevogável e irretirável, nos termos do Anexo VI deste Instrumento, pelos Proponentes, titulares das contas, quando do processo de entrega da documentação junto à agência da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA;
- 9.1.2 Os recursos depositados nas contas-depósitos vinculadas - bloqueadas para movimentação serão remunerados conforme índice de correção da poupança pro rata die; e
- 9.1.3 Eventual alteração da forma de correção da poupança prevista no subitem 9.1.2 deste Instrumento implicará a revisão deste Termo de Cooperação Técnica.

## CLÁUSULA QUARTA - DAS COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADES

À ADMINISTRAÇÃO compete:

1. Assinar o Termo de Adesão ao Regulamento da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, onde está estabelecido o vínculo jurídico com a INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, para amparar a utilização de qualquer aplicativo;
2. Designar, por meio de Ofício, conforme Anexo VII do presente Instrumento, até, no máximo, 4 (quatro) servidores para os quais a INSTITUIÇÃO FINANCEIRA disponibilizará chaves e senhas de acesso ao autoatendimento à Administração, com poderes somente para consultas aos saldos e aos extratos das contas-depósitos vinculadas - bloqueadas para movimentação;
3. Remeter à INSTITUIÇÃO FINANCEIRA arquivos em modelo específico, acordado entre os Partícipes, solicitando o cadastramento das contas-depósitos vinculadas - bloqueadas para movimentação ou remeter à INSTITUIÇÃO FINANCEIRA Ofício, solicitando a abertura das contas-depósitos vinculadas - bloqueadas para movimentação;
4. Remeter Ofícios à Agência da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, solicitando a movimentação de recursos das contas-depósitos vinculadas - bloqueadas para movimentação ou movimentá-los por meio eletrônico;
5. Comunicar ao Prestador de Serviços, na forma do Anexo VIII do presente Instrumento, o cadastramento das contas-depósitos vinculadas - bloqueadas para movimentação, orientando-os a comparecer à Agência da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, para providenciar a regularização, entrega de documentos e assinatura da autorização, em caráter irrevogável e irretirável, nos termos do Anexo VI deste instrumento, para que a ADMINISTRAÇÃO possa ter acesso aos saldos e aos extratos da Conta-Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação, bem como solicitar movimentações financeiras;
6. Prover os ajustes técnicos de tecnologia da informação para possibilitar o acesso aos sistemas de autoatendimento, por intermédio do qual será viabilizado o acesso aos saldos e aos extratos das contas-depósitos vinculadas-bloqueadas para movimentação;
7. Adequar-se a eventuais alterações nos serviços oferecidos pela INSTITUIÇÃO FINANCEIRA;
8. Instruir os usuários sobre forma de acesso às transações dos sistemas de autoatendimento da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA;
9. Manter rígido controle de segurança das senhas de acesso aos sistemas de autoatendimento da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA;

10. Assumir como de sua inteira responsabilidade os prejuízos que decorrerem do mau uso ou da quebra de sigilo das senhas dos servidores devidamente cadastrados nos sistemas de autoatendimento, conforme item 2 desta cláusula, cuidando de substituí-las, imediatamente, caso suspeite de que tenham se tomado de conhecimento de terceiros não autorizados;
11. Responsabilizar-se por prejuízos decorrentes de transações não concluídas em razão de falha de seu equipamento e/ou erros de processamento devido da inexistência de informação ou de fornecimento incompleto de informações;
12. Comunicar tempestivamente à INSTITUIÇÃO FINANCEIRA qualquer anormalidade detectada que possa comprometer o perfeito funcionamento da conexão aos sistemas de autoatendimento, em especial, no que concerne à segurança das informações;
13. Permitir, a qualquer tempo, que técnicos da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA possam vistoriar o hardware e software utilizados para conexão aos sistemas de autoatendimento; e
14. Não divulgar quaisquer informações contidas nas transações efetuadas nos sistemas de autoatendimento colocados à sua disposição, de modo a manter o sigilo bancário, a privacidade em face de servidores, e outras pessoas integrantes da ADMINISTRAÇÃO que não sejam usuários, e as normas de segurança da informação da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA.

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADES DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA

À INSTITUIÇÃO FINANCEIRA compete:

1. Disponibilizar os sistemas de autoatendimento à ADMINISTRAÇÃO;
2. Gerar e fornecer até 4 (quatro) chaves e senhas iniciais de acesso, para utilização na primeira conexão aos sistemas de autoatendimento, oportunidade na qual as senhas serão obrigatoriamente substituídas pelos respectivos detentores das chaves, por outra de conhecimento exclusivo do usuário;
3. Informar à ADMINISTRAÇÃO quaisquer alterações nos serviços oferecidos pela INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, por intermédio dos sistemas de autoatendimento ou via Ofício;
4. Prestar o apoio técnico que se fizer necessário à manutenção do serviço, objeto deste Instrumento, e ao cadastramento de contas-dépósitos vinculadas - bloqueadas para movimentação;
5. Gerar e encaminhar, via sistema de autoatendimento, os arquivos retorno do resultado do cadastramento das contas-dépósitos vinculadas-bloqueadas para movimentação ou encaminhar Ofício, contendo o número da conta aberta em nome do Prestador dos Serviços;
6. Orientar sua rede de agências quanto aos procedimentos operacionais específicos objeto deste Instrumento; e
7. Informar à ADMINISTRAÇÃO os procedimentos adotados, em atenção aos Ofícios recebidos.

#### CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS E MATERIAIS

Este Termo de Cooperação Técnica não implica desembolso, a qualquer título, presente ou futuro, sendo vedada a transferência de recursos financeiros entre os Partícipes.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA

**\* Observar a Orientação Normativa/AGU nº 44, de 26 de fevereiro de 2014.**

O presente Termo de Cooperação Técnica poderá ter sua vigência limitada a até 60 (sessenta) meses, a contar da data de sua assinatura.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO

A publicação de extrato do presente Instrumento no Diário Oficial da União será providenciada pela ADMINISTRAÇÃO até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à data de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias a partir daquela data.

**Obs. Deverá ser publicado o extrato no DOU pela Administração.**

#### CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES

Sempre que necessário, as cláusulas deste Termo de Cooperação Técnica, à exceção da que trata do objeto, poderão ser aditadas, modificadas ou suprimidas, mediante Termo Aditivo, celebrado entre os Partícipes, passando esses termos a fazer parte integrante deste Instrumento como um todo, único e indivisível.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

Este Termo de Cooperação Técnica poderá ser denunciado por qualquer dos Partícipes em razão do descumprimento de qualquer das obrigações ou condições nele pactuadas, bem assim pela superveniência de norma legal ou fato administrativo que o torne formal ou materialmente inexecutável ou, ainda, por ato unilateral, mediante comunicação prévia da parte que dele se desinteressar, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, ficando os Partícipes responsáveis pelas obrigações anteriormente assumidas.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

Os casos omissos e/ou situações contraditórias deste Termo de Cooperação Técnica deverão ser resolvidos mediante conciliação entre os Partícipes, com prévia comunicação por escrito da ocorrência, consignando prazo para resposta, e todos aqueles que não puderem ser resolvidos dessa forma serão dirimidos pela Justiça Federal, na Seção Judiciária de Rondônia.

E por estarem justos e de acordo, os Partícipes firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, perante as testemunhas que também o subscrevem, para que produza os legítimos efeitos de direito.

(Local e data)

Assinatura do representante da  
ADMINISTRAÇÃO INSTITUIÇÃO FINANCEIRA

Testemunhas:

Nome: \_\_\_\_\_ Nome: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

Anexo I do Termo de Cooperação Técnica nº \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Ofício nº \_\_\_\_ / \_\_\_\_ - ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL  
\_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_.

A Sua Senhoria o(a) Senhor(a) (nome)  
(cargo/Gerente) (Endereço com CEP)

Senhor(a) Gerente,

Reporto-me ao Termo de Cooperação Técnica nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, firmado com essa Instituição, para solicitar que, excepcionalmente, promova o cadastramento de conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação –, em nome do Prestador de Serviços a seguir indicado, destinada a receber recursos retidos de rubricas constantes na planilha de custos e formação de preços do Contrato nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, firmado por esta ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL:

CNPJ: \_\_\_\_\_

Razão Social: \_\_\_\_\_

Nome Personalizado: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Representante Legal: \_\_\_\_\_

CPF do Representante Legal: \_\_\_\_\_

Atenciosamente,

Assinatura do Ordenador de Despesas da Administração Pública Federal ou do servidor previamente designado  
pelo ordenador

Anexo II do Termo de Cooperação Técnica nº \_\_\_\_/\_\_\_\_

INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (LOGOTIPO)

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

Senhor (a) \_\_\_\_\_,

Em atenção ao Ofício \_\_\_\_\_ informamos que o representante legal da empresa \_\_\_\_\_, CNPJ \_\_\_\_\_, deverá comparecer à agência \_\_\_\_\_ para assinar o contrato da abertura de Conta-Depósito Vinculada — bloqueada para movimentação, destinada a receber créditos ao amparo na IN nº \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_, a título de provisão para encargos trabalhistas do Contrato nº \_\_\_\_.

Ratifico que, conforme previsto no Termo de Cooperação Técnica nº \_\_\_\_/- \_\_\_\_ firmado com a Instituição Financeira, qualquer tipo de movimentação financeira somente ocorrerá mediante solicitação da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL.

Gerente

Ao(a) Senhor(a)

Nome e cargo do representante da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL

Endereço

Anexo III do Termo de Cooperação Técnica nº \_\_\_\_/\_\_\_\_

INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (LOGOTIPO)

Ofício nº \_\_\_\_/\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 20\_\_.

Senhor (a),

Informamos abaixo os dados para abertura de Conta-Depósito Vinculada — bloqueada para movimentação à empresa \_\_\_\_\_, CNPJ \_\_\_\_\_, na Agência \_\_\_\_\_, da Instituição Financeira \_\_\_\_\_, prefixo \_\_\_\_\_, destinada a receber os créditos ao amparo da IN nº \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão:

Agência: \_\_\_\_\_

Conveniente Subordinante: Administração Pública Federal

Cidade/Município: \_\_\_\_\_

Comunico que essa Administração Pública poderá realizar os créditos após pré-cadastramento no portal da Instituição Financeira, sítio \_\_\_\_\_.

Ratifico que a conta somente será aberta após o acolhimento do primeiro depósito e, conforme Termo de Cooperação Técnica nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, qualquer tipo de movimentação financeira ocorrerá mediante solicitação da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL.

Atenciosamente,

Gerente

Anexo IV do Termo de Cooperação Técnica nº \_\_\_\_/\_\_\_\_

Ofício nº \_\_\_\_/20\_\_ - \_\_\_\_

Local, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 20\_\_.

A(o) Senhor(a) Gerente (nome do gerente)

(endereço da agência com CEP)

Senhor (a) Gerente,

Solicito DEBITAR, conforme indicado a seguir, a movimentação de R\$ \_\_\_\_\_ da conta nº \_\_\_\_\_ da agência nº \_\_\_\_\_ de titularidade de \_\_\_\_\_, (nome do proponente) inscrito no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, aberta para receber recursos retidos de rubricas constantes da planilha de custos e formação de preços do Contrato nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, firmado por esta ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL, e CREDITAR na seguinte Conta:

| Instituição Financeira | Agência | Conta | CPF /CNPJ |
|------------------------|---------|-------|-----------|
|                        |         |       |           |

Atenciosamente,

Assinatura do Ordenador de Despesas da Administração Pública Federal/ou servidor previamente designado  
pelo ordenador

Anexo V do Termo de Cooperação Técnica nº \_\_\_\_/\_\_\_\_  
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (LOGOTIPO)

Ofício/Carta nº \_\_\_\_ (número sequencial)

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

Senhor (a) \_\_\_\_\_,  
(nome do representante da Administração Pública Federal)

Em atenção ao seu Ofício nº \_\_\_\_/20\_\_ - \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_/\_\_\_\_/20\_\_, informo a efetivação de DÉBITO na conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação - de nº \_\_\_\_\_, da agência nº \_\_\_\_\_, da Instituição Financeira, e CRÉDITO na seguinte Conta:

| CREDITAR               |         |       |           |
|------------------------|---------|-------|-----------|
| Instituição Financeira | Agência | Conta | CPF /CNPJ |
|                        |         |       |           |

Atenciosamente,

(nome do Gerente)  
Nº da Agência da Instituição Financeira

Anexo VI do Termo de Cooperação Técnica nº \_\_\_\_/\_\_\_\_

#### A U T O R I Z A Ç Ã O

À Agência \_\_\_\_\_ da Instituição Financeira \_\_\_\_\_  
(endereço da agência)

Senhor (a) Gerente,

Autorizo, em caráter irrevogável e irretirável, que a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL solicite a essa agência bancária, na forma indicada por essa agência, qualquer tipo de movimentação financeira na Conta-Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação nº \_\_\_\_\_ - bloqueada para movimentação, de minha titularidade, aberta para receber recursos retidos de rubricas constantes da planilha de custos e formação de preços do Contrato nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, firmado com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL, bem como tenha acesso irrestrito aos saldos da referida Conta-Depósito Vinculada — bloqueada para movimentação, extratos e movimentações financeiras, inclusive de aplicações financeiras.

Atenciosamente,

(local e data)

Assinatura do titular da Conta-Depósito Vinculada — bloqueada para movimentação

Anexo VII do Termo de Cooperação Técnica nº \_\_\_\_/\_\_\_\_

Ofício nº \_\_\_\_/20\_\_ - \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_

Ao (A) Senhor(a) Gerente (nome do gerente)  
(endereço da agência com CEP)

Senhor(a) Gerente,

Solicito providenciar a geração de chaves e senhas iniciais de acesso aos aplicativos dos sistemas de autoatendimento dessa Instituição Financeira para os servidores a seguir indicados:

| CPF | Nome | Documento/Poderes |
|-----|------|-------------------|
|     |      |                   |

Atenciosamente,

Assinatura do Ordenador de Despesas da Administração Pública Federal ou do servidor previamente designado pelo ordenador

Anexo VIII do Termo de Cooperação Técnica nº \_\_\_\_/\_\_\_\_

Ofício nº \_\_\_\_/20\_\_ - \_\_\_\_

(Local e data)

Ao (A) Senhor(a)

(nome do Proprietário da empresa contratada pela Administração Pública Federal)

(endereço da empresa com CEP)

Senhor(a) Sócio(a)-Proprietário(a),

1. Informo que solicitei a abertura da conta-depósito vinculada-bloqueada para movimentação, pertencente ao CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, na Agência nº \_\_\_\_\_, da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA \_\_\_\_\_, em seu nome, aberta para receber recursos retidos de rubricas constantes da planilha de custos e formação de preços do Contrato nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, firmado entre essa empresa e esta ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL.

2. Na oportunidade, solicito comparecer, em no máximo 20 (vinte) dias corridos, a contar do recebimento deste Ofício, à referida agência para fornecer a documentação indicada no ato convocatório de licitação, de acordo com as normas do Banco Central, bem como assinar os documentos indicados pela Instituição Financeira e autorizar, em caráter irrevogável e irretirável, o acesso irrestrito desta ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL aos saldos da referida conta-depósito, aos extratos e a movimentações financeiras, inclusive de aplicações financeiras e solicitar quaisquer movimentações financeiras da referida Conta-Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação.

3. Informo que o descumprimento do prazo indicado no parágrafo anterior poderá ensejar aplicação das sanções previstas na Cláusula \_\_\_\_\_ do mencionado contrato.

Atenciosamente,

Assinatura do Ordenador de Despesas da Administração Pública Federal ou do servidor previamente designado pelo ordenador



Documento assinado eletronicamente por **RAFAEL FERNANDES SOUZA DANTAS**, **Superintendente Regional**, em 21/09/2022, às 18:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **25044759** e o código CRC **9C7B8FF9**.